



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 74 - SÁBADO, 4 DE JUNHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 494, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 140, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cascavel, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 495, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 268, de 19 de março de 2002, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 28 de abril de 1998, a permissão outorgada à Rádio Padre Luso Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Nacional, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 496, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 6 de outubro de 1996, a concessão da Rádio Difusora Cristal Ltda. para explorar,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 497, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de maio de 1996, que renova, por 10 (dez) anos, a partir de 25 de outubro de 1988, a concessão da Rádio Independência do Tocantins Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 498, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.686, de 26 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de agosto de 1998, a permissão outorgada à Sociedade Stereosul de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 499, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barreiras Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 30 de setembro de 1999, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 15 de outubro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Barreiras Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 500, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Rio Madeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de dezembro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 2 de agosto de 1994, a concessão da Rádio Vale do Rio Madeira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Humaitá, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 501, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 625, de 24 de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 1991, a permissão outorgada à Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 276, de 12 de junho de 2003, que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Cantu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação Nossa Senhora da Piedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 249, de 12 de junho de 2003, que autoriza a Fundação Nossa Senhora da Piedade a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Naipi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de outubro de 2002, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 25 de julho de 1999, a concessão da Televisão Naipi Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 505, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Jutanópolis De Manacapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de outubro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de dezembro de 1998, a concessão da Rádio Jutanópolis de Manacapuru Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Manacapuru, Estado do Amazonas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 506, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Monte Castelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamboril, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.682, de 26 de agosto de 2002, que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro Monte Castelo a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tamboril, Estado do Ceará, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 507, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Águas Claras FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 925, de 5 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 18 de dezembro de 1997, a permissão outorgada à Rádio Águas Claras FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 508, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Crateús Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.781, de 10 de setembro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 27 de março de 1997, a permissão outorgada à Rádio FM Crateús Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crateús, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 509, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Placar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 29 de agosto de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 7 de julho de 1998, a concessão da Rádio Placar Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ortigueira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 510, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Independência de Medianeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 27 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de março de 1998, a concessão da Rádio Independência de Medianeira Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Medianeira, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 511, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de abril de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 8 de setembro de 1998, a concessão da Central São Carlos de Comunicação Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 512, DE 2005

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Barigui Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 415, de 14 de agosto de 2003, que outorga permissão à Rádio Barigui Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 513, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 428, de 28 de agosto de 2003, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Moradores de Petrolina de Goiás – GO a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolina de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 514, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortim, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 541, de 16 de outubro de 2003, que altera a Portaria nº 2.938, de 18 de dezembro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Município de Fortim a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 3 de junho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 75ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 3 DE JUNHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 592, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor Demosthenes Ribeiro Carminé, pela sua posse na Academia Amazonense de Letras..... 17766

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o Código Penal para prever a possibilidade de perdão da execução da pena na hipótese que especifica. 17766

Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 729 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a readmissão ou reintegração de empregado..... 17770

Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta inciso ao artigo 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispondo sobre a prova de quitação de débitos trabalhistas..... 17771

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ JORGE – Consequências das chuvas que assolaram o Estado de Pernambuco.... 17772

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Insatisfação com os dados sobre desmatamento divulgados durante o transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente..... 17775

SENADOR AELTON FREITAS – Manifesto entregue ao Ministro da Fazenda a respeito das dificuldades enfrentadas pelos setores sucroalcooleiro e de grãos. Divulgação da Carta Primavera, na qual o setor de grãos aponta suas dificuldades e propõe soluções. 17777

SENADOR MARCO MACIEL – Importância da cooperação diplomática entre Brasil e Argentina. ... 17778

1.2.4 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Antonio Leite Andrade, suplente convocado da representação do Estado do Maranhão

1.2.5 – Comunicação

Do Senador Antonio Leite, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. 17783

1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR SIBÁ MACHADO – Defesa da preservação da floresta amazônica..... 17783

SENADOR JOSÉ JORGE – Repúdio às ações do Governo para evitar a CPI dos Correios..... 17785

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Presença do nome da Senadora Heloísa Helena nas últimas pesquisas para a Presidência da República. Críticas ao Governo do Acre. 17785

SENADORA HELOÍSA HELENA, como líder – Agradecimento ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Disposição de S. Exª para assumir uma candidatura à Presidência da República..... 17788

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – O desmatamento da Amazônia. Referências à matéria de capa da revista **IstoÉ Dinheiro**, intitulada “Cerco à Amazônia”. Leitura de editorial do jornal **O Globo**, publicado na edição de hoje, de autoria do jornalista Luiz Garcia, intitulado “A página e a Amazônia”..... 17789

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Contestação à informação de que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, adiará para o segundo semestre o julgamento de mandado de segurança referente à instalação da CPI dos Bingos..... 17798

SENADOR ANTONIO LEITE – Defesa da criação do Estado do Maranhão do Sul..... 17798

SENADOR EDISON LOBÃO – Problemas que atingem os agricultores brasileiros. 17800

SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Providências adotadas pelo Governo Federal em relação à corrupção. 17808

SENADOR ALVARO DIAS – Repercussão na imprensa internacional da crise enfrentada pelo Governo Lula. Procedimentos adotados pelo Governo para impedir a CPI dos Correios. 17810

SENADOR PAULO PAIM – Dados socioeconômicos divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Necessidade de uma políti-

ca permanente para o salário mínimo. Decretação em Porto Alegre/RS, pela Fundação Palmares, do primeiro quilombo urbano. Trabalho desenvolvido pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, com relação ao seguro-agrícola. 17810

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito de ações do Governo para impedir a CPI dos Correios. 17816

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Reflexão a respeito de propostas sobre segurança pública apresentadas durante simpósio promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. 17820

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Solicitação de urgência para requerimentos de sua autoria, aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que solicitam informações a ministros de Estado. Entrevista concedida pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes ao jornal **Folha de S.Paulo**. 17822

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações acerca da importação de carcaças de pneus usados. 17822

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao Governo Lula. 17825

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR TIÃO VIANA – Transcrição de artigo do ex-Presidente José Sarney, intitulado “Um pouco de Nostalgia”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de hoje. 17828

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição de artigo de autoria de Augusto Nunes, intitulado “Ainda bem que o Barão não viu essa”, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 12 de maio último. 17830

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Transcrição de entrevista do Senador Cristovam Buarque publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de maio último. 17831

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Transcrição de editorial intitulado “Ocupação da máquina”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 17 de maio último. 17832

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Transcrição de matéria escrita pelo jornalista Fernando Rodrigues, intitulada “A crise política transborda”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de maio último. 17834

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição de matéria de autoria do jornalista Josias de Souza, intitulada “A última do Lula: um plano de metas para o ano 2022”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 29 de maio último. 17835

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de matéria intitulada “Para Ermírio, Lula precisa trabalhar mais”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de hoje. 17836

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 72 a 77, de 2005. 17838

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.451 a 2.461, de 2005 17841

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 75ª Sessão Não Deliberativa, em 3 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 592, DE 2005

Requer voto de aplauso ao escritor Demosthenes Ribeiro Carminé pela sua posse na Academia Amazonense de Letras.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao escritor Demosthenes Ribeiro Carminé, pela sua posse na Academia Amazonense de Letras.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Presidente da Academia Amazonense de Letras.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. Demosthenes Ribeiro Carminé é escritor consagrado no Amazonas e na região Norte. Ele vai ocupar a cadeira nº 17, de Francisco de Castro.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2005

Altera o Código Penal para prever a possibilidade de perdão da execução da pena na hipótese que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

Prescrição depois de transitar em julgado sentença final condenatória

“Art. 110.

§ 3º Na hipótese do **caput**, transcorrido lapso igual ou superior a dois terços do prazo previsto para a prescrição sem que haja causas interruptivas ou suspensivas, o juiz poderá deixar de executar a pena se o condenado não tiver praticado nenhum crime no correspondente período e sua conduta social, ocupação, antecedentes e outras circunstâncias recomendarem a extinção da pena.

§ 4º O perdão de que trata o parágrafo anterior não se aplica às condenações por crimes hediondos ou com pena privativa da liberdade superior a dez anos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição move-se, antes de tudo, por um princípio de justiça social. Ocorre, muitas vezes, que a pena fixada na condenação perde a sua relevância se não for imediatamente aplicada, e, não só a sua relevância, mas a sua necessidade, sobretudo quando o condenado mostra-se perfeitamente integrado ao meio social em que vive, exercendo ocupação lícita, sem qualquer envolvimento com atividades criminosas.

O perdão – gesto que funda o cristianismo – não é um instrumento estranho à justiça penal. Ao contrário, devemos entender que o poder-dever de punir recebe

mitigações de todos os poderes da República, ou seja, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário que podem, em certos casos, perdoar o condenado, aliviando-o do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Nesse sentido, o Poder Legislativo dispõe da competência para conceder anistia, nos termos do art. 48, VIII, da Constituição Federal (CF); o art. 84, XII, da CF confere ao Presidente da República a competência privativa para “conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei”, ressalvado o disposto no inciso XLIII do art. 5º, e, finalmente, o Poder Judiciário, nas hipóteses expressamente previstas na legislação, pode conceder o “perdão judicial” (arts. 107, IX, 120, 121, § 5º, 140, § 1º, 168-A, § 3º, 176, parágrafo único, 180, § 5º, 240, § 4º, 242, parágrafo único, 249, § 2º, 337-A, § 2º, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, bem como o art. 13 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que dispõe sobre a colaboração para a investigação criminal).

Partimos do pressuposto de que, em muitas situações, embora o cidadão tenha infringido a legislação penal, sua conduta deixou de ser socialmente reprovada, ou a própria pena perdeu sua utilidade. A situação oposta – ou seja, não acolher a possibilidade de perdão ou mitigação da pena – pode gerar situações de injustiça extrema.

A presente proposição estabelece, pois, uma nova modalidade de perdão judicial que opera sobre a execução da pena. Assim, o juiz poderá extinguir a pena imposta quando reunidos os seguintes requisitos: **a)** transcorrido lapso equivalente a dois terços do período em que ocorreria a prescrição integral depois do trânsito em julgado, desde que não intervenham causas interruptivas ou suspensivas; **b)** a extinção da pena seja recomendável tendo em vista a conduta social (auto-ressocialização do condenado), exercício regular de trabalho remunerado, constituição de família, antecedentes e outras circunstâncias, como as previstas, p. ex., no art. 94 do Código Penal. Como é da natureza do perdão judicial, tal medida constitui uma faculdade do magistrado, e não um direito subjetivo do condenado.

Com base no caso concreto, o juiz deverá ponderar todas aquelas condições para verificar se a execução da pena ou sua continuidade é a medida adequada, necessária e proporcional, principalmente em face da finalidade de reinserção social do condenado, consagrada no art. 1º da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, e no art. 5º da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, incorporada ao

ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

Não somos movidos – tenha-se claro – por qualquer sentimento de liberalidade, mas apenas pelos critérios de justiça e de razoabilidade quanto às finalidades da lei penal. Ora, passado um período juridicamente relevante (tanto é que muito próximo ao período em que ocorreria, por inteiro, a prescrição!), e apresentando o condenado boa conduta social, trabalho regular e antecedentes favoráveis, é razoável que se deixe o juiz decidir sobre a necessidade do prosseguimento da execução penal. Seria uma enorme hipocrisia ignorar a situação caótica do sistema prisional brasileiro e suas influências nefastas sobre a pessoa do condenado, tanto pelas condições aviltantes da prisão como pela cooptação de grupos de internos, fatores que reduzem invariavelmente os horizontes da sua ressocialização.

Registre-se, finalmente, que tomamos o devido cuidado para que a proposta não venha beneficiar os condenados por crimes hediondos ou aqueles que receberam pena superior a dez anos. Com isso, entendemos que o perdão da execução da pena ficará restrito a hipóteses bastante razoáveis.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

.....

TÍTULO VIII

Da extinção da punibilidade

Extinção da punibilidade

Art. 107. Extingue-se a punibilidade: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – pela morte do agente;

II – pela anistia, graça ou indulto;

III – pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso;

IV – pela prescrição, decadência ou perempção;

V – pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;

VI – pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;

VII – (Renovado pela Lei nº 11.106, de 2005);

VIII – (Renovado pela Lei nº 11.106, de 2005);

IX – pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

Prescrição depois de transitar em julgado sentença final condenatória

Art. 110. A prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984);

§ 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984);

§ 2º A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984);

Perdão judicial

Art. 120. A sentença que conceder perdão judicial não será considerada para efeitos de reincidência. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984);

LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

Dos crimes contra a pessoa

CAPÍTULO I

Dos crimes contra a vida

Homicídio simples

Art 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

.....
§ 5º Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24-5-1977);

Injúria

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I – quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II – no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

Apropriação indébita previdenciária (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 168-A. Deixar de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000);

.....
§ 3º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

I – tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios; ou (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela Previdência Social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Outras fraudes

Art. 176. Tomar refeição em restaurante, alojar-se em hotel ou utilizar-se de meio de transporte sem dispor de recursos para efetuar o pagamento:

Pena – detenção, de quinze dias a dois meses, ou multa.

Parágrafo único. Somente se procede mediante representação, e o juiz pode, conforme as circunstâncias, deixar de aplicar a pena

CAPÍTULO VII

Da receptação

Receptação

Art. 180. Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 5º Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

Adultério

Art. 240. (Renovado pela Lei nº 11.106, de 2005)

Art. 242. Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil: (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Pena – reclusão, de dois a seis anos. (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Parágrafo único. Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza: (Redação dada pela Lei nº 6.898, de 1981)

Subtração de incapazes

Art. 249. Subtrair menor de dezoito anos ou interdito ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou de ordem judicial:

Pena – detenção, de dois meses a dois anos, se o fato não constitui elemento de outro crime.

§ 1º O fato de ser o agente pai ou tutor do menor ou curador do interdito não o exime de pena, se destituído ou temporariamente privado do pátrio poder, tutela, curatela ou guarda.

§ 2º No caso de restituição do menor ou do interdito, se este não sofreu maus-tratos ou privações, o juiz pode deixar de aplicar pena.

Sonegação de contribuição previdenciária (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

SEÇÃO II

Das atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
VIII – concessão de anistia;

SEÇÃO II

Das atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei:

TÍTULO II

Dos direitos e garantias fundamentais

CAPÍTULO I

Dos direitos e deveres individuais e coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem:

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999.

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO II

Da proteção aos réus colaboradores

Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

I – a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa;

II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

III – a recuperação total ou parcial do produto do crime.

Parágrafo único. A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Do objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992

Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, entrou em vigor internacional em 18 de julho de 1978, na forma do segundo parágrafo de seu art. 74;

Considerando que o Governo brasileiro depositou a carta de adesão a essa convenção em 25 de setembro de 1992; Considerando que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) entrou em vigor, para o Brasil, em 25 de setembro de 1992, de conformidade com o disposto no segundo parágrafo de seu art. 74;

Decreta:

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2005

Altera o art. 729 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a readmissão ou reintegração de empregado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 729 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 729. O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste e da multa de R\$10,00 (dez reais) a R\$50, 00 (cinquenta reais) por dia, até que seja cumprida a decisão, ainda responderá por infringência ao disposto no art. 330 do Código Penal, mediante denúncia, **ex officio**, do Juiz do feito ao Ministério Público.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Visa o presente projeto de lei tornar mais rigorosa a atual prescrição do art. 729 da Consolidação das Leis do Trabalho, que prevê mera multa administrativa e o pagamento dos salários devidos no caso do empregador recusar-se a readmitir ou reintegrar um seu ex-empregado.

Os casos de readmissão decorrem, em geral, de uma despedida injusta ou mal justificada, em que o empregado inconformado recorre à Justiça. Cria-se, então, uma relação empregatícia conflituosa, pois o empregador se recusa a aceitar de volta aquele trabalhador para ele indesejável; recebida a ordem judicial, usa de todos os subterfúgios para cumpri-la, ora não pagando os salários devidos, ora não depositando a multa variável de dez a cinquenta reais por dia. Ora, tal penalidade chega a ser ridícula para a maioria das empresas que, por capricho de seus dirigentes, preferem pagá-la a ter de readmitir seu ex-empregado e, conseqüentemente, obedecer à determinação da Justiça.

O mesmo ocorre na reintegração, quase sempre decorrente da rescisão do contrato de trabalho de empregado estável, situação hoje pouco comum devido à instituição do FGTS, e em alguns casos de reabilitação de acidente do trabalho.

De qualquer forma, além do procedimento prejudicial ao trabalhador, a recusa ou a demora injustificável em readmiti-lo ou de pagar o salário devido, é, sem dúvida alguma, acintosa à Justiça que, em processo judicial regular, determinou ao empregador o cumprimento de sentença transitada em julgado. Evidenciada, portanto, uma clara hipótese de “desobediência à ordem legal”, tipificada como crime no Código Penal, no Capítulo “Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração (Pública) em Geral”.

O presente projeto mantém a redação atual do art. 729, apenas acrescentando-lhe, ao final, a possibilidade de enquadramento do empregador no crime de desobediência, mediante representação **ex officio** do Juiz, que, se acolhida pelo Ministério Público, poderá resultar na detenção de 15 a seis meses e multa. Talvez assim, para não passar alguns dias na cadeia, o

dirigente da empresa prefira cumprir a ordem judicial de readmissão do empregado.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 6.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição decreta:

SEÇÃO III

De outras penalidades

Art. 729. O empregador que deixar de cumprir decisão passada em julgado sobre a readmissão ou reintegração de empregado, além do pagamento dos salários deste, incorrerá na multa de Cr\$10,00 (dez cruzeiros) a Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) por dia, até que seja cumprida a decisão. (Vide Leis nºs 6.986, de 1982 e 6.205, de 1975)

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

CAPÍTULO II

Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral

Desobediência

Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2005

Acrescenta inciso ao artigo 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dispondo sobre a prova de quitação de débitos trabalhistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

.....
IV – prova da quitação de débitos trabalhistas fornecida pelo órgão da Justiça do Trabalho da jurisdição do licitante.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Têm sido numerosas as denúncias de empregados despedidos e ainda desempregados que, embora vitoriosos em decisões transitadas em julgado na Justiça do Trabalho, ficam sem receber as reparações ou indenizações a que têm direito, seja por mero capricho, por relutância ou até desprezo dos seus antigos empregadores em cumprir a ordem judicial. São geralmente grandes empresas, com alta rotatividade de trabalhadores, com o sói acontecer, por exemplo, com as construtoras e empreiteiras de obras.

Num giro de negócios que envolve alguns milhões de reais, uma indenização de cinco mil, dez mil ou pouco mais nada significa para aquelas empresas, muito embora seja para o trabalhador sinônimo da sobrevivência sua e da família. O rito do Processo Judiciário do Trabalho, no entanto, facilita ao empregador infinitas formas de procrastinar o cumprimento de uma decisão da primeira instância. São vários os recursos e momentos que podem demandar anos a fio de discussões acadêmicas, além do inacreditável acúmulo de processos pendentes de distribuição ou de julgamento nos Tribunais Regionais e no TST.

Há que se fazer, portanto, algo que favoreça o trabalhador quando vencedor da demanda judicial. A CLT, na sua parte processual, é bem mais “generosa” com o empresário, pois, no caso aqui tratado, pune o desidioso com algumas multas administrativas que ainda podem ser objeto de questionamento em procedimento de execução.

Diz o ditado popular que a parte mais sensível do corpo humano é o bolso... Não deve ser diferente “no corpo empresarial”... Daí por que o presente projeto – por não ser possível inserir, adequadamente, uma punição mais severa no texto consolidado – propõe a inclusão, na Lei das Licitações, da exigência de que a empresa licitante junte à documentação relativa à sua “habilitação jurídica” a prova de que está quites com suas obrigações trabalhistas, tal como é exigido em relação ao Fisco e à Previdência Social.

Pretende-se, assim, que tais empregadores, para não perderem a possibilidade de faturar alguns milhões de reais numa licitação, preferiram quitar, desde logo, seus débitos com a Justiça do Trabalho, os quais, em alguns casos, poderão ser até de valor inferior à cópia do edital de concorrência!

Sala das Sessões, 3 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III – garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no **caput** e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Por se tratar de sessão não deliberativa, todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores, após o tempo regulamentar, terão tolerância de mais cinco minutos, salvo se usarem da palavra na condição de Líder ou para comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um ano e meio depois das enchentes que castigaram o Estado, novas chuvas provocaram tragédias no Estado de Pernambuco.

As chuvas que caíram nos últimos dois dias – no caso, quarta-feira e quinta-feira desta semana – deixaram 24 mortos e quatro mil famílias desabrigadas em 16 Municípios da região metropolitana do Recife e do interior do Estado.

Na realidade, o lamentável é que, desses 24 mortos, 15 eram índios que estavam numa kombi da Funai, deslocando-se para Recife, a fim de receberem atendimento médico. Com a forte chuva, o veículo caiu dentro do rio e 15 dos 16 ocupantes morreram, apenas um índio se salvou. E um bombeiro que entrou para salvar os índios também faleceu na operação.

Segundo a Codecipe – Comissão de Defesa Civil de Pernambuco, além das oito cidades castigadas no Grande Recife, o temporal causou transbordamento de rios e atingiu mais oito municípios do Agreste e da Zona da Mata. Extra-oficialmente, o número ultrapassa vinte cidades, já que algumas Prefeituras não informaram a situação oficial ao Governo do Estado.

Efetivamente, como as maiores chuvas e os maiores desastres ocorreram ontem, muitas Prefeituras até agora, pelo caos que se formou nessas cidades, ainda não avisaram ao Governo do Estado a difícil situação em que se encontram. Para hoje, há previsão de mais chuvas e, portanto, de maiores problemas, visto que, com a terra já bastante encharcada, muitas vezes, há probabilidade de desabamentos ou coisa parecida.

A situação nos municípios atingidos é de caos e há destruição parcial de residências e instalações de uso público. Bancos e comércios foram fechados, aulas nas escolas foram suspensas e as estradas estão intransitáveis.

Na região do Grande Recife, foram atingidos os municípios de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo, Paulista, Moreno, Ipojuca e São Lourenço da Mata. No interior, Vitória de Santo Antão, Pombos, Caruaru, Gravatá, Amaraji, Rio Formoso, Primavera, Limoeiro, Escada, Camarajipe e Barra de Guabiraba.

Em Vitória de Santo Antão, 15 mil pessoas estão desabrigadas e mais de dez bairros se encontram ilhados. Em Pombos, a situação é crítica: diversas localidades estão isoladas, quatro pontes foram arrastadas pela correnteza. Em Caruaru e Gravatá, a chuva provocou grandes estragos. Em Limoeiro, centenas de pessoas foram retiradas do Bairro da Barriguda e abrigadas em prédios públicos. Em Primavera, cerca de 300 pessoas ficaram desabrigadas e seis bairros foram inundados; 12 casas desabaram e mais de 15

ficaram parcialmente destruídas. A cidade de Amaraji ficou bloqueada com a queda de duas ribanceiras que interditaram trechos da PE-063 e 073. Em Escada, o rio Ipojuca transbordou, oito bairros ficaram alagados e mais de 300 pessoas estão desabrigadas.

A BR-232 é a principal estrada de Pernambuco e liga o Recife ao sertão, até o Piauí etc. Com mais de 700 quilômetros, corta o Estado inteiro como se fosse a espinha central de um peixe e está interditada pela Polícia Rodoviária Federal na altura do município de Vitória de Santo Antão, isto é, a 40 quilômetros de Recife, pois a água invadiu a pista no sentido interior-Recife e obrigou o tráfego de veículos pela contramão.

No Recife, a cidade mais atingida, com 57 deslizamentos de barreiras e 14 desabamentos totais ou parciais de imóveis, foi decretado “Estado de Alerta Máximo”. De 7 da manhã às 19 horas, foram registradas 695 ocorrências, a maior parte no Ibura, Morro da Zona Sul. Até o início da noite, 114 famílias haviam sido removidas.

Como eu já disse, a pior tragédia aconteceu na BR-232, quando 16 índios, um motorista da Fundação Nacional de Saúde – Funasa e um soldado do Corpo de Bombeiros morreram afogados no córrego Duas Unas, em Jaboatão de Guararapes, no Grande Recife.

Enquanto isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Prefeito João Paulo se encontra na China. Na realidade, além das dificuldades, estamos sem Prefeito. O nosso Prefeito se encontra na China fazendo não sei bem o quê. Enfim, estamos sem Prefeito.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre e ilustre Líder da Minoria, Senador José Jorge, quero, antes de mais nada, registrar a preocupação de V. Ex^a com os graves fatos ocorridos em Pernambuco, especialmente na Grande Recife e no Agreste, com relação às chuvas caídas nos últimos dias. Foram chuvas com grande intensidade, que provocaram danos econômicos irreversíveis, sobretudo com perda de quase três dezenas de vidas, sem contar que muitas famílias, como V. Ex^a salienta, estão desalojadas e muitos são os estragos que ocorreram na infra-estrutura física e econômica. Participo da preocupação de V. Ex^a quando reclama maior participação do Poder Público, sobretudo, da Prefeitura de Recife, no apoio às vítimas das enchentes e na realização de ações preventivas que minorem os impactos das chuvas. Vimos mais uma vez, sobretudo no Recife, que muitos dos alagamentos poderiam ter sido evitados se houvessem sido feitas previamente ações no sentido de melhorar o esgotamento das águas nas calhas das ruas e a falta de adoção de outras providências nos bairros mais pobres, normalmente são os mais atingidos quando as chuvas caem com maior

intensidade. Cumprimento V. Ex^a e também faço coro com a preocupação de V. Ex^a no sentido de que o Governo Federal nos ajude neste momento. Nos últimos acontecimentos em Pernambuco, o Governo Federal praticamente não se sensibilizou em dar o menor apoio financeiro para socorrer as vítimas das intempéries. Ainda aguardamos apoios prometidos e não viabilizados em ocorrências passadas, e esperamos que isso não ocorra desta feita, isto é, que o Governo Federal, por intermédio de sua Secretaria de Defesa Civil, libere recursos que possam contribuir para reduzir o sofrimento das populações atingidas, sobretudo, daquelas mais pobres. Portanto, meus cumprimentos. Faço meu o apelo de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

V. Ex^a lembrou muito bem que, no ano passado, dos 184 municípios do Estado, 113 foram atingidos pela cheia que, como vimos, castigou praticamente todo o Estado. O Governo do Estado, juntamente com as Prefeituras, fez o levantamento de todas as necessidades. Naquela vez, como desta também, foram atingidas muitas estradas, muitas barragens e escolas foram destruídas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – O que aconteceu? Reivindicamos, nesta Casa, que fosse editada uma medida provisória para o atendimento desses casos de calamidade pública, não só o de Pernambuco, mas também os de outros Estados, quando acontecessem.

Toda a Bancada de Pernambuco, inclusive V. Ex^a, Senador Marco Maciel, foi convocada para uma reunião, no Ministério da Integração Nacional, com o Ministro Ciro Gomes, que cuida dessa questão. Estavam presentes muitos Deputados e Senadores. O Ministro anunciou que o Governo Federal não editaria uma medida provisória, mas determinaria que cada Ministério, dentro de sua área, fizesse o atendimento daquilo que tinha sido atingido. Isto é, o Ministério da Saúde cuidaria dos hospitais; o Ministério da Educação, das escolas; o Ministério dos Transportes, das estradas etc.

Quando foi dito isso, verificamos logo que não daria certo, porque, na realidade, Senador Marco Maciel, o Governo Federal não cuida nem dos seus programas normais. Ontem mesmo, falei sobre essa questão no plenário. Se olharmos o que o Governo aplicou em seus programas ditos prioritários, veremos que, em alguns ainda não aplicou – já estamos quase chegando à metade do ano – 2% daquilo que está previsto no Orçamento. É falta de dinheiro? Não, porque ve-

mos que, a cada mês, o superávit primário se supera. Podemos até usar esta frase: o superávit se supera. Dessa última vez, pagaram-se todas as despesas, os juros, e ainda sobrou dinheiro. Quer dizer, na realidade, é má-vontade e incompetência.

Portanto, penso que, desta vez, se o Governo Federal realmente quiser dar um atendimento a Pernambuco ou a outros Estados que por acaso tenham sofrido uma enchente semelhante, só há um caminho: fazer uma medida provisória. Ora, nós aqui sempre combatemos a medida provisória, mas quando esta não é urgente nem relevante. Diga-se de passagem, a maioria das medidas provisórias baixadas pelo Governo Lula não é urgente nem relevante. Agora, as medidas provisórias utilizadas em caso de calamidade pública são urgentes e relevantes.

Hoje li no jornal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo Federal reservou 1,5 milhão para liberação de emenda de cada Deputado da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara, que votar contra a CPI dos Correios. Ora, se há dinheiro para dar a Deputado que mudar seu voto, se há dinheiro para Deputado retirar sua assinatura da CPI, por que não há para se fazer uma medida provisória e atender aos flagelados do Estado de Pernambuco ou de outro Estado qualquer que esteja passando por essa dificuldade?

Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, primeiramente, quero destacar o denodo de V. Ex^a na defesa do seu Estado, como hoje, na tribuna. Isso tem sido uma rotina, uma demonstração de muita competência, sensibilidade política e apurada responsabilidade pública. V. Ex^a é representante de Pernambuco e luta, em primeiro lugar, por sua terra. Agora, no plano nacional, V. Ex^a tem sido também um opositor inteligente: destaca, no seu discurso, o superávit primário, que se supera, como bem diz, e que está na contramão do crescimento econômico. O superávit primário é incrivelmente desproporcional em relação ao pífio crescimento econômico, que só pode ser comemorado por governo incompetente: 4,9% em dois anos. Em 2003 e 2004, o Brasil cresceu apenas 4,9%; enganaram-nos, dizendo que o crescimento teria sido de 5,2% e agora tiveram de contar a verdade: foi de 4,9%. Portanto, é desproporcional um superávit que alcançou, agora, no mês de abril, 7,6%, muito além, praticamente o dobro do que exigia o Fundo Monetário Internacional. Isso revela que o FMI doméstico – não o internacional, mas o FMD, fundo monetário doméstico – é muito mais rigoroso, muito mais impiedoso do que aquele instalado em Washington. Nós sofremos com isso, porque os recursos que deveriam ser aplicados,

para atender a essas necessidades básicas, a essas prioridades inadiáveis, são acumulados para alcançar esse superávit primário desproporcional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.

V. Ex^a tem absoluta razão. Todo dia há notícias, no jornal, de que determinados setores não dispõem dos recursos necessários para fazerem suas atividades. Ontem mesmo, tivemos a informação de que a ANP está suspendendo algumas licitações na área de petróleo, por falta de recursos para fazer as pesquisas. Não darei outros exemplos, mas são muitos.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria, primeiro, de dizer que as Prefeituras municipais evidentemente terão de agir; segundo, que o Governo do Estado atenderá, com suas próprias forças – já está fazendo isso –, aquelas pessoas necessitadas, mas que é necessário que o Governo Federal baixe uma medida provisória. No ano passado, reivindicamos isso, aliás, durante mais de um ano, e não foi feito...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Perto das eleições, no mês de setembro, o Governo Federal baixou uma medida provisória que incluiu o Município de Camaragibe. Ou seja, apenas um Município, dos 113 atingidos, teve uma medida provisória exclusiva e recebeu R\$2 milhões. Por quê? Porque o Prefeito desse Município era o Presidente do PT estadual – que, aliás, diga-se de passagem, perdeu a eleição e foi demitido do cargo, porque se revelou incompetente.

Sr. Presidente, não é possível que se faça política até com o flagelo, com a dor das pessoas. Nossa reivindicação é muito simples: medida provisória, para que aquelas pessoas possam ser atendidas de forma honesta e competente, como sempre foi feito. O único caminho, infelizmente, é o da medida provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O eminente Senador Marco Maciel havia pedido um aparte, mas V. Ex^a, Senador José Jorge, não concedeu.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a não permitiu.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, infelizmente, já concluiu seu pronunciamento.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a deseja falar pela ordem? Gostaria de expressar sua opinião? V. Ex^a pode fazê-lo.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, pela ordem.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Peço minha inscrição como Líder do PL, para uma comunicação; tenho uma viagem marcada para as 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a terá a palavra após a Senadora Fátima Cleide.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se houver oportunidade, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos e cinco de tolerância.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 5 de junho, comemora-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.

A Semana do Meio Ambiente de 2005 foi antecedida, no Brasil, pela divulgação dos índices de desmatamento na Amazônia, registrados no período de 2003 a 2004. Os números expõem o Estado do Mato Grosso e o meu querido Estado de Rondônia como campeões da devastação – devastação essa que reduz a diversidade biológica, empobrece o solo, polui e diminui mananciais, altera o regime de chuvas, o sistema hídrico e o clima, repetindo um processo que desertifica o Nordeste brasileiro, há 400 anos.

O grave, quanto à Amazônia, é que a capacidade tecnológica instalada no século XXI não demandará outros 400 anos, para levar a maior floresta tropical do mundo aos mesmos resultados, afetando, imediata e drasticamente, toda a Amazônia continental, que – é sempre bom lembrar – compartilhamos com outros sete países.

Há muito se sabe – e o sistema de monitoramento ambiental confirma – que a devastação da Amazônia cresce proporcionalmente à grilagem de terras, à invasão de territórios indígenas, à expansão das madeiras ilegais, às queimadas que abrem espaço para a pecuária e a monocultura agrícola – especialmente da soja –, além da corrupção historicamente instalada nas estruturas do Estado brasileiro.

Não por acaso, são aqueles setores também os principais patrocinadores dos veículos de comunicação na região amazônica, bem como das campanhas

eleitorais de grande parte dos políticos executivos e legislativos regionais.

Por consequência, a informação que se tem veiculado sobre os índices de desmatamento na Amazônia distorce, Sr. Presidente, a verdade dos fatos e desvia a atenção da sociedade brasileira, atribuindo ao Governo Lula, em geral, e à Ministra Marina Silva, em particular, a total responsabilidade pelos dados que ora nos espantam.

Assim sendo, cumpro o que entendo ser a minha responsabilidade, trazendo a esta tribuna minha contribuição ao devido esclarecimento sobre esses dados.

É necessário que a sociedade brasileira saiba que, graças às inúmeras iniciativas do Ministério do Meio Ambiente, integrando diferentes órgãos de Governo e diferentes setores da sociedade, o desmatamento recuou consideravelmente, com reduções superiores a 20% e a 30%, em seis Estados amazônicos: Amazonas, Amapá, Acre, Tocantins, Pará e Maranhão.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Logo em seguida, Sr. Senador José Jorge.

Na verdade, o desmatamento aumentou percentualmente em apenas dois Estados amazônicos, Mato Grosso e Rondônia, exatamente os dois Estados amazônicos cujos Governos insistem em transgredir a legislação ambiental brasileira e se recusam às parcerias oferecidas pelos programas de proteção ambiental do Governo Federal. São esses exatamente os dois Estados administrados sob o pretexto do desenvolvimento a qualquer custo, em favor do lucro rápido e fácil, para alguns setores particulares, em detrimento de tudo o mais.

Só no Mato Grosso, a área desmatada corresponde a 48% do total suprimido na Amazônia neste último ano. Os demais Estados amazônicos registram índices de desmatamento reduzidos em relação ao período anterior. E esse resultado se deu na medida em que firmaram parcerias com os programas federais de combate ao desmatamento, associados à criação de novos parques, áreas protegidas e reservas extrativistas.

É o caso do Amazonas, por exemplo, que tem colaborado com as ações do Governo Federal, por intermédio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e dos efetivos da Polícia Estadual, no monitoramento, no combate e na prevenção ao desmatamento naquele Estado. No Acre, idem – especialmente no referente ao processo de autorizações para desmate.

E, mesmo no Mato Grosso, o supercampeão do desmatamento amazônico, houve redução expressiva nos índices nas áreas de competência do Ibama e dos

órgãos federais – que são as propriedades com menos de 300 hectares de extensão. O grande avanço contra a floresta se deu exatamente na área de competência exclusiva do Governo estadual, do Governador Blairo Maggi – um dos maiores produtores de soja do mundo –, que fez a opção pela expansão do agronegócio, a qualquer custo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, coincidentemente, as investigações que o Ministério do Meio Ambiente tem implementado desde junho de 2003 acabam de identificar e desbaratar uma enorme quadrilha que atuava, há pelo menos 14 anos – e há quem diga, Sr. Presidente, que atuava já no antigo IBDF –, justamente no Estado de Mato Grosso, com ramificações significativas nos Estados de Rondônia e Pará, chegando até os portos das Regiões Sul e Sudeste. Ontem, isso foi muito bem relatado pelo Senador Tião Viana, que ora ocupa a Presidência da Mesa.

Isso é fruto da iniciativa pró-ativa do Governo Lula, de combate à corrupção, curando o nosso País de um mal que resistia confortavelmente instalado nas estruturas de governo ao longo da nossa história.

As ações de combate ao desmatamento da Amazônia incluíram as investigações silenciosas que agora apresentam à sociedade e à Justiça uma rede de exploradores ilegais de madeira, na maior operação já realizada pela Polícia Federal brasileira. Entre os criminosos, estão 42 empresários, 47 servidores do Ibama, sendo 39 servidores de carreira e oito de cargos comissionados. Todos já têm ordem de prisão decretada, além de responderem a processo administrativo e disciplinar. Os oito que ocupavam cargos comissionados – portanto, indicados pelo atual Governo Federal – já estão exonerados, enquanto que os de carreira só poderão ser demitidos depois de julgados pela Justiça.

Ouç o Senador José Jorge e, posteriormente, o Senador Sibá Machado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Fátima Cleide, em primeiro lugar, eu gostaria de prestar a minha solidariedade a V. Ex^a em relação a essa questão do desmatamento da Amazônia. Todos nós consideramos esse aumento do desmatamento muito grave. Mas, na verdade, também não podemos inocentar o Governo Federal, o Presidente Lula e a Ministra Marina Silva. Todos sabemos que a Ministra Marina Silva é uma das mais importantes representantes da região amazônica nesta Casa, mas também sabemos que se trata de uma Ministra que não tem o prestígio que deveria ter no Governo. No caso dos transgênicos, S. Ex^a lutou e lutou e perdeu. E, em muitos outros casos, S. Ex^a não tem tido o prestígio que merece, inclusive, pela sua biografia no Governo. Em segundo lugar, não nos cabe agora simplesmente inocentar o Governo

Federal desse aumento do desmatamento e culpar A, B ou C. Vimos ontem, por exemplo, a denúncia de corrupção num órgão federal. Mesmo que isso aconteça há 14 anos ou 20 anos, na realidade se trata de um órgão federal. Inclusive, um diretor do Ibama foi preso pela Polícia Federal. Penso que, para a Amazônia, é melhor que, em vez de procurarmos os culpados, procuremos resolver essas questões, no sentido de que, no próximo ano, possamos diminuir o desmatamento na Amazônia. Não podemos repassar a culpa ao Governador A, B ou C. Se o Governador Blairo Maggi ou qualquer outro tem culpa – e penso até que pode tê-la –, o Governo Federal também tem culpa. É melhor que todos assumamos nossas culpas, para que atinjamos o objetivo, que é o de V. Ex^a, que é o da sociedade brasileira: diminuir o desmatamento. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador José Jorge, agradeço a V. Ex^a. Concordo que temos de responsabilizar os culpados. Aquilo que é da culpa do Governo Federal, o próprio Governo Federal já está resolvendo. É isso o que aconteceu ontem com a operação Curupira, que não começou na semana passada, por conta dos índices de desmatamento; desde junho de 1993 e mais aceleradamente nos últimos nove meses, isso vem sendo investigado.

Ouç com prazer o Senador Sibá Machado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas ela foi divulgada no momento certo, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não é uma questão de divulgação. Como disse a nossa querida Senadora e Ministra Marina Silva, penso que houve uma feliz coincidência, indicada naturalmente pelo grande Ser superior.

Ouç o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, como V. Ex^a bem lembrou, o dia 05 de junho é considerado o Dia Mundial do Meio Ambiente, e deveríamos estar comemorando grandes conquistas. Não sei se comemoro ou se fico triste. Fico alegre por saber das medidas tomadas pelo Governo Federal – e, mais uma vez, parabeno o brilhante trabalho da Ministra Marina Silva –, mas fico triste de saber que existem pessoas que insistem em querer tudo para si, sozinhas, à revelia da lei, à revelia de todos. Infelizmente, nos Estados de Mato Grosso e de Rondônia, insisto em dizer, é que ainda existe o problema, porque, nos demais, a questão foi resolvida. Começa-se a negociar de maneira tranqüila e civilizada no sentido de que o desenvolvimento será tratado da maneira que todos desejamos. Infelizmente, o que se verifica é que, no Estado do Mato Grosso, instalou-se uma lei inconstitucional, porque está abaixo da Lei Federal, a de nº

2.166, que determina que é possível desmatar até 50% de uma propriedade numa área considerada floresta de transição. Isso é impossível e mostra que existem pessoas que insistem em querer trilhar um caminho abominável por todos nós, principalmente por aqueles que se dizem defensores da lei. Parabeno V. Ex^a e espero que, em tempos breves, possamos estar aqui, de fato, comemorando o que é a nossa casa, o meio ambiente, o nosso planeta Terra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado, as suas palavras enriquecem o meu pronunciamento. Aliás, como V. Ex^a mesmo coloca, esses resultados do ano de 2003 para 2004 indicam que estão corretas, sim, as diretrizes implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente do Presidente Lula.

Com base na participação da sociedade e na transversalidade das iniciativas de governo, o Ministério de Marina Silva tem trabalhado arduamente para:

- garantir à Amazônia uma estrutura orientada para a valorização da floresta como elemento econômico básico;
- incrementar o setor agropecuário, priorizando, principalmente, o uso de áreas já desmatadas;
- produzir regras claras para o ordenamento fundiário e territorial na região;
- planejar estrategicamente a infra-estrutura de transporte de energia; e
- assegurar eficiência e eficácia ao sistema de monitoramento e controle ambiental.

No caso do desmatamento na Amazônia, o importante é identificar os seus agentes e a sua lógica, as medidas para reverter esses processos e oferecer condições para a sociedade defender as florestas, suas populações, suas riquezas materiais e imateriais.

O desenvolvimento que a Amazônia pretende para si requer expansão e apoio às reservas extrativistas; um zoneamento econômico-ecológico que priorize o aproveitamento das áreas degradadas com a produção agropecuária; a opção por tecnologia não-predatória; o manejo agroflorestal apropriado; a expansão urbana planejada adequadamente, com indústrias limpas e energia não-poluente; o ecoturismo; a pesquisa e aplicações da biodiversidade; o combate à biopirataria, ao contrabando, à grilagem de terras e à corrupção em todos os níveis.

Sem dúvida, há muito a ser feito para que possamos comemorar, de fato, o Dia Mundial do Meio Ambiente com números satisfatórios para a Amazônia, e há muito mais a ser garantido como resultado concreto e urgente para a região. Sempre haverá o que aprimorar

e corrigir. Mas há muito de que se orgulhar e muito a celebrar por aqueles que amam o Brasil e a Amazônia e estão sob o comando do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra Marina Silva.

A propósito, quero neste momento parabenizar a Ministra. Todos os amazônidas estão orgulhosos e de cabeça erguida com a presença de S. Ex^a no Ministério do Meio Ambiente. Para nós, a Ministra não tem nada de “fraquinha”, a Ministra Marina Silva tem, sim, o apoio do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Tanto é assim que a Operação Curupira, que teve os resultados divulgados ontem, envolveu o Ministério Público Federal, a Polícia Federal e também a Força Aérea Brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, pela Liderança do PL.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A seguir, falará o Senador Marco Maciel.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, quinta-feira, estivemos na cidade de Primavera do Leste, Mato Grosso, em companhia dos nobres Senadores Jonas Pinheiro, Augusto Botelho e Lúcia Vânia e da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, reunidos com mais de dez mil produtores rurais.

Esses produtores, Sr. Presidente, trabalham com alta tecnologia, em grande escala e com alta produtividade, mas estão quebrando. Trata-se de uma área da economia que é responsável por grande parte do superávit primário, que tem garantido a balança comercial do nosso País. É lamentável que os nossos produtores se encontrem nessa situação.

Ontem foi feita a Carta de Primavera, um manifesto para tentar sensibilizar o nosso Governo e a equipe econômica para acharmos uma alternativa urgente para esse segmento que, hoje, é um dos principais do nosso País. Trata-se de nos voltarmos não só para o agronegócio, mas de focarmos o nosso produtor rural, aquele que trabalha, que gera renda, que gera muitas e muitas divisas ao nosso País. Está insustentável sustentá-lo no campo.

Ainda no âmbito do agronegócio, venho registrar uma importante ação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Casa relativamente a um segmento que se encontra bem, mas que, se não contarmos com a sensibilidade da equipe econômica, também pode enfrentar transtornos em um curto espaço de tempo: pretendo falar aqui do setor sucroalcooleiro.

Registro, a propósito, uma importante ação no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, fruto de uma audiência pública que realizamos sobre questões tributárias, que afligem diretamente o setor sucroalcooleiro, um dos mais importantes da agricultura nacional no momento.

A partir da pauta debatida nessa audiência no último dia 18 de maio, estou encaminhando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, juntamente com o Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, um manifesto de apoio às reivindicações tributárias do setor sucroalcooleiro, para o qual esperamos que o Ministro Palocci dispense atenção e muita sensibilidade.

O documento, Sr. Presidente, contém reivindicações de mudanças na tributação da atividade sucroalcooleira, por meio da edição de decreto que implemente a redução, para zero, das alíquotas de Cofins e de PIS/Pasep incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda do álcool etílico hidratado. Foram reivindicações construídas em conjunto com os presidentes dos sindicatos dos usineiros do álcool e do açúcar e associações representativas do setor, dentre eles o companheiro e conterrâneo Luiz Custódio Cota Martins, Presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do meu Estado de Minas Gerais (Siamig).

O que pleiteamos é que o Presidente da República assine um decreto regulamentando o art. 91 da Lei nº 10.833, já aprovada em dezembro de 2003 pelo Congresso Nacional. Diz o art. 91 que serão reduzidas a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de álcool etílico hidratado carburante realizada por distribuidor a revendedor varejista, desde que atendidas condições estabelecidas pelo Poder Executivo. Essa regulamentação será importante para combater prejuízos com a elevada informalidade na cadeia de comercialização do álcool, que tem levado a uma perda de arrecadação muito alta, estimada em R\$1 bilhão por ano, pois cerca de 30% do comércio do álcool, infelizmente, encontram-se na clandestinidade. A regulamentação da lei ainda representa um incentivo ao combustível renovável e contribuirá para sanear o mercado de gasolina, coibindo a venda de combustível adulterado, algo vergonhoso em nosso País.

Defendemos também no manifesto, Sr. Presidente, que a tributação do álcool hidratado seja diferenciada por ser um produto menos poluente, de forte interesse social, por gerar emprego e fixar o homem no campo. O Governo reduzirá a tributação, mas sem abrir mão da arrecadação, que seria compensada pela redução da informalidade. Dessa forma, poderíamos resgatar boa parte desse R\$ 1 bilhão que hoje é perdido por ano.

Ao encerrar esta breve comunicação, reitero que o nosso objetivo com esse manifesto, bem como dos nobres pares da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal é, sobretudo, defender, junto ao Governo Federal, uma medida que fará a sociedade civil pagar menos impostos e comprar um combustível mais barato e de melhor qualidade.

Aguardaremos, Sr. Presidente, uma manifestação do ilustre Ministro Palocci, na expectativa de que o nosso Governo acolha as nossas sugestões e ajude-nos a estimular e aperfeiçoar essa atividade tão importante para o desenvolvimento econômico do nosso País, que é a cadeia produtiva do álcool e açúcar.

Sr. Presidente, aproveito esses segundos que me restam para convidar a Casa a refletir muito sobre o seguinte: na próxima reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, discutiremos a situação dos produtores de grão, que, sem culpa, compraram insumos, matérias-primas e defensivos com o dólar a US\$ 3.10 e hoje estão sendo obrigados a vender a sua produção, que foi prejudicada por muitos fatores – mesmo a produção em que se usam altas tecnologias e que não sofreram com as intempéries –, com o dólar a US\$ 2.40 ou US\$ 2.50. Essa situação é insustentável. Precisamos fazer a nossa parte porque o segmento já se mobiliza para, até o começo de julho, fazer um caminhonagem ou o que for possível e, inclusive, colocar em Brasília o dobro de pessoas que o MST colocou no mês passado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Argentina sempre teve destacada importância nas relações externas do Brasil. E as recentes manifestações dos respectivos governos, ainda que muitas vezes desencontradas, apenas deixam evidente que essa importância continua grande e atual.

Ao longo de nossa história comum, entre Brasil e Argentina, políticos, jornalistas, empresários e estudiosos, em variadas circunstâncias e ocasiões, embora reconhecendo a existência de rivalidades, manifestaram-se realçando a amizade que une as duas nações no campo social, cultural, político e econômico.

Limitar-me-ei agora a fazer uma breve análise apenas no plano econômico e logo se verá que é muito intenso o intercâmbio entre as duas nações.

É possível que nem mesmo o próprio Presidente Roque Sáenz Peña, ao enunciar a célebre frase, no

começo do século passado, “tudo nos une, nada nos separa”, poderia imaginar o quanto essa afirmação iria retratar a profundidade do significado dessa relação. Na verdade, desde que Sáenz Peña, aliás, a convite de Rio Branco, visitou o Brasil em 1910, cada país viveu – cada um a seu modo – as transformações que passaram a ocorrer na sociedade internacional.

Aparentemente, à época de Sáenz Peña e de Rio Branco, além da geografia e das questões dela decorrentes, pouco poderia ser lembrado como fatores de cooperação efetiva entre as duas nações. A capacidade de antevisão desses dois notáveis estadistas permitiu perceber o verdadeiro alcance dessa cooperação. Entretanto, como observa o professor Daniel Larriquetta, da Universidade de Buenos Aires, a passagem da geração de Rio Branco e Sáenz Peña marcou o fim de uma época, tanto na Argentina quanto no Brasil, chamada “a era dos governos das minorias esclarecidas”. No Brasil, o escritor Álvaro Lins denominou essa fase como a época da “República dos Conselheiros... a época”, segundo ele, “mais feliz da República”.

Com efeito, desde então as grandes transformações sociais, econômicas e políticas afastaram as duas nações por muitas razões. No plano geral, as circunstâncias econômicas e políticas vividas pela Argentina na Primeira Grande Guerra Mundial, da Grande Depressão que se seguiu e da Segunda Grande Guerra eram substancialmente diferentes daquelas vividas pelo Brasil. Havia poucos elementos que seriam indícios de que a cooperação econômica se poderia constituir em fator essencial para o progresso das duas nações.

Por outro lado, a evolução do comércio internacional indicava que países como o Brasil e a Argentina deveriam reorientar suas economias no sentido da industrialização. Enfim, ficava evidente, já àquela época, que o crescimento demográfico e a urbanização indicavam a necessidade de aumentar a capacidade de geração de empregos, e a agricultura e as atividades extrativas revelavam-se, por si só, incapazes de promover o atendimento desses objetivos.

Ademais, na década de 50, começou a se observar uma redução da participação da agricultura no comércio internacional. Não vou descer a muitos dados, mas, em 1970, representava apenas 20% do comércio mundial. Assim, economias como a argentina e a brasileira, basicamente produtoras de bens primários, não poderiam por em prática outra estratégia que não fosse a da industrialização.

Outro fato que contribuiu para tornar pouco atrativa a cooperação entre os países em desenvolvimento e, em especial, entre o Brasil e a Argentina, era a percepção de que os fluxos de comércio em relação ao destes países referiam-se essencialmente aos Es-

tados Unidos e à Europa. Esse fato decorria tanto da guerra fria quanto da postura das Américas lusitana e espanhola: de costas uma para a outra. O fato é que não apenas o comércio, mas também a cultura e as relações políticas tinham muito pouco estímulo para a cooperação subcontinental, isto é, a cooperação no campo da América do Sul e, de modo particular, no Prata. Com efeito, até meados da década de 1970, apesar de iniciativas como ALALC (hoje Aladi), o fluxo de comércio entre os países da região era reconhecidamente irrisório.

A década de 1980, no entanto, marcou uma substancial inflexão neste rumo. Nações como o Brasil e Argentina haviam avançado bastante na industrialização, e a demanda pela abertura de mercados tornava-se crescente. Além disso, outros fatores contribuíam para que mudanças fossem feitas nas atitudes dos governos em relação à política externa. A crise do petróleo da década anterior, o fim da guerra fria, o esgotamento do modelo do desenvolvimento baseado na política de substituição de importações, que marcou também longo período da política econômica brasileira, e a crise da dívida externa que afetou o Terceiro Mundo foram fenômenos associados às profundas transformações ocorridas no plano internacional, cujos efeitos se fizeram sentir tanto no plano interno dos países quanto especificamente na América do Sul.

É nesse ambiente que Brasil e Argentina passaram a rever as suas prioridades e, ao definir novas estratégias de ação no campo externo, a cooperação Brasil-Argentina foi emergindo como um fator chave para as respectivas nações.

A partir de então, a história é conhecida, porque temos sido – todos nós de alguma forma e alguma medida – protagonistas e testemunhas das transformações em curso. A imprescindibilidade de modernizar a economia, especialmente a indústria, implicava o investimento em áreas sensíveis como energia nuclear, inclusive. A exemplo do que ocorrera na Europa, a cooperação nuclear entre Argentina e Brasil, iniciada nos fins da década de 1980, foi a saída para que antigas rivalidades não constituíssem em fatores prejudiciais a ambos os países. O entendimento no campo da energia elétrica seguiu na mesma direção. As crescentes necessidades energéticas geradas, ao fim e ao cabo, demandavam investimentos que presuponham o aproveitamento dos melhores potenciais disponíveis em termos de recursos hídricos.

Aí se insere, obviamente, a construção de Itaipu, do lado brasileiro, e de Corpus, do lado da Argentina.

Repetia-se com relação à hidroeletricidade o mesmo que es passara no uso da fonte nuclear. Em

síntese, Argentina e Brasil não poderiam mais ignorar um ao outro e fazer escolhas fundamentais sem que, de algum modo, afetassem o seu vizinho. Assim brotaram os acordos de cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina, sementes germinadoras do Mercosul.

A história – sabe-se – não é linear e, como acontece nas melhores famílias das nações, as relações entre os dois países são marcadas por oscilações, por desencontros em seus enlaces.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me um aparte, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Ouço o nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Marco Maciel, ouço com muita atenção o pronunciamento de V. Ex^a, que é de uma profundidade muito importante neste momento, enfim, quando se faz essa reflexão sobre o relacionamento de dois importantes países da América do Sul. E enquanto vimos patinando ao longo desse tempo para constituir este bloco chamado Mercosul, fortalecer esse intercâmbio comercial, fico imaginando esse paralelo com a União Européia que, há tanto tempo, avança naquilo que penso ser muito mais do que uma simples relação econômica. Chegaram a ponto de constituir um tribunal comum, uma moeda comum e, agora, até mesmo uma constituição comum. Claro que, ao propor uma constituição comum, vão se deparar com muitas realidades culturais milenares que, no meu entendimento, requerem um pouco mais de calma. E é notório, eu compreendo, que a União Européia está fazendo uma nova concepção de organização geopolítica. Acho que a América do Sul está pecando muito em ficar se perdendo em questões muito pequenas. O Brasil tem insistido em querer dizer que é o líder da América do Sul. E ouvi isso da reportagem de uma comentarista da CBN, que dizia que o Brasil não precisa provar nada para ninguém. O Brasil só precisa estender a sua mão, fazer o que tem que ser feito: um bom e civilizado relacionamento com todos os países componentes do Cone. E muito mais que isso, estender este promissor trabalho que o País está realizando, principalmente nesta última década e que promete para as duas décadas futuras, para que, no aniversário do bicentenário da Independência do Brasil, estejamos, em 2022, comemorando um novo momento do relacionamento entre América do Sul e todos os blocos e países do resto do mundo. Portanto, parabeno V. Ex^a por esta profunda reflexão. Acho que é muito sábio – e o momento é oportuno – que todos possamos pensar a partir do raciocínio de V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Sibá Machado, pelo aparte e devo fazer três rápidas considerações.

Em primeiro lugar, concordo integralmente que precisamos aprofundar o nosso relacionamento. E aprofundar o nosso relacionamento no Prata significa responder inclusive ao imperativo geográfico. Enfim, a geografia determina a história dos povos. E precisamos ter consciência, como aliás já teve com muita propriedade Rio Branco, de que no Prata radica certamente o nosso primeiro pólo de integração.

Em segundo lugar, V. Ex^a lembra com propriedade o que se passa na União Européia, em que pesem dificuldades eventuais, como essa relativa agora ao referendo da nova Constituição, que é, sem dúvida, o mais bem tecido modelo de integração. E vejam que, na Europa, as rivalidades eram muito maiores do aqui no Cone Sul, porque, como lembra V. Ex^a, eram culturas milenares e países que, muitas vezes, estiveram divididos por guerras. Por exemplo, os dois principais países promotores da integração européia, a França e a Alemanha, guerrilharam entre si pelo menos em três oportunidades no curso de dois séculos. Então, veja que eles foram capazes de esquecer o passado e construir o futuro.

E, finalmente, quando V. Ex^a reclama uma maior aproximação, de alguma forma, isso atende à visão de muitos que pensaram o futuro da integração do Brasil com a Argentina. É oportuno lembrar uma frase de Perón – na década de 40 ou 50, do século passado, se não estou equivocado – quando disse que o século XXI nos encontra unidos ou dominados, isto é, nos integramos ou certamente vamos ter muitas dificuldades para nos integrar na sociedade internacional. O Cone Sul dá ao Brasil, à Argentina e aos países que o integram uma certa vertebração, que vai permitir enfrentar esses tempos de globalização. E esse, ao meu ver, é o caminho do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os fatos, de forma veemente, têm mostrado que a industrialização favorece a integração. Há muito foram deixadas de lado as tradicionais teorias do comércio que partiam do pressuposto de que os fluxos de comércio estariam baseados numa divisão internacional de trabalho. Nas últimas décadas o comércio intensificou-se entre os países desenvolvidos industrialmente enquanto, ao contrário, o comércio entre países produtores de bens primários, de um lado, e países industrializados de outro, perdeu a importância de forma continuada e consistente. A ação integradora da União Européia e de países como os Estados Unidos e o Japão, conquanto distantes geograficamente e, apesar de não possuírem arranjos

de integração formais entre si, passaram a ser, cada vez mais, economias altamente articuladas entre si. Na verdade, ao final do século XX o comércio entre as nações industrializadas respondia por mais de 70% de todo o comércio mundial. Nesse quadro, o avanço na industrialização ocorrido na Argentina e no Brasil nas últimas décadas são um forte indicador de que o processo de integração entre as duas economias é a única via e não pode ser percebida senão como uma realidade imposta pela geografia e pela lógica da convivência na esfera internacional.

Alguns dados econômicos servem para mostrar o que se afirma. Em 1985, período em que os primeiros acordos estavam sendo gestados, a Argentina não chegava a representar 3% do comércio exterior brasileiro. Em 1998, já constituído o Mercosul, esse comércio atingiu cerca de 14%, tendo a Argentina se tornado o segundo país de maior participação no comércio exterior brasileiro. É verdade que, com as crises que se abateram primeiro sobre o Brasil e depois sobre a Argentina, o comércio se reduziu a 7%, em 2002. Entretanto, tendo em vista a recuperação da Argentina e do Brasil, o comércio voltou a crescer e se estima que esteja em torno de 8%.

Outro dado relevante a ser considerado diz respeito à qualidade do intercâmbio. Apesar das preocupações recentemente manifestadas especialmente pela diplomacia argentina, na pauta de comércio nas duas direções a participação dos manufaturados e semi-manufaturados predomina sobre os bens primários. Além disso, o fluxo de investimento e de pessoas entre os dois países tem aumentado de forma crescente. No campo das aplicações financeiras, os fundos de investimentos têm se dirigido tanto para os mercados de capitais quanto para as muitas oportunidades que têm se direcionado no sistema produtivo. Por outro lado, o turismo, apenas para dar um exemplo, tanto do Brasil quanto da Argentina tem promovido fluxos cada vez mais intensos de pessoas nas duas direções.

Em suma, há motivos para entender que as relações entre o Brasil e a Argentina atingiram um nível tal que requer a consolidação de arranjos mais institucionalizados e estáveis.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Tanto o Brasil quanto a Argentina são nações que desfrutam hoje das mesmas aspirações quanto à melhoria das condições de vida de suas populações e quanto ao desempenho no papel mais decisivo nas relações in-

ternacionais, especialmente na ordem regional. Um papel que pode ter forte sentido construtivo e unificador será aquele que se basear na cooperação que permita superar limites e restrições mútuas. Essa é a leitura que hoje se pode fazer. Na essência, apontam para a necessidade de um estreitamento de relações entre Argentina e Brasil e também para o fato de que esse esforço não pode nem deve se restringir à esfera governamental.

É preciso, portanto, estimular ainda mais a participação da comunidade dos dois países nas discussões sobre projetos comuns.

Em face do exposto, Sr. Presidente, desejo propor a constituição de instrumento de permanente interlocução entre os dois países, através do Congresso Nacional, nomeadamente pelas Comissões de Relações Exteriores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Norberto Bobbio no seu livro “*Três Ensaios sobre a Democracia*”, já observara, com propriedade, que geralmente a política externa transcorria sem engajamento da sociedade e dos órgãos representativos. Mais: era algo privativo do Poder Executivo. Hoje, contudo, os parlamentos se afirmam, cada vez mais, como palavra da Nação, também na formulação da política internacional. A iniciativa, não tenho dúvida, ensejará fluído e constante diálogo, antecipando-se à exacerbação de tensões e conflitos e, igualmente, estabelecendo condições de melhor explorar ações conjuntas também de médio e longo prazos no plano bilateral e no regional, leia-se Mercosul.

Esta proposta, a levarei ao exame da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, presidida de forma competente pelo Senador Cristovam Buarque, e propiciará ambiente de crescimento da cooperação em todos os níveis – econômico, social, cultural e, sobretudo, político –, em cujo território se aloja não só o arsenal de instrumentos de dissuasão de crises, mas igualmente de formulação de medidas que instaurem exitosos projetos de intercâmbio.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência informa que se encontra na Casa o Sr. Antonio Leite Andrade, Segundo Suplente do Senador João Alberto Souza, da representação do Estado do Maranhão, convocado em virtude de licença do Titular e do Primeiro Suplente.

S. Ex^a encaminhou à Mesa o original do Diploma e demais documentos legais exigidos por lei, que serão publicados na forma regimental.

É o seguinte o diploma recebido:



Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Pela vontade do povo deste Estado, expressa nas Eleições de 04 de Outubro de 1998,


Antonio Leite Andrade

foi eleito

2º Suplente de Senador

com 760.576 votos, pela Coligação "MARANHÃO MUITO MAIS". Em testemunho deste fato, a JUSTIÇA ELEITORAL expediu-lhe o presente DIPLOMA que o habilita à investidura do cargo, para o mandato de 1999 a 2006, nos termos da legislação vigente.

São Luís, Maranhão, 11 de dezembro de 1998, 177º da Independência e 110º da República.


Desembargador MILSON DE SOUZA COUTINHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Designo comissão formada pelos Srs. Senadores Edison Lobão, Marco Maciel e Alvaro Dias, para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental. (Pausa.)

(O Sr. Antonio Leite Andrade é conduzido ao plenário e presta, perante a Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Solicito que as Sr^{as} e os Srs. Senadores e todos os presentes fiquem de pé para o compromisso de posse. (Pausa.)

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro empossado no mandato de Senador da República o nobre Sr. Antônio Leite Andrade que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

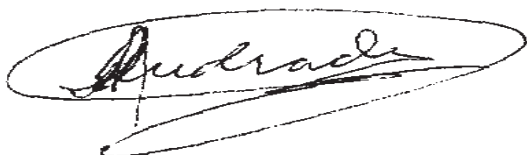
COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Maranhão, em substituição ao Senador Ribamar Fiquene, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: **Antonio Leite**

Sala das Sessões, 3 de junho de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por cessão do Senador Romeu Tuma.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema relativo à Operação Curupira, realizada pela Polícia Federal, conjuntamente com diversas instituições que cuidam da lisura do serviço público brasileiro, continua, no meu entendimento, muito forte. Mas, antes de falar desse assunto, farei algumas comparações do que considero o ponto nevrálgico que conduz a esse tipo de comportamento.

A região amazônica, tão comentada, já tão estudada, continua sendo tão mal usufruída, tão mal trabalhada, tão mal ocupada, a meu ver, desde a expedição de Pedro Teixeira em 1630, que saiu de Belém do Pará, subindo o rio Amazonas, domesticando indígenas, vindo a ser o responsável por uma das maiores carnificinas, pouco comentada, na História do Brasil.

Atualmente, quando se fala do potencial econômico daquela região, olhando o viés da floresta, a Amazônia exporta apenas 15% de toda essa economia e 85% dessa produção é consumida no próprio País. E o produto mais forte, é claro, é o madeireiro.

Chamo a atenção do Governo como um todo, especialmente do Ministro Luiz Fernando Furlan, da Ministra Marina Silva e do Ministro Celso Amorim, que, se tiverem oportunidade, nessas negociações que fazem fora do País, coloquem como cláusula indispensável a obrigação de que os produtos florestais brasileiros tenham que ser comercializados com o uso da certificação, que nenhum produto brasileiro possa ser adquirido sem ter um documento comprobatório de seu uso racional e do seu devido cumprimento legal. E, mais do que isso, que se possa transpor para dentro do próprio Brasil, já que é o principal consumidor desses produtos, esta cláusula de obrigação.

Se não houver uma ação dessa natureza, Sr. Presidente, que mexa no bolso das pessoas, será quase impossível o sucesso do trabalho da Polícia Federal para de fato determinar a boa cultura do sistema de exploração econômica daquela região. Percebemos que a forma de ocupação vem em três momentos muito próximos um do outro: o trabalho da exploração madeireira abre caminho para o pasto, que, na sequência, abre caminho para a mecanização.

Quando ouvimos falar dos números das exportações brasileiras, ficamos muito felizes de saber que o setor primário brasileiro foi responsável por 30% do PIB nacional dos últimos dois anos. Isso é muito forte; é muito bom para todos nós. Contudo, cabe perguntar: a que custo? A que preço? É revoltante o que assistimos numa operação dessa natureza. É revoltante!

Fico imaginando até onde vai a ganância do ser humano, Sr. Presidente. Minha velha mãe, Arcângela Machado Oliveira, sempre dizia que a medida do ter

nunca enche, que é impossível dizer quando está bom, quando uma pessoa adquiriu a satisfação máxima.

E é triste saber que a instituição pública chamada Estado do Mato Grosso e que a instituição pública chamada Estado de Rondônia nos colocam em uma situação vexatória como essa. Eles não têm o direito, Sr. Presidente, de colocar essa pecha, para o mundo, de que o Brasil trata mal uma reserva daquela natureza. Eles não têm o direito de macular o setor empresarial que todos nós respeitamos. Chega de mortes, chega de vandalismo, chega de descalabro total, chega de desgoverno!

Tenta-se de todas as formas culpar o atual gestor público da nossa Nação, o Presidente Lula.

Os dados estão apresentados. Tenta-se de todas as formas racionalizar o uso da Amazônia, No próximo dia 5 de junho, destinado a se comemorar o Dia do Meio Ambiente, as tentativas de ação de uma maneira pacífica e ordeira são as seguintes:

- a criação de 8,3 milhões de hectares, destinados à formação de unidades de conservação na Amazônia, tentando coibir, com isso, a grilagem de terra.

Foi baixada a Portaria nº 10, que obriga àqueles que têm terras acima de 100 hectares a fazerem um novo cadastro no Incra, com georeferenciamento, obrigando, assim, essas pessoas a se oficializarem.

Foi criada a limitação administrativa de oito milhões de hectares de terra ao longo da BR-163, no Estado do Pará, para que se evite que, com o asfaltamento daquela rodovia, o caos seja instalado.

Sr. Presidente, faço um paralelo, dizendo que, pelo que concebo, quando o Brasil, ao longo de 50 anos, estabeleceu que suas vias de integração seriam as rodovias e não as ferrovias, ele cometeu um grande erro, porque nos coloca uma carga muito cara, já muito bem defendida pelo Senador Alberto Tavares Silva, um inteligente dessa área, chamando a atenção para que usemos melhor as hidrovias, para que usemos melhor as ferrovias, cuja capacidade de carga é muito maior e muito mais barata. Há o dispêndio de se dizer que não temos muita ligação porta a porta, mas esse modelo está errado e precisa ser corrigido.

A Amazônia não precisa de tantas rodovias. Temos rios caudalosos, os maiores do mundo, para serem muito bem utilizados. E mais: com o uso de hidrovias, dificulta-se a chegada desordenada daquele desenvolvimento ruim e, às vezes, até satânico.

Sr. Presidente, foram também homologadas 46 terras indígenas da Amazônia, perfazendo 9,3 milhões de hectares. Foram criados 376 mil hectares de terras em projetos de assentamentos sustentáveis. Participei

da elaboração da nova modalidade de assentamento para a Amazônia, que é o chamado Projeto de Assentamento Florestal.

Durante muitos anos, o Incra insistia em fazer assentamentos agrícolas no meio de florestas vivas, destruindo, contribuindo para a devastação e tratando a floresta em pé como se fosse coisa de preguiçoso! As pessoas que trabalham com floresta em pé são muito mal entendidas no Brasil, são chamadas de preguiçosas. E sabemos que há um viés financeiro muito forte da exploração ordenada daquela floresta, que dá de dez a zero em relação ao rendimento do boi. Dez a zero!

Infelizmente, houve o assassinato da Irmã Dorothy e de tantas outras pessoas, mas, firmemente, o Governo tomou posição a respeito. E os principais responsáveis pelo assassinato da Irmã Dorothy já estão na cadeia.

Por último, está sendo iniciado – e louvo e insisto nisso – um desmonte da máfia que está instalada em cartórios que registram o que não deveria ser jamais registrado: os títulos de terras podres, que jamais podem ser considerados.

Sr. Presidente, para minha alegria, a comissão destinada a analisar o PL de florestas públicas votou e aprovou a matéria por unanimidade. Espero que essa decisão seja também acatada no plenário da Câmara dos Deputados e que seja acatada integralmente no plenário desta Casa, para que as floresta públicas, daqui para a frente, tenham donos e endereços. E que nenhum empresário que queira trabalhar corretamente seja também colocado no rol dos desonestos. Nem chamo os desonestos de empresários. Eles não podem ser considerados empresários. O empresário é um profissional sério e tem que ser respeitado.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Permite-me concluir, Sr. Presidente.

Quero dizer aqui que o Estado do Mato Grosso cometeu um ato impossível de se acreditar. Foi criada, por meio da Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso, uma Lei Estadual, a de nº 4.771/65, que determina que nas florestas de transição seja permitida a conversão em até 50%, enquanto que a Lei Federal nº 2.166 determina que seja no máximo 20%. Então, isso prova cabalmente que o Estado do Mato Grosso está participando desse tipo de coisa, e espero que o Governador Blairo Maggi tome providência imediata. Isso não pode acontecer. Seu próprio Secretário Estadual de Meio Ambiente acaba de ser preso.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que conheço a Ministra Marina Silva há 20 anos, desde maio de 1986, e achei que já a conhecia suficientemente. Mas ela me prova a cada momento que tem capacidade, grandeza e determinação no seu trabalho, no cumprimento do seu dever constitucional, fazendo as coisas sem divulgá-las. Quando todos insistem em dizer que a Ministra Marina Silva é uma derrotada, eu a considero uma heroína.

Estão aí os resultados de um trabalho sério, de uma pesquisa de dois anos, de uma investigação dentro do próprio Ministério, dentro do próprio Ibama, sem essa de passar a mão na cabeça de ninguém! Digo-lhe: está correto, Ministra! Está correto, Presidente Lula! Haveremos de coibir os desmandos deste País agindo, e não apenas comentando os fatos falsamente, como alguns insistem em querer fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que o dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, daqui para frente, seja considerado por todos.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, inicialmente, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de fazer uma comunicação à Casa, apesar de já ter falado, mas como fui o primeiro orador, eu ainda não havia lido os jornais.

Vejo agora que todos os jornais dão em sua principal manchete uma notícia deste tipo: “Planalto decide pagar preço para enterrar CPI. Governo vai liberar R\$1,5 milhão para emenda de Deputado que votar contra a Comissão”.

Na realidade, isso é um absurdo! Isso nunca foi visto no Brasil, inclusive da forma explícita como está aqui.

Por isso, estou entrando com um requerimento, convocando o Ministro Palocci para ser sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero, inclusive, lamentar que um Ministro que cuida da economia, que tem que ter o respeito de todos os brasileiros, esteja agora ...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – ...vou terminar, Sr. Presidente – entrando no dia-a-dia do mundo cão, vamos dizer assim, no sentido de comprar Deputados.

Isso é lamentável! Não sei o que o mercado vai dizer disso. É lamentável que um Ministro que cuida da economia, que tem a responsabilidade que o Ministro Palocci tem tenha baixado tanto, a ponto de se dedicar à compra de Deputados para retirar assinaturas da CPI.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Mesa aguarda o requerimento do Senador José Jorge para tomar as providências.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Para V. Ex^a me inscrever pela Liderança do P-SOL, logo que possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem, antes de o Senador Geraldo Mesquita iniciar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do Bloco, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a está inscrito.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, ilustre representante do grande Estado do Paraná; Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, eu tencionava iniciar minha fala de hoje trazendo a este debate algo que me chamou muito a atenção. Nos últimos dias, os jornais de circulação nacional divulgaram pesquisas de intenção de voto para candidaturas à Presidência da República. E eu pretendia, como pretendo, fazer aqui uma abordagem acerca de como figura e como aparece nessas pesquisas uma pessoa que eu me habituei a chamar de rapadura, porque reúne duas qualidades: é doce e dura ao mesmo tempo, como a nossa rapadura produzida na querida Alagoas, no meu Ceará, no Nordeste. No meu Acre, também fazemos uma boa rapadura, não é, Senador Sibá Machado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com castanha.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Com castanha, inclusive.

Quero falar de uma mulher forte e de como ela aparece nas pesquisas para a candidatura à Presidência da República.

Antes, porém, peço desculpas à população do meu Estado pela minha ausência neste final de semana. Obriguei-me a permanecer em Brasília, porque aqui se encontra outra mulher fantástica, a minha querida mãe, Dona Ivinha, que, amanhã, completará 82 anos de vida. Aqui permaneci, para, junto a alguns familiares, festejar a existência dessa mulher cearense, também brava e corajosa, que, há muito tempo, adotou o Acre como sua terra de coração e ajudou meu pai a criar cinco filhos, a ensinar-nos a ter vergonha na cara e a nos comportar na vida como pessoas decentes e dignas.

Eu queria, com a permissão de todos, mandar um beijo para a minha querida mãe e prestar-lhe esta singela homenagem.

Volto a falar daquela a que já me referi, a Senadora Heloísa Helena.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Geraldo Mesquita, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Eu gostaria de interromper o pronunciamento de V. Ex^a para dizer que tive a oportunidade de ser colega do seu pai no Congresso Nacional – eu como Deputado Federal e seu pai como Senador da República. Também tive a oportunidade de ser Governador do Estado de Pernambuco ao tempo em que seu pai governava o Estado do Acre. Então, é muito antigo o nosso relacionamento e sou admirador dele há muito tempo também. Quero aproveitar a ocasião para dizer que V. Ex^a pode orgulhar-se de seus pais e, de modo especial, do seu pai, excelente homem público que deixou uma boa imagem no seu trabalho à frente do Governo do Acre, como também demonstrou muita competência, seriedade e aplicação ao tempo em que esteve no Senado da República. Portanto, eu não poderia, ao ouvi-lo, deixar de fazer esse registro e pedir que V. Ex^a apresente meus cumprimentos a seus pais, que festejam 50 anos de casados. Isso é uma coisa muito bonita e rara nos dias atuais. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço-lhe, Senador Marco Maciel. V. Ex^a tem a simpatia e o apreço de toda a nossa família. Muito obrigado.

Volto a falar do tema “Pesquisa sobre Candidaturas à Presidência da República”.

Sr. Presidente, há uma coisa curiosa: a nossa Líder do P-Sol na Casa, a Senadora Heloísa Helena, essa guerreira que o Brasil inteiro já se acostumou a apreciar e a respeitar, tenho certeza absoluta disso, figura nessas últimas pesquisas. Digo que isso é curioso, porque o P-SOL prossegue na sua caminhada, em busca do seu registro, enfrentando dificuldades de toda sorte, com coragem e com bravura, em militância nas ruas. Ainda estamos no processo de coleta de assinaturas, para que obtenhamos o número mínimo, já ultrapassado. Estamos procurando colocar na Justiça Eleitoral o número suficiente, para que possamos requerer o nosso registro. E, aí, prosseguiremos com a nossa tarefa partidária de colocar à disposição do povo brasileiro, como sempre digo, um instrumento político-partidário que vai oferecer uma opção de luta e de transformação da realidade para a maioria do povo, que ainda sofre com a fome, a miséria e a penúria nos dias de hoje.

A Senadora Heloísa Helena, que, pelo que me consta, jamais anunciou a sua candidatura, recebe do povo brasileiro, carinhosamente, indicações significativas. Isso, para mim, só tem uma tradução: o povo brasileiro anda em busca de uma opção verdadeira, com a qual se possa identificar e que se reflita numa pessoa simples do povo que dirija este País com eficiência, com segurança no caminhar, apontando soluções simples.

O povo brasileiro sabe que a gestão dos assuntos públicos não tem essa complexidade de que se fala comumente na imprensa econômica e política. Não há essa complexidade toda. Isso é uma mistificação para, de certa forma, mostrar-se que pessoas que representam um Partido como o P-SOL não podem e não têm condição de assumir cargos tão relevantes e importantes como uma Presidência da República.

Senadora Heloísa Helena, pode-se preparar. Receba esse recado com humildade, com preocupação, mas com coragem. O povo brasileiro está mandando esse recado a V. Ex^a, ao P-SOL, aos Partidos que ainda se mantêm nessa resistência democrática, em busca de algo que corresponda ao sentimento popular brasileiro. V. Ex^a está sendo identificada por grande parcela da população brasileira como essa opção, que devemos encarar, cada vez mais, com responsabilidade e objetividade.

Quero-me juntar às milhões de pessoas que, hoje, vêem em V. Ex^a essa possibilidade, esse caminho que poderemos construir juntamente com a população brasileira.

Repito: pelo que me consta, V. Ex^a não tem anunciado por aí sua candidatura. Essa é uma daquelas coisas que acontecem em nosso País, aquela aproximação, aquele **link** que se estabelece quando as pessoas são autênticas, sérias, honestas.

Veja que há pessoas que já estão com candidaturas anunciadas. O Presidente da República acabou de assumir o Governo e já começou a trabalhar pela reeleição, mas a candidatura de V. Ex^a, que o povo brasileiro coloca de forma firme, está aí a mostrar o que podemos, sim, realizar.

Eu gostaria, respeitosamente, de cobrar dos institutos a simulação do segundo turno. Veja que V. Ex^a aparece em várias simulações para o primeiro turno, posicionando-se de forma bem significativa, mas, em nenhum momento, os institutos colocam V. Ex^a em simulação para o segundo turno, o que é estranho. Assim, respeitosamente, cobro que, numa próxima rodada, esses institutos atentem para esses aspectos e nos brindem, da mesma forma que fazem com os demais candidatos, com essa simulação.

Sr. Presidente, dificilmente consegue-se falar aqui no momento exato sobre algumas questões.

Anteontem, comemorou-se no País o Dia da Liberdade de Imprensa, Senadora Heloísa Helena. No Estado do Acre, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais patrocinou um pequeno seminário para debater um assunto tão caro para a sociedade acreana e para a sociedade brasileira. E, para minha surpresa...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

Para minha surpresa, pontificou nesse seminário o Assessor de Comunicação do atual Governo do Estado do Acre, que brindou os presentes com a seguinte pérola: “Quem é governo manda, quem não é tem apenas o direito de estrebuchar”.

Trago esse assunto à consideração deste Plenário porque, curiosamente, esse cidadão é hoje considerado o censor-mor do Estado. Pessoalmente, fui vítima de sua sanha no campo da censura. Ele, de forma determinada, tempos atrás, mandou que um certo jornal da minha terra retirasse uma entrevista que eu havia dado, na qual fazia críticas honestas, sinceras a alguns aspectos da Administração local e da Administração federal.

No Estado do Acre, Sr. Presidente, há um clima que precisamos reverter. Senadora Heloísa Helena, no final de semana passado, para que pudessem me entrevistar, a pedido de alguns servidores públicos do Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

Tive que voltar aos tempos da clandestinidade. Reuni-me com alguns servidores estaduais que queriam conversar comigo e juntar-se a esse movimento de resistência democrática que hoje alcança os corações dos acreanos, e eles estavam com medo, pois hoje o clima em nosso Estado é de medo, porque há retaliações de toda sorte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos servidores me revelou: “Senador, precisamos nos avistar, por enquanto, de forma reservada, porque tenho medo de ser transferido para Foz do Breu”. O medo das pessoas hoje, no meu Estado, se reflete na expressão desse servidor, cujo nome eu me reservo o direito de não revelar, para que ele não possa sofrer retaliações.

Mas queremos festejar esta data, o Dia de Liberdade de Imprensa. Para tanto, estamos programando a realização de um grande seminário no nosso Estado, no qual vamos tratar desse assunto com seriedade e objetividade, de forma democrática, partilhando com a sociedade acreana um assunto que incomoda absolutamente.

Senadora, estou censurado no meu Estado. Estou me valendo até dos *blogs* – hoje, na Internet, pessoas travam diálogos por meio dos *blogs* – para poder expressar o meu pensamento, para poder colocar a manifestação do meu mandato aqui, porque, na verdade, estou censurado no meu Estado. O Brasil precisa saber disto: o Acre, hoje, não é o paraíso da democracia que se prega e que se tenta mostrar. O Acre, hoje, é um Estado em que grande parte da imprensa está completamente manietada, Senadora. É uma vergonha isso. Grande parte da imprensa está manietada pelo controle econômico doentio por parte do Estado, que tem uma verba para publicidade enorme, três vezes maior do que a destinada para a saúde.

Houve uma manifestação do MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, há poucos dias, realizada na capital do meu Estado. Alguns pequenos produtores de um determinado assentado, de um determinado ramal existente lá, Espinhara, no Município do Bujari, numa reunião pública, apresentaram-se e reclamaram das condições precárias do ramal, que não dá acesso para que seus produtos sejam retirados dos locais de produção. Por conta da manifestação, o Governador do Estado virou-se para os manifestantes e disse: “Olhem, vocês, por conta daquela manifestação, vão ficar por último na programação” – parece que se tratava do Programa Luz no Campo. Eles ficariam por último por conta daquela manifestação. Isso para V. Ex^a verificar e avaliar o que está ocorrendo em nosso Estado: um clima de terror e de perseguição, com muitas pessoas apavoradas.

Colho nas ruas da minha cidade e do meu Estado, por onde ando, a manifestação de que essa prática tem que acabar, precisamos distender o clima lá. Tenho certeza absoluta de que o povo acreano está preparando uma mudança geral no que diz respeito à gestão pública no Estado. Há um sentimento generalizado. Por onde ando, as pessoas dizem: “Senador, como está, a coisa não pode continuar”. Precisamos mudar o nosso Acre para que ele volte a ser a terra gostosa e querida em que as pessoas, mesmo em face das divergências, possam conviver, ter uma vida tranqüila. E divergir. Claro! Por que não? Divergir e apoiar são da prática democrática. Não se pode admitir, Sr. Presidente, é que, do alto da gestão pública, se coloque toda uma população num clima de terror e de insegurança, que é o clima que vige hoje na minha terra, infelizmente.

Agradeço a condescendência de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Passamos a palavra à Senadora Heloisa Helena, como Líder do P-Sol.

S. Ex^a dispõe, regimentalmente, de cinco minutos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a generosidade do meu querido companheiro Senador Geraldo Mesquita Júnior. Sabe ele e sabemos todos nós que, se eu fosse carreirista e oportunista, jamais assumiria uma tarefa de alta complexidade e com pouquíssimas chances de vitória que é uma candidatura presidencial. Para mim, seria muito mais cômodo e fácil disputar a reeleição no meu Estado – onde, pela generosidade do povo alagoano, estou muito bem nas pesquisas, ocupando o primeiro lugar – ou a eleição para o Governo do Estado, o que é sempre um sonho de todas as pessoas.

É claro que eu me sentiria muito feliz de poder disputar o Governo do Estado de Alagoas ou a reeleição ao Senado, até porque, por mais que tenha havido defeitos no meu mandato, sei que dei o máximo da minha capacidade de luta, de trabalho, de saúde, de emoções para representar com dignidade o povo da minha Alagoas e o povo brasileiro. Mas, se necessário for, assumirei a candidatura à Presidência da República, se não aparecer outro nome que tenha mais condições de representar o projeto alternativo para a esquerda brasileira. Farei isso com muita alegria, felicidade e entusiasmo.

Se ganhar, será muito bom para o Brasil, porque a maioria do povo brasileiro terá uma mãezinha para

tomar conta dos pobres, oprimidos e marginalizados; agora, terá também uma mão de ferro firme, implacável contra banqueiros e saqueadores dos cofres públicos. Se não ganhar, não haverá problema também, pois serei recebida com flores, bolo de chocolate e muito carinho na Universidade Federal de Alagoas, onde voltarei a comer pó de giz com muita alegria e felicidade, do mesmo jeito, em qualquer espaço em que estejamos.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, minha solidariedade também a V. Ex^a, por todas as suas lutas no Acre.

Sei que a vida é desse jeito mesmo. É como se, todos os dias, juntássemos nossos pedacinhos que a política, neste País, insiste em quebrar. É a política dos grandes, dos poderosos, daqueles que ousam pensar que são donos da cabeça e dos corações das outras pessoas; dos que não convivem com quem tem dignidade e voz própria; dos que não conseguem conviver com aqueles que, como dizia Graciliano Ramos, não têm dobradiça nas costas. Essas pessoas fazem tudo para nos aniquilar. Creio até que eles apenas estão começando. Portanto, preparemo-nos todos nós, deixemos na mão do oleiro, tenhamos fé em Deus, na luta do povo e sigamos em frente, porque a batalha mal começou.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já me havia inscrito, tal qual fez o Senador José Jorge, não poderia deixar de manifestar meu protesto em relação à continuidade do vexatório e vergonhoso balcão de negócios sujos, que continua a ser, todos os dias, montado pelo Governo Federal, para comprar Parlamentares e obstaculizar a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Fico impressionada! O atual Governo reproduz a mesma metodologia que condenávamos com veemência, quando patrocinada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso: a velha promiscuidade nas relações do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional.

Está em todos os jornais. O detalhe é sórdido e cruel. Senador Alvaro Dias, a imprensa apresenta os detalhes do balcão dos negócios sujos, montado pelo Palácio do Planalto, com a participação de ilustres membros da Base de bajulação do Governo, do Senado e da Câmara, para impedir a Comissão Parlamentar de Inquérito. A cada dia, às vezes, até fico pensando: mas será que fulanos e beltranos, com os quais convivi há algum tempo, realmente estão sendo parte da quadrilha de terno e gravata, que saqueia impunemente os cofres públicos? Às vezes fico em dúvida, mas, em todos os momentos em que eles estabelecem esses mecanismos, para obstaculizar a Comissão Parlamentar de Inquérito, chego à conclu-

são de que existe algo de tão podre, no covil do reino da política, que vão fazer qualquer coisa para impedir a CPI e, assim, que os verdadeiros gabirus...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ...não apenas os pequenos camundongos, acabem sendo realmente identificados com a CPI.

Portanto, solicito, apelo ao povo brasileiro, àqueles que não se beneficiam com os negócios sujos do Congresso Nacional, àqueles que não vendem a alma, para se lambuzar no banquete farto do poder: liguem para o 0800 da Câmara e do Senado, enviem *e-mails* aos Senadores. Façamos tudo isso, para vermos se os Parlamentares do Congresso Nacional têm vergonha na cara e não se deixam submeter a esse vexatório balcão de negócios sujos, montado pelo atual Governo, que repete o que fazia o anterior, para tentar impedir que se desvendem os mistérios sujos da corrupção nos Correios e onde quer que ela esteja.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde a semana passada e durante toda esta também, a Amazônia tem sido o alvo das preocupações. Algumas são legítimas, mas de muitas delas, principalmente as que vêm do exterior, temos de desconfiar: primeiro, porque a Amazônia, que representa cerca de 60% do território nacional, não é uma coisa só, não é composta, como se pinta de maneira muito clara, apenas de florestas.

O meu Estado, por exemplo, tem um terço do seu território constituído de campos naturais, o que chamamos lá de lavrados, porque não tem árvores. No entanto, quando aparecem as fotos de satélite, aquela área do lavrado é dada como de desmatamento. Então, é preciso buscar as verdades corretas e não meias verdades; não se deve tratar a Amazônia como se já, de fato, ela representasse uma reserva mundial e não brasileira.

O meu Estado – e digo isso a cavaleiro – não precisa, para se desenvolver, derrubar sequer mais uma árvore. O que está hoje derrubado – diga-se de passagem – é fruto de assentamentos feitos por órgão oficial. Foi o Incra que levou pessoas de vários Estados do Brasil, para se assentarem lá, e as abandonou. Elas receberam, inclusive, a orientação de que tinham de desmatar, para legitimarem a posse da terra. Então,

aquelas pessoas – estou falando do meu Estado, mas isso se dá na Amazônia como um todo – não podem ser hoje vistas como vilãs da história. Não podemos agora colocar a pecha em todos os amazônidas de destruidores da natureza. Aliás, por que um colono desmata? Para plantar, para sobreviver, para ter uma renda familiar, para manter sua família.

Dá para desconfiar do que está sendo falado no mundo todo. Quero saber qual é o país que, em cinco séculos e cinco anos, manteve o que o Brasil conseguiu preservar na Amazônia brasileira, apesar de a exploração desta, como disse o Senador Sibá Machado, ter sido, desde o início, equivocada. Mesmo com os equívocos, o Brasil conseguiu manter aquela área numa situação melhor, comparativamente ao que fizeram os países desenvolvidos com suas áreas.

Apresento esse contraponto para discussão. Sabemos o que pensam os donos do mundo. Conhecemos o pensamento de Margaret Thatcher; de Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos; de Mikhail Gorbachev, na Rússia; do Sr. Pascal Lamy, que prega abertamente que a Amazônia tem de ser gerida por um consórcio de países estrangeiros. Não estão mais escondidas suas intenções sobre a Amazônia: querem colocar a pecha de que nós, brasileiros, não sabemos cuidar da Amazônia. Os países ricos e donos do mundo não cuidaram de seu próprio meio ambiente e, agora, numa espécie de remorso ou, na verdade, com segundas intenções, vêm colocar em nós, brasileiros, em nós, amazônidas, uma culpa que não temos.

Antes de conceder um aparte ao Senador Sibá Machado, quero ler a manchete de capa – para não dizerem que essas palavras são só minhas – da revista **Istoé Dinheiro**:

Europeus e americanos se mobilizam para impedir a exploração econômica da Amazônia brasileira. Por trás discurso ecológico, defende, na verdade, seus interesses comerciais na agricultura, nos minérios e na venda de madeira. Eles querem internacionalizar a floresta. Afinal, de quem é essa riqueza?

Essa riqueza é nossa, dos brasileiros.

Peço, Sr. Presidente, que a matéria toda sobre a Amazônia seja transcrita na íntegra, como parte integrante do meu pronunciamento.

Passo a ler também, porque é curta, uma matéria publicada hoje, no jornal **O Globo**, de autoria do jornalista Luiz Garcia, intitulada “A página e a Amazônia”.

Editoriais são vítimas freqüentes do pecado do nariz empinado, herança daquele tempo em que o mais importante num jornal era sua opinião.

Os do “New York Times” não chegam a afirmar que valem mais do que o resto do jornal, mas certamente sugerem que, fora eles, o leitor só encontrará mesmo o resto. Não deve ser por acaso que, quando lhes dá na veneta, referem-se às suas opiniões como o julgamento “desta “página”, não “deste “jornal”.

Esta semana, a página se pronunciou sobre a Amazônia, condenando o desmatamento. É preciosa – e preciosa – sua definição sobre o comportamento das autoridades brasileiras: afirma que elas agem com senso de responsabilidade “intermitente”. Nada mais correto: tanto que a última medição do desmatamento – sobre os 12 meses terminados em agosto passado – registrou a maior perda de área desde 1995. [Tomara que não seja um equívoco igual ao que cometem, em relação ao meu Estado, ao dizerem que área que não tem floresta é tida como desmatada.] É certo, por outro lado, que a má notícia embrulha um registro quase alentador: nos nove anos anteriores as notícias foram melhores. Mas é a notícia mais recente que realmente interessa, não é essa a regra? Tudo pesado e medido, impõe-se a conclusão de que a última grande floresta tropical tem de ser bem preservada. As intenções federais a respeito (o editorial elogia o trabalho da Ministra Marina Silva) parecem louváveis. Embora, claro, insuficientes, além de sabotadas pela generalizada ineficiência da burocracia. Como se viu esta semana, com o registro de que madeireiros fazem o que querem em áreas indígenas e de proteção ambiental da Amazônia por pura incompetência do Ibama.

Para todas as mazelas, o editorial do **Times** tem um só remédio: exigência externa de uma política ambientalista mais firme. É aí, e a partir daí, que ele perde parte da razão. Sendo verdade que a Amazônia é uma defesa contra o aquecimento global, por que não condenar com a mesma ênfase os grandes responsáveis pelo aumento do aquecimento? Ou seja, o governo e a indústria do país onde “esta página” é publicada. Se é imperioso preservar essa extraordinária reserva da biodiversidade, por não defender combate enérgico a quem a saqueia – e que, em grande número, não são os nativos?

Está certo que a grande floresta é patrimônio da humanidade. A atitude de exigir das autoridades brasileiras maior repressão

a quem derruba árvores para plantar soja ou exporta madeira ilegalmente ganhará considerável peso moral se cobrança igualmente enfática for dirigida àqueles que, em empresas e governos de outros países – principalmente os mais ricos, acima de tudo os muito mais ricos – contribuem para que a cada dia se torne maior e mais ameaçadora a poluição da atmosfera em todo o planeta.

Essas ponderações não visam a reduzir responsabilidade de qualquer grupo determinado de terráqueos na decadência do seu único planeta. Apenas lembram a conveniência de melhor distribuir as acusações.

Senador Sibá Machado, como V. Ex^a, trago justamente este enfoque para o debate. Não podemos aqui também ficar repetindo o que dizem esses donos do mundo, que têm interesses escusos sobre o Brasil e sobre a Amazônia especialmente, apenas a repetir essa questão e não mostrar a realidade do que se passa lá. O seu Estado mesmo, o Estado do Acre, já foi vítima de muito desmatamento. Mas, o que está desmatado hoje lá é suficiente para desenvolver o Estado. A mesma coisa em Roraima. E repito: meu Estado tem um terço do seu território de campos naturais.

Então, temos que trazer o debate, e o Governo brasileiro tem que ser altivo nisso e mostrar que, ao contrário desses países que nos recriminam, temos, sim, tido responsabilidade, embora aqui e acolá tenha havido equívocos e exageros, mas temos tido muito mais responsabilidade do que eles.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Sibá Machado, com muito prazer.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Mozarildo, agradeço-lhe pela concessão do aparte. É realmente muito lúcida a preocupação trazida por V. Ex^a. Reitero que as pessoas mencionadas aqui por V. Ex^a não são referências para exigir nada de ninguém nessa área. Não são. Considero intromissão na soberania de um país. O Brasil é chamado a atenção para jamais aceitar esse tipo de intromissão. Sabemos todos nós que temos problemas na região, mas, cabe ao País responder por eles. Lembro também dois geógrafos que respeito muito, um deles é Carlos Walter Porto Gonçalves, do Rio de Janeiro, que escreve bastante sobre a região. Um dos livros dele é “Amazônia, Amazônias”, ou seja, na Amazônia com várias Amazônias. Olhando o aspecto geográfico, cobertura florestal, ele lembra muito isso. Temos, da composição da nossa região, a sua maior parte é de floresta tropical. Mas, compõe, lá dentro, parte com campos naturais – como é o caso de Roraima, o Estado de V. Ex^a – e uma parte de cerrado que está localizado principalmente em Rondônia,

uma parte em Mato Grosso e uma ponta em Tocantins, uma parte de transição – que é o caso das matas de cocais que é uma ponta lá do Maranhão e também em Tocantins, e assim por diante. O problema é que, na imagem de satélite, aquilo que configura como figura mais clara, como uma imagem mais clara, imediatamente é traduzida já como conversão florestal, ou seja, pasto. E nessa situação há um engodo. É preciso haver um mecanismo técnico que resolva este primeiro problema. O segundo deles é que, dentro dessa lógica do desenvolvimento regional, temos essa situação que V. Ex^a nos traz. Quando se fala do chamado arco do desmatamento, ele vem da ponta leste do Estado do Acre, passa por Rondônia, por Mato Grosso, pelo Pará e vai até o Maranhão, passando, também, por Tocantins. Não me lembro, de memória, a área já convertida, ou seja, a área já desmatada, mas se fizermos nesta área o replantio voltado, digamos, para o atendimento da Vale do Rio Doce, que precisa, cada vez mais, de carvão vegetal para o ferro gusa, se colocarmos ali uma área cultivada para a celulose e se nós colocarmos esta área para o cultivo de oleaginosas para o biodiesel, imediatamente estaremos dando emprego para, no mínimo, no meu entendimento, cerca de até 1 milhão de pessoas e mais um desenvolvimento com capital local, e assim por diante. Portanto, volto a dizer, V. Ex^a, brilhantemente, traz uma questão que esta Casa não pode deixar de observar, que é a da soberania nacional sobre essa região, e mais, discutir, de maneira mais tranqüila, sobre seu usufruto e sua forma de ser trabalhada. Parabéns, Senador, pelo seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVANCALTI (Bloco/PTB – RR) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Realmente, o Senado, como a Casa que representa a Federação, os Estados, tem que efetivamente discutir mais a Amazônia. Como disse o Presidente Lula, em sua campanha, estamos cansados de ouvir dizer o que não se pode fazer na Amazônia, estamos agora querendo saber o que se pode fazer na Amazônia.

Temos idéias, portanto temos que ter uma política que não seja, como disse aqui o Editorial, intermitente. Quer dizer, vem um governo e tem um tipo de conduta, vem outro governo e tem outro tipo de conduta. O que a Amazônia atingiu em termos antropológicos, não temos que condenar. Não adianta ficar jogando pedra no passado ou querer buscar culpados agora. Temos de encontrar rapidamente uma saída para essa região que representa a solução de muitos problemas brasileiros.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVANCALTI (Bloco/PTB – RR) – Ouço o Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senador, V. Ex^a estava há pouco afirmando que todos precisamos saber o que fazer com a Amazônia, agora, sobretudo precisamos ouvir o povo da Amazônia, que é sempre esquecido. São milhões de pessoas que vivem naquela região, milhares no meu Estado, e as pessoas se ressentem muito disso. Quando ando por lá conversando com o pequeno produtor, eles se ressentem; a coisa parece Boeing, passa por cima, as pessoas decidem o que vai acontecer com aquilo ali, normalmente sob a ótica da preservação da Floresta. Fecho integralmente com essa proposição. Agora, pouco vejo se falar na sorte do povo amazônida, nas condições precaríssimas em que vivem as pessoas, no meu Estado, particularmente, que conheço mais, o pequeno produtor. V. Ex^a fala que já temos espaços abertos na Amazônia – no meu Estado também não é diferente – que poderiam permitir a produção da cultura branca, como chamamos, sem que tenhamos necessidade de mais derrubadas. Agora, as pessoas precisam ter opção, Senador. Se não podem mais derrubar, temos de mecanizar, temos de introduzir processos de correção de solo. O difícil é admitir que as pessoas sejam encostadas na parede, inclusive tidas como culpadas do que está acontecendo ali, quando elas, na maioria das vezes, não têm a condição real – e aí permita-me – oferecidas mesmo pelo Poder Público. Ali, na nossa região, o Poder Público tem um papel fundamental de indutor do processo de produção, de desenvolvimento. Ele tem de exercer esse papel, fundamentalmente, e não exerce. Veja V. Ex^a. O papel do Incra é medíocre naquela região. Não vou me estender ao restante do País, mas o Incra, de tanta mediocridade na sua atuação naquela região, já passo a chamar o Incra de, ao invés de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Instituto Nacional contra a Reforma Agrária pelo seu papel de difícil aceitação naquela região. Coloca pessoas em assentamentos ali feito bicho. Coloca o lote, larga as pessoas e as abandona completamente à própria sorte. Isso não é processo de colonização e muito menos de reforma agrária. Então, precisamos repensar isso tudo, mas precisamos, sobretudo, ouvir o povo do Acre, o povo de Rondônia, o povo de Mato Grosso. Por que não propomos que se faça uma listagem com as situações que precisamos discutir relativamente àquela região, fazendo um grande plebiscito para que as pessoas possam se manifestar abertamente, expressar os seus sentimentos, a sua opinião acerca do destino daquela região que pertence muito mais a elas? Senador, era o que queria dizer ao apartear V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que é um homem da Amazônia também, lá do Estado do Acre.

Concordamos plenamente com as suas palavras, porque as políticas públicas do Governo Federal não são decididas a partir da ausculta da população dos diversos Estados que compõem a Amazônia. Os Estados são muito diferentes. Mato Grosso, por exemplo, está na região Centro-Oeste, mas parte dele está na Amazônia Legal, o Maranhão também. Além disso, os Estados amazônicos propriamente ditos são muito diferentes.

Temos de partir para uma solução imediata e não apenas usar os instrumentos à disposição dos órgãos federais, como o Incra, Ibama e Funai, contra os 25 milhões de pessoas que moram na Amazônia.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA
O GLOBO	03	Junho/05	Opiniao	A	6A1

LUIZ GARCIA

A página e a Amazônia

claro que um dos sócios fundadores da União Europeia não aceita o texto constitucional que lhe foi submetido.

O que há de tão inaceitável no projeto constitucional europeu? A aprovação da Carta permitiria centralizar, e portanto agilizar, a administração da UE — o que parece desejável num bloco cada vez maior, que corre o risco de perder-se pela quantidade e diversidade dos participantes. Mas significaria também transferir pa-

ra Bruxelas o poder, hoje descentralizado e disperso entre os 25 países-membros, de tomar decisões e estabelecer políticas de profundo impacto na vida de 450 milhões de pessoas.

Na resistência holandesa e francesa é identificável também o medo, latente ou consciente, da concorrência da mão-de-obra proveniente dos novos membros periféricos do Leste, onde o padrão de vida é muito inferior ao dos países centrais. E o receio, fundamentado, de perder os generosos benefícios e as leis trabalhistas superprotetoras do Estado do bem-estar social.

No fundo, é como se o modelo europeu esbarrasse em seus limites, esperneando inutilmente diante do avanço inexorável do novo modelo imposto pela economia globalizada.

Um efeito previsível da derrota da carta é o retardamento da integração plena da Europa, que a deixará mais vulnerável à competição com os EUA e potências econômicas de amanhã, como China e Índia. No fim, as dúvidas e ansiedades européias prejudicam os outros países, que contam com uma Europa coesa para fazer face à influência desses gigantes.

Editoriais são vítimas freqüentes do pecado do nariz empinado, herança daquele tempo em que o mais importante num jornal era a sua opinião.

Os do "New York Times" não chegam a afirmar que valem mais do que o resto do jornal, mas certamente sugerem que, fora eles, o leitor só encontrará mesmo o resto. Não deve ser por acaso que, quando lhes dá na veneta, referem-se às suas opiniões como o julgamento "desta página", não "deste jornal".

Esta semana, a página se pronunciou sobre a Amazônia, condenando o desmatamento. É precisa — e preciosa — sua definição sobre o comportamento das autoridades brasileiras: afirma que elas agem com senso de responsabilidade "intermitente". Nada mais correto: tanto que a última medição do desmatamento — sobre os 12 meses terminados em agosto passado — registrou a maior perda de árvores desde 1995. É certo, por outro lado, que a má notícia embrulha um registro quase alentador: nos nove anos anteriores as notícias foram melhores. Mas é a notícia mais recente que realmente interessa, não é essa a regra? Tudo pesado e medido, impõe-se a conclusão de que a última grande floresta tropical tem de ser mais bem preservada. *As intenções federais a respeito* (o editorial elogia o trabalho da ministra Marina Silva) parecem louváveis. Embo-

ra, claro, insuficientes, além de sabotadas pela generalizada ineficiência da burocracia. Como se viu esta semana, com o registro de que madeireiros fazem o que querem em áreas indígenas e de proteção ambiental da Amazônia por pura incompetência do Ibama.

Para todas as mazelas o editorial do "Times" tem um só remédio: exigência externa de uma política ambientalista mais firme.

É aí, e a partir daí, que ele perde parte da razão. Sendo verdade que a Amazônia é uma defesa contra o aquecimento global, por que não condenar com a mesma ênfase os grandes responsáveis pelo aumento do aquecimento? Ou sejam, o governo e a indústria do país onde "esta página" é publicada? Se é imperioso preservar essa extraordinária re-

serva de biodiversidade, por não defender combate enérgico a quem a saqueia — e que, em grande número, não são nativos?

Está certo que a grande floresta é patrimônio da Humanidade. A atitude de exigir das autoridades brasileiras maior repressão a quem derruba árvores para plantar soja ou exporta madeira ilegalmente ganhará considerável peso moral se cobrança igualmente enfática for dirigida àqueles

que, em empresas e governos de outros países — principalmente os mais ricos, acima de tudo os muito mais ricos — contribuem para que a cada dia se torne maior e mais ameaçadora a poluição da atmosfera em todo o planeta.

Essas ponderações não visam a reduzir a responsabilidade de qualquer grupo determinado de terráqueos na decadência de seu único planeta. Apenas lembram a conveniência de melhor distribuir as acusações.

Um novo recorde na devastação

JOHN REDWOOD III
e VINOD THOMAS

A reação dentro e fora do Brasil aos últimos dados estimados de desmatamento na Amazônia foi rápida e dura. Entre 2003 e 2004, desmatou-se mais de 26.000 quilômetros quadrados, a segunda maior taxa de destruição da História. Apesar de diminuir em vários estados, as taxas de desmatamento aumentaram significativamente em Rondônia (23%), e Mato Grosso (20%), sendo este responsável por metade do desmatamento na região.

Ironicamente, a divulgação desses números ocorreu quando se comemorava o sucesso do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, que busca proteger, até 2012, 50.000 quilômetros quadrados de habitats prioritários e representativos da riqueza biológica da Amazônia. Dois anos antes do programado, já foram implantados 15.600 Km² de novas áreas protegidas. No evento comemorativo, o presidente Lula e a ministra Marina Silva expressaram seu apoio à proteção ambiental e condenaram o desmatamento indiscriminado.

Por que então este aumento do desmatamento na Amazônia? Em parte, ele resulta dos incentivos econômicos para a expansão da pecuária e da soja na região e do avanço da soja sobre os pastos do Cerrado, empurrando a pecuária para a Amazônia. Da mesma forma, a não priorização do meio ambiente, a falta de políticas adequadas e problemas de governança local — refletidos em direitos de propriedade inadequados,

conflitos e ocupação ilegal de terras — contribuíram para o ritmo recorde de conversão da floresta.

O Código Florestal permite o desmatamento de 20% das terras na

Amazônia em troca da proteção dos 80% restantes. Mas a fiscalização dessas áreas em alguns estados tem piorado. Práticas recentes de aceleração do desmatamento legal, associadas à fiscalização deficiente da parte ilegal, contribuíram claramente para a alarmante degradação ambiental.

Ademais, a pavimentação de rodovias cortando a floresta, sem mecanismos eficazes de fiscalização, agrava a situação, como mostra a experiência da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). A meta proposta de asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém), antes da adoção de mecanismos de controle, elevou as taxas de desmatamento em 80%.

Mudar essas tendências é de maior interesse para o Brasil. Em primeiro lugar, o crescimento a longo prazo do

país poderia ser distintamente superior com o uso sustentável de suas riquezas, seja pelo uso racional da floresta, da agricultura sustentável, do ecoturismo ligado à biodiversidade, ou do mercado de carbono. Segundo, o crescimento do agronegócio pode coexistir com uma proteção maior, já que muito do desmatamento na região provou ser desperdício, resultando em vastas áreas de pastagens degradadas. Terceiro, os pobres nas áreas rurais dependem desses recur-

sos, que chegam a representar três quartos de sua renda. Finalmente, reduzir a taxa de desmatamento é essencial para evitar maiores perdas ecológicas, climáticas e mesmo socioeconômicas.

Qual o caminho a seguir? Melhores direitos de propriedade e governança local, assim como a introdução de mecanismos de mercado podem ajudar a realizar o potencial positivo do

manejo florestal sustentável nos mercados doméstico e internacional. Enquanto isso, é essencial que se concretizem ações governamentais decisivas para reduzir o desmatamento, não apenas no nível federal mas, especialmente, no estadual.

A descentralização tem grandes benefícios mas gera responsabilidades, inclusive a dos estados na área de sustentabilidade ambiental. Mato Grosso já foi exemplo por seu bom histórico ambiental e sua liderança. O estado tem tecnologia e capacidade para agir. As intervenções necessárias agora para reduzir a taxa de desmatamento são zoneamento, licenciamento e fiscalização rigorosa.

A indignação pública no Brasil e no mundo não terá sido em vão se os governos, em todos os níveis, aumentarem suas ações contra o desmatamento ilegal, derem alta prioridade à proteção ambiental e demonstrarem vontade política para implementar as ações necessárias. Se os números do desmatamento dos próximos anos puderem refletir isto, será uma boa notícia para todos.

JOHN REDWOOD III e VINOD THOMAS são
diretores do Banco Mundial

Europeus e americanos se mobilizam para impedir a exploração econômica da Amazônia brasileira. Por trás do discurso ecológico, defendem na verdade seus interesses comerciais na agricultura, nos minérios e na venda de madeira. Eles querem internacionalizar a floresta. Afinal, de quem é essa riqueza?

CERCO À AMAZÔNIA

AMAZÔNIA: QUEREM TOMAR ESSA RIQUEZA

POR HUGO STUDART E ELAINE COTTA

A semana que passou entrará para a história do Brasil como uma daquelas em que o País mais foi atacado pela imprensa mundial. Diante de estatísticas mostrando um recrudescimento anômalo no desmatamento amazônico – esperava-se um crescimento de 2% no ritmo da derrubada entre 2003 e 2004, mas registrou-se um percentual de 6% – jornais, organizações ecológicas e até diplomatas do mundo desenvolvido reagiram com pedras na mão. Contra o Brasil. “É impossível encontrar qualquer argumento

POR TRÁS DA HISTERIA ECOLÓGICA HÁ Á INTERESSES ECONÔMICOS ESCUSOS

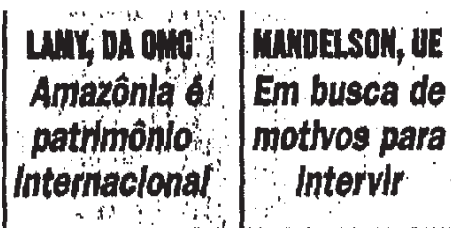
CAPA

coerente em defesa da contínua destruição da floresta equatorial brasileira", escreveu, em Londres, o diário *Independent*. "Eles estão transformando a floresta tropical em pastagens. É asqueroso", proclamou John Sauven, líder do Greenpeace. Mas partiu de Peter Mandelson, comissário europeu de comércio, o comentário mais agressivo da semana. "O Brasil tem que assumir as suas responsabilidades. Algo grave está acontecendo", disse ele, enfatizando que é preciso frear a destruição de "um bem público". Essas afirmações maliciosas ecoaram o que já fora dito, em fevereiro, por Pascal

agressiva sobre o desflorestamento concentrou-se na pessoa de Blairo Maggi, governador do Mato Grosso e maior plantador de soja do planeta. A revista britânica *The Economist* referiu-se a ele como "o estuprador da floresta" e "rei do desflorestamento", explicando que o **Mato Grosso foi responsável por 40% do desmatamento registrado no último biênio**. O governo federal limitou-se a defender seus planos para a região – que são bons, diga-se de passagem – sem confrontar a histeria dos ambientalistas e seus patrocinadores no Hemisfério Norte. "Atacam a nossa soberania e ninguém sai em nossa defesa. Assim

sentar à ONU um projeto de internacionalização da Amazônia."

Para entender os interesses em jogo na floresta, é preciso ter em conta que o Brasil tornou-se, nos últimos anos, o maior exportador de soja do mundo, com 36,2 milhões de toneladas. Ultrapassou os Estados Unidos. O Mato Grosso de Maggi lidera a produção nacional, sua soja esbarra na chamada Amazônia Legal e invade a zona de transição botânica entre o cerrado e a floresta equatorial. Os agricultores dizem que esse território é cerrado e insistem em plantar 50% da área de suas propriedades. O governo diz que é floresta e admite o plantio de apenas



Lamy, antecessor de Mandelson na União Européia e atual diretor-geral da Organização Mundial do Comércio. Com imensa cara de pau, Lamy, o príncipe do protecionismo europeu, defendeu a internacionalização da Amazônia. Como se a floresta mais pujante do planeta, que ocupa 58% do território brasileiro, já não tivesse dono. Como se os europeus já não tivessem destruído 90% de suas próprias florestas.

Desta vez, porém, **a grita ecológica tinha um alvo preciso: a soja e, através dela, a exploração das riquezas naturais do Brasil**. Não é por outro motivo que a cobertura mais

vão permitir o esquiteamento da Amazônia", revolta-se Maggi. O general Luiz Gonzaga Lessa, presidente do Clube Militar e ex-comandante militar da Amazônia, também sentiu cheiro de fumaça. "Isso é lobby econômico disfarçado de ideologia ambientalista", resume. O historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, autor de "As Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos", também vê interesses escusos na grita da semana passada. "Essas ONGs não são inocentes. Servem aos interesses das transnacionais que estão sendo afetadas pela competição agrícola do Brasil", afirma o professor. "Essa celeuma visa apre-

20%. Adilton Sachetti, prefeito de Rondonópolis e um dos maiores plantadores de algodão do Mato Grosso, lembra que o Estado tem área de 90 milhões de hectares, dos quais apenas 8 milhões são de plantio. Outros 50 milhões de hectares são cobertos por florestas intocadas. Ele pondera que **os americanos, a despeito das suas ONGs, têm 33% do seu PIB ancorado na agricultura**. "Falar que a soja é responsável pela degradação do ambiente é fachada. Eles temem é que o Brasil roube mercado dos americanos". Há outro mercado em jogo, o da madeira. Nos últimos três anos, a Amazônia multiplicou por cinco a sua

área para exploração de madeira certificada, com selo verde para exportação legal. Mas a tese do Greenpeace é a de que a madeira da Amazônia não deve ser explorada nem mesmo como manejo florestal. No fundo desse debate, está o fato de que **o Brasil caminha, rapidamente, para dominar tanto o mercado internacional de móveis e madeiras quanto o de papel e celulose.** Há no segmento 40

projetos em andamento, com investimentos previstos de R\$ 6,7 bilhões. “Muita

gente não se conforma com o fato de uma área com o tamanho e o potencial da Amazônia ser controlada por um país subdesenvolvido como o Brasil”, afirma Lorenzo Carrasco, organizador do best-seller “Máfia Verde”. “Algumas ONGs funcionam como forças de guerra irregulares e o governo brasileiro tem sido excessivamente submisso a essas pressões.”

Na tarde da terça-feira 24, houve uma reunião no Palácio do Planalto para tratar da pressão internacional. Coordenada por José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil, contou com cinco ministros em pessoa, como Marina Silva, do Meio Ambiente, e Aldo Rebelo, da Coordenação Política. Dirceu abriu o encontro dizendo que estava efetivamente preocupado com as pressões internacionais. Ao final, o grupo concluiu que o problema pode ser resolvido caso o Brasil explique de

forma detalhada nos foros internacionais todas as boas medidas que estão sendo tomadas pelo governo de um ano para cá, quando colocou em prática o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia. Inaugurado em março do ano passado, esse plano prevê 149 ações de 13 ministérios e investimentos de R\$ 390 milhões até 2007. Um dos focos do plano diz respeito à fiscalização da

mil km² de reservas indígenas e criou mais 83 mil km² de reservas florestais. Equivale a uma Áustria. O plano é que essas reservas conttenham a derrubada das árvores. A próxima meta é tentar aprovar no Congresso o projeto de lei que cria o Serviço Florestal Brasileiro, espécie de agência reguladora da floresta. **A idéia central é que o governo faça concessões para exploração**

por manejo – da mesma forma que emite concessões de telecomunicações ou jazidas minerais. O SFB define a área de exploração, o Ibama fiscaliza. O projeto está pronto para ser votado em uma comissão da Câmara. Ao final da reunião de terça-feira, os ministros decidiram trabalhar melhor em quatro pontos: intensificar o policiamento, criar um selo verde para os produtos da Amazônia, efetivar a idéia de um pacto com os Estados (estabelecendo metas de redução da devastação) e, por fim, propor à equipe econômica uma linha de crédito subsidiada para os

projetos verdes. **“Não podemos ser simplesmente contra a soja”, diz a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente.** “Temos de defender que as atividades produtivas, de qualquer natureza, sejam feitas em bases sustentáveis.” Essa é um conversa que os brasileiros podem entender; os produtores podem apoiar e o futuro não tratará como simples capitulação a interesses internacionais. ■

5
MILHÕES

de Km² é o tamanho total da Amazônia brasileira

390
MILHÕES

de reais é orçamento do governo para a Amazônia até 2007

55
MIL

espécies vegetais já foram cadastradas na Amazônia

O QUE ACONTECE NA FLORESTA

As reservas florestais e indígenas eram 29% da Amazônia em 2002. Subiram para 31% em 2004. Esses dois pontos percentuais representam um território do tamanho da Áustria.

As terras devolutas e griladas, onde acontecem 90% dos desmatamentos, eram 47% da Amazônia em 2002. Caíram para 44% em 2004.

14 mil km² é a área de exploração de madeira com manejo certificado para exportação. Equivale ao Kuwait e a Sergipe. Em 2002, a área era cinco vezes menor. A meta do governo é ter 30% da produção da madeira da Amazônia com selo verde até 2007.

376 mil km² de florestas foram reservados para projetos de assentamentos sustentáveis e extrativismo entre 2003 e 2004. A área é maior que a Alemanha.

O Estado do Amazonas conseguiu reduzir em 39% a sua área desmatada em 2004 com a implantação do programa Zona Franca Verde, que subsidia populações indígenas e ribeirinhas.

80 mil km² ao longo da BR 163, entre Cuiabá e Santarém, estão preservados do desmatamento. O governo vai apresentar um projeto de exploração de agro-florestas para toda a região da rodovia.

região, com intensificação da presença do Exército e a contratação de mais 600 fiscais do Ibama, ainda este ano. Outro foco é a criação de áreas de proteção para conter o desmatamento. Nos últimos dois anos, o governo reservou 376 mil km² de florestas exclusivamente para projetos de assentamentos sustentáveis e extrativismo. A área é maior que a Alemanha. Também homologou 93

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, para uma comunicação inadiável, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, jornal de hoje publica nota que, sei, não pode corresponder à verdade. Todos somos testemunhas da integridade, da respeitabilidade, da inteligência e da competência do Ministro Nelson Jobim. Tenho certeza, portanto, de que o Ministro Nelson Jobim não iria procurar Senadores nem Ministros para dizer que, mesmo que o Ministro Eros Grau devolva o processo, ele não colocará em votação os outros nomes este ano ou este semestre.

Isso é uma afronta ao Ministro que preside o Supremo Tribunal Federal. Quero dizer que não acredito na informação, mas – quem sou eu para aconselhar o Ministro Nelson Jobim?. Penso que isso deveria ser desmentido, porque ele não é um parlamentar, ele é o ministro-presidente do Supremo, cuja atuação só tem recebido os aplausos da Nação brasileira em razão da forma democrática e correta pela qual preside o órgão superior da Justiça brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não acredito, considero inverídica a afirmação segundo a qual, se esse processo chegar ao Ministro Nelson Jobim, ele vai segurar a votação do problema relativo à CPI dos Bingos, conforme afirma determinado jornal de hoje.

Quero pedir a V. Ex^a que, com todo respeito, dirija ao Ministro Nelson Jobim as minhas palavras de apreço e respeito à sua figura e faça-lhe saber que, da tribuna do Senado, protestei contra a afirmativa que lhe atribui o jornal, que evidentemente não seria digna de um homem da expressão de Nelson Jobim.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência acolhe a solicitação de V. Ex^a e o atenderá na forma do Regimento.

Esclarecemos que, juntamente com o Senador Jefferson Péres, do PDT, o Senador José Agripino, o Senador José Jorge, ambos do PFL, e o Senador Pedro Simon, do PMDB, estivemos em visita ao Ministro Eros Grau para tratar desse assunto. S. Ex^a nos informou que sua intenção era devolver o processo, imediatamente, para julgamento.

V. Ex^a tem toda razão ao destacar a confiança que deposita no Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nós nos associamos a V. Ex^a nessa manifestação e

vamos fazer chegar a S. Ex^a o seu pronunciamento. Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra, o Senador Antonio Leite, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, para o seu primeiro pronunciamento da tribuna do Senado Federal, já que está assumindo hoje uma cadeira nesta Casa do Parlamento brasileiro, na condição de suplente. Assim, a Mesa lhe deseja sucesso, seja qual for o tempo que permanecer conosco.

Peço ao Senador Geraldo Mesquita Júnior a gentileza de assumir a Presidência neste momento.

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo o mandato de Senador da República experimentando uma emoção que se caracteriza de duas vertentes: a do reconhecimento ao eleitor maranhense que sufragou meu nome na eleição e a do sentido da responsabilidade atribuída pela Constituição Federal aos ocupantes de mandato no Senado Federal.

Em primeiro lugar, ao eleitor, a minha reverência, com a afirmação do compromisso de trabalhar de maneira incansável pelos interesses do Estado do Maranhão, integrando-os na verdade nacional de um País cuja realidade física é materialmente extensa, copiosamente diversificada e generosamente rica no que se refere aos valores antropológicos e culturais do seu povo.

Nascido na capital do Estado de Goiás, a cidade de Goiânia, mudei-me para Brasília acompanhando meus pais, onde permaneci por dez anos, estudei e me formei em Medicina em uma das primeiras turmas da Universidade de Brasília, a UnB. Fui para o Rio de Janeiro, onde me especializei em Radiologia pela Clínica Sorocaba, em Botafogo. Do Rio de Janeiro, fui para a exuberante cidade de Imperatriz, onde há 31 anos venho atuando no exercício de minha profissão.

Imperatriz e o Estado do Maranhão, portanto, são a seara na qual apliquei meus conhecimentos de médico, cuidando da saúde de um povo que aprendi a amar e a servir, sempre à procura da melhor forma para proporcionar-lhe qualidade de vida. De Imperatriz acompanhei o nascimento e processo de crescimento, vendo-a agigantar-se até constituir o atual e promissor pólo de desenvolvimento, cabeça da fértil microrregião do mesmo nome, que se estende à margem direita do Tocantins, limitando-se com três pujantes Estados do Brasil: Pará, Tocantins e Piauí.

Meu principal interesse durante o exercício do mandato que acabo de assumir nesta Casa estará di-

rigido para a criação do Estado do Maranhão do Sul, tendo como capital a cidade de Imperatriz.

A criação do Estado do Maranhão do Sul é idéia que remota ao século XIX, inviabilizada, então, fundamentalmente, pela Proclamação da Independência do Brasil em 1822.

Não tenho dúvida da importância de retornar essa iniciativa para o País e para a região, dando curso às marcantes diferenças que caracterizam a porção sul e a parte norte do Estado do Maranhão. A idéia não tem o sentido de ser contra o Estado do Maranhão, mas a de inserir a microrregião de Imperatriz na dinâmica do desenvolvimento desencadeada pela construção de Brasília, que abriu caminho para a região central e interiorana do Brasil. Graças a essa dinâmica, pequenas e médias empresas agropecuárias impulsionaram o surgimento de empreendimentos de fôlego, como o Pólo Agrícola Mecanizado de Balsas, o Pólo Siderúrgico de Açailândia e a consolidação da cidade de Imperatriz como centro comercial e de prestação de serviços.

Por essas razões, Imperatriz, epicentro igualmente próximo de Belém do Pará, de São Luís, capital do Estado, e de Palmas, capital do Tocantins, hoje se projeta com vocação natural para ser a sede administrativa do Maranhão do Sul, com todas as condições para desempenhar esse papel.

Para concluir este pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, presto minha homenagem, de reconhecimento e apreço, pelo que representam para mim como protótipo de homens públicos, sintonizados com a grandeza do Maranhão, do Brasil e, conseqüentemente, sintonizados com os anseios do povo, o eminente Senador José Sarney, ex-Presidente da República; o Senador João Alberto Silva, a quem será muito difícil substituir, mas me consola o fato de que o PMDB do Maranhão continuará sob sua orientação; o Senador Alexandre Costa, de saudosa memória, que considero meu pai político, aquele que me ensinou a ter uma imagem grande e querida do Brasil; a Senadora Roseana Sarney e o Senador Edison Lobão, que governaram com descortino e solitudine; o ex-Senador Francisco Escórcio, sempre presente e amigo, os Senadores Ribamar Fiquene, Ildon Marques, meus eminentes pares nesta Casa, no seu exemplo de trabalho e iniciativa quero pautar minha iniciativa durante o exercício do mandato de Senador da República.

Agradeço a presença de meus queridos familiares e amigos que vieram presenciar a minha posse, aos quais saúdo e abraço com filial e fraterno carinho.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me um aparte, Senador Antônio Leite, antes de deixar a tribuna?

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a representa hoje o Estado do Maranhão, mas basicamente a sua e a minha região tocantina do Maranhão. Em verdade, Imperatriz tornou-se, como diz V. Ex^a, uma capital regional e uma capital de grande projeção. É Imperatriz uma das maiores cidades, um dos maiores Municípios do Brasil hoje. Imperatriz tornou-se o pólo de atração de muitos brasileiros de outras regiões, de todos os Estados do Brasil. É o Município que acolhe, com amor e com solidariedade, aqueles brasileiros que, de outros Estados, para ali rumam, com o objetivo de contribuir, com o seu esforço, para a grandeza de toda a nossa região. O pólo siderúrgico a que V. Ex^a se refere, que está situado em Açailândia, hoje passa por uma dificuldade grande, gerada pela elevação brutal do ICMS por parte do Governo do Pará, do carvão que é importado para movimentar as caldeiras. Eu tenho procurado contribuir no sentido de que o Governo do Pará reveja a sua posição que não é marcada pela sensatez tributária, já que aumentou em 1000% o ICMS do carvão que sai do Pará para o Estado do Maranhão. Senador Antonio Leite, V. Ex^a com o convívio aqui no Senado com os seus pares, a partir de hoje, terá oportunidade de contribuir também para o engrandecimento da nossa região e para o engrandecimento do Estado do Maranhão. Estamos, neste momento, numa luta, à qual, seguramente, V. Ex^a se engajará, que é a luta pela criação do Maranhão do Sul. Temos feito gestões seguidas e até delas tem V. Ex^a participado como cidadão, representando os legítimos interesses da região tocantina e do Maranhão do Sul, no sentido de que se vote...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – ... a emenda que tramita, o projeto que tramita na Câmara dos Deputados autorizando a realização de um plebiscito para saber se o povo, de fato, deseja a criação do Maranhão do Sul. Já agora, com o mandato de Senador, V. Ex^a poderá contribuir mais ainda do que já o tem feito. Cumprimento V. Ex^a pela chegada ao Senado da República e que tenha aqui uma fecunda participação nos debates desta Casa. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão, pelas palavras de carinho.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permitte-me um aparte?

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Leite, também quero dar as minhas boas vindas à V. Ex^a pela chegada a esta Casa. Temos também absoluta certeza do compromisso, da grandeza da visão nacional que V. Ex^a vai trazer para a grande contribuição aos trabalhos desta Casa. Sou piauiense, mas minha família migrou, no início da década de 70, para o Estado do Pará. Nessa ocasião, conheci Imperatriz. Já naquela época, agosto de 1975, vi uma Imperatriz que já pulsava como uma capital de um eminente pólo que despontava naquela importante unidade federativa. De lá para cá, Imperatriz só tem crescido. Tanto é verdade que agora, com esse debate sobre o sul do Maranhão, se aquela região vier a se tornar um Estado, é provável que Imperatriz venha a se tornar a capital desse novo Estado. Por conhecer um pouco aquela região, acho que um debate que poderíamos travar no Senado Federal é sobre a composição de novas unidades federativas em nosso País. Temos vários pedidos: o sul do Maranhão, o Triângulo Mineiro, três unidades novas entre o Pará e o Amazonas, como o rio Solimões, o rio Negro, Tapajós, inclusive uma que se desenha agora e que seria a do rio Madeira, pegando uma parte do Amazonas, Rondônia e Acre. Há ainda o pedido de plebiscito, que já tramita nesta Casa, para a instalação do Estado da Guanabara. Portanto, temos um bom debate para fazer nessa área. Queria ainda dizer que, com relação aos nomes que já mencionou como bons amigos históricos de causas e de militância do Estado do Maranhão eu queria fazer referência a um deles: Francisco Escórcio, que tem sido aqui para nós uma pessoa que se comporta sempre como um eterno Senador dentro desta Casa, um boa praça, uma boa prosa, um bom companheiro. Só tenho uma reclamação a fazer: toda vez que se escala um time para jogar futebol, ele sempre me coloca no banco de reserva. Peço a V. Ex^a que o convença a me colocar como titular do novo time. Parabéns a sua chegada nesta Casa!

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Muito obrigado pelas palavras e o seu pedido será atendido a partir de hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Antônio Leite, se me permitir um aparte...

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não, Senador.

O SR. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Leite, em primeiro lugar, quero que V. Ex^a leve um abraço carinhoso – tenho certeza de todo o Senado – ao Senador João Alberto, que nos deixou, mas está numa grande missão no Estado, eu sei, tanto de interesse partidário como também da população do nosso Maranhão. E é com a mesma satisfação que mando a ele esse abraço, pelo convívio que tivemos aqui com S. Ex^a, quero dar também esse abraço a V. Ex^a, que chega à Casa com essa disposição de trazer já um grande debate sobre a possibilidade ou não dessa questão da divisão do Estado do Maranhão. Independentemente disso, olhava o seu **currículum**. V. Ex^a é médico, é Reitor da Facimp, demonstra, portanto, todo o seu compromisso com a vida, com a educação e, conseqüentemente, com a formação de todo o nosso povo. Só por estes dois motivos: educação e saúde e pela visão clara que, tenho certeza, V. Ex^a tem da realidade brasileira, sei que dará uma grande contribuição ao Senado da República do nosso Brasil. Um abraço respeitoso e carinhoso. Seja bem-vindo!

O SR. ANTONIO LEITE (PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Estamos realmente irmanados na luta para o bem servir.

Durante o discurso do Sr. Antonio Leite, o Sr. Alvaro Dias, 3º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Mantendo o critério de rodízio entre os oradores inscritos e os Líderes, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco, com um comentário: esta Mesa determina que, a partir de agora, o Senador Sibá Machado seja escalado como titular no time do Senado e que a S. Ex^a sejam atribuídos o título de Ronaldinho do time e a camisa 10.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me conceda a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o grave problema que está atingindo os nossos agricultores, notadamente os que investem

grandes esforços na lavoura da soja e do algodão, tem sido amplamente abordado nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Eles não têm condições para honrar compromissos firmados relativos à safra 2004/2005, nem condições e ânimo para assumir o risco de novas plantações a partir de agora.

Como já foi dito e repetido nesta Casa e na imprensa, no período da comercialização, o dólar – que preside as negociações relativas à soja e ao arroz – equivalia a R\$3,10, sobre cujo valor se efetivou a aquisição dos agroquímicos. E nesse valor ocorreram os diversos outros tipos de contratos, impossíveis agora de serem cumpridos – com o dólar defasado em cerca de 30% em relação ao real –, porque os baixos preços dos referidos produtos não pagam sequer o custo da sua produção.

Sr. Presidente, esse problema está sendo gravemente vivido, neste momento, pela agricultura do Maranhão. Somos hoje o Estado que planta amplamente soja da melhor qualidade para exportação. Porém, o preço caiu extremamente, e estamos destinados a um prejuízo muito grande na nossa agricultura.

Apelo ao Governo Federal para que olhe para a agricultura, sobretudo a de soja, que é o carro-chefe das exportações nacionais, e para que assista a agricultura do Maranhão, que presta uma grande contribuição à nossa pauta de exportações.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que aceite como lido o restante do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EDISON LOBÃO.*

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o grave problema que está atingindo os nossos agricultores, notadamente os que investem grandes esforços na lavoura da soja e do algodão, tem sido amplamente abordado nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Eles não têm condições para honrar compromissos firmados relativos à safra 2004/2005, nem condições e ânimo para assumir o risco de novas plantações a partir de agora.

Como já foi dito e repetido nesta Casa e na imprensa, no período da comercialização o dólar – que preside as negociações relativas à soja e ao arroz – equivalia a três reais e dez centavos, sobre cujo valor se efetivou a aquisição dos agroquímicos. E nesse valor ocorreram os diversos outros tipos de contratos, impossíveis agora de serem cumpridos – com o dólar defasado em cerca de 30% em relação ao real – porque

os baixos preços dos referidos produtos não pagam sequer o custo da sua produção.

Daí, Sr. Presidente, as estrondosas manifestações públicas de agricultores em todo o País, com mais ênfase no Rio Grande do Sul, nas quais reivindicam ações e providências oficiais que, buscando soluções emergenciais, vão amparar não somente os homens do campo, mas o próprio Brasil, que sofreria recorrentes problemas de uma agricultura paralisada, sem novas plantações em determinadas regiões; multiplicação do desemprego; aumento da miséria e novas angústias na área social.

Ao pânico que envolve os lavradores do Sul, junta-se agora os do meu Estado. Em memorial dirigido ao Governador José Reinaldo Tavares, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas e o Prefeito dessa cidade retratam, em termos serenos e técnicos, o que sobre o tema se passa no Maranhão. E lhe dão a delegação para que suas reivindicações sejam atendidas – junto aos governos federal, estadual, instituições financeiras e empresas privadas – com a premência exigida pela gravidade dos acontecimentos que enfrentam.

Dentre o que pedem os agricultores maranhenses, muitos dos pontos poderiam viabilizar-se prontamente. A autorização para a importação de produtos agroquímicos genéricos dos países vizinhos, com isenção de impostos, é um deles; a disponibilização de recursos para o plantio da próxima safra a juros de 8,75% é outro ponto plenamente viável; como de possível e rápida solução a redução da carga tributária incidente sobre máquinas e equipamentos, bem como uma pauta para cobrança do ICMS dos produtos de acordo com a variação dos preços de comercialização.

Veja-se que as propostas de soluções estão à vista, bastando a atuação mais enérgica dos governos para que volte a reinar, nesse meio agrícola que tem sustentado o País, o ambiente de exitoso trabalho e de contínuo desenvolvimento, motivo de orgulho para os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, solicitando a transcrição nos Anais, como parte integrante do meu discurso, o memorial que passo às mãos da Taquigrafia.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDSON LOBÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE Balsas, 31 de Maio de 2005

AO

*EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
JOSÉ REINALDO TAVARES*

**REF: SOLICITAÇÕES E REINVINDICAÇÕES DA
CLASSE PRODUTORA DO MARANHÃO**

Exmo. Sr.,

O Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS), representado pelo seu presidente, Sr. Helmiton Divino Alves, e a Prefeitura Municipal de Balsas, representada pelo seu prefeito, mui digno Sr. Francisco M. Coelho vem, com o devido respeito e, tempestivamente, externar a V. Exa., o quadro atual de instabilidade econômica que a agricultura da região vem atravessando e, ao mesmo tempo, solicitar a V. Exa. a intercessão, junto aos ministérios e a parlamentares, no sentido de atender as reivindicações da classe produtora, que hoje é a mais sofrida do País e a principal, para a sustentação do plano econômico Nacional; pois ela urge necessariamente de tomada de medidas, que venham equilibrar o setor graneleiro, devido as razões:

1. Atualmente, os produtores rurais, de um modo geral, não estão possuindo receitas financeiras, para cumprirem com a totalidade dos compromissos financeiros, junto a todos os credores, relativos à safra agrícola 2004/05, apesar de terem alcançado as produtividades normais. Isto, porque, como é do conhecimento de V. Exa., houve grande queda do preço da soja, puxado pela baixa do Câmbio, gerando preços dos produtos, soja e arroz, abaixo dos custos de produção, estando sendo praticado atualmente soja a R\$ 25,50 a saca de 60 kg, quando o seu custo de produção é em torno de R\$ 30,00/saca, conforme demonstração nas planilhas de custo anexas.
2. Quando foi realizada comercialização na aquisição dos agroquímicos, U\$ 1,00 equivalia a R\$ 3,10 e, atualmente U\$ 1,00 equivale a R\$ 2,40, havendo uma defasagem de 29,91%, causando grandes prejuízos aos produtores.
3. O alto custo de produção, não permite saldo de caixa, para o pagamento da totalidade dos débitos; pois, conforme planilha demonstrada, o custo médio mínimo de 1 ha de soja, foi de R\$ 1.267,98, considerando-se a aplicação de agroquímicos mínimos, bem como os seus preços.

4. A falta de renda líquida, porque, hoje a soja está sendo comercializada ao preço médio de R\$ 25,50/saca de 60 kg, cujo custo de produção foi de 49,72 sacas/ha.
5. Ao déficit de produtividade média para pagar os custeios, cujo índice médio obtido na região, variou de 40 a 45 sacas/ha. Havendo, portanto, um déficit de 9,7 a 4,7 sacas/ha, respectivamente.

Sabe-se, que a produtividade média alcançada no Sul do Maranhão, conforme estatística do IBGE foi em torno de 45 sc/ha, média geral em toda a região; sendo que as de maior altitude, alcançaram os maiores índices (grandes produtores).

6. Também, a classe produtora está deficitária em suas receitas agrícolas com um déficit de 64,01%. Índices gerados pela defasagem de preços de produto e custos de produção, entre a safra 2003/04 a 2004/05, conforme, pode ser demonstrado na tabela 1.

CUSTO DE PRODUÇÃO COMPARADOS

ANO	03/04	04/05	VARIAÇÃO %
CUSTEIO	942,00	1.267,98	34,60
PREÇO MÉDIO MERCADO/SC	33,00	25,50	-29,41
N. SACOS P/ PAGTO	28,50	49,72	- 64,01

Deste modo, demonstrando a evolução dos custos e preços de comercialização, observa-se que o maior custo de produção/ha, foi na safra 2004/05, havendo a necessidade de 49,72 sacas/ha, sendo superior a média alcançada na região em 4,72 sacas, conforme tabela 2.

Tabela 2: Evolução dos custos de produção e preços de comercialização

Safra	Custo (R\$/há)		Preço (R\$/Sc)		Custo Sacac/Ha
	+ Encargos	% VARIAÇÃO	Comercialização	% VARIAÇÃO	
2000/01	458,86		17,46		26,28
2001/02	492,94		21,00		23,47
2002/03	622,56		29,60		21,03
2003/04	942,00		33,00		28,55
2004/05	1.267,98		25,50	- 29,41	49,72

Sr. Governador, diante destes fatores negativos apontados, o grau de endividamento dos produtores rurais, está ficando alto e insuportável, nas circunstâncias atuais.

Para que o setor produtivo não sofra ainda mais e corra o risco de paralisação das atividades, gerando uma crise que pode desencadear uma desmotivação, desemprego e redução da atividade econômica e maior empobrecimento do Estado do Maranhão e do nosso País, as Entidades citadas solicitam que o Estado use dos seus mecanismos legais para tomar as seguintes providências:

- 1.º Enquadrar nossa região produtora nas resoluções do Banco Central do Brasil n.º 3.269, de 17.03.2005; n.º 3.275, de 24.03.2005 e, regulamentação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a prorrogação das parcelas de operações BNDES/FINAME vencidas e vincendas no ano de 2005 e pleitear prorrogação das mesmas operações vincendas de 31.12.05 a 30.04.06.
- 2.º Viabilizar junto às Instituições Financeiras, Oficiais e particulares, a prorrogação das parcelas de investimento vincendas em 2005 de quaisquer programas de financiamento, com vencimento para um ano após a última parcela. Para o saldo devedor dos financiamentos de custeio desta safra 2004/05, o mesmo seja prorrogado com prazo de dois anos, conforme a capacidade de pagamento do produtor, todos com os encargos financeiros atuais.
- 3.º Interceder junto às Empresas vendedoras de agroquímicos e de fertilizantes, para adequarem os débitos dos produtores dentro da conjuntura econômica atual, de acordo com vários ofícios já encaminhados pelos mesmos às empresas. Sabe-se que a defasagem cambial está em torno de 30%.
- 4.º Conseguir junto aos Ministérios, autorização para importação de produtos agroquímicos genéricos, dos Países vizinhos com isenção de impostos, a fim de reduzir em até 50% os custos, comparando com os valores praticados no Brasil.
- 5.º Interceder junto aos Ministérios competentes, para disponibilizar recursos suficientes para o plantio da próxima safra a juros de 8,75% (recursos controlados), para a soja, ampliando de R\$ 200.000,00 para R\$ 500.000,00 e redução da taxa de juros de CPR financeira para juros de 12% ao ano.
- 6.º Interceder junto aos órgãos competentes, para a redução da carga tributária incidente sobre máquinas, equipamentos, agroquímicos e fertilizantes.
- 7.º Utilizar uma pauta para cobrança do ICMS dos produtos, para dentro e fora do Estado, de acordo com a variação dos preços de comercialização.
- 8.º Acionar a justiça estadual e os cartórios municipais, no sentido de não promover cobranças judiciais dos produtores, em um prazo de 90 dias, até que a renegociação dos débitos seja realizada.

Caso não sejam atendidas estas reivindicações, os produtores não terão condições de realizar o plantio da próxima safra pelos fatores negativos já relatados, e a situação geral será caótica, com grande desemprego e paralisação geral do comércio; além da falta de produção que será um prejuízo, para o Estado e a Nação.

Espera-se não repetir o erro do ano passado, quando foi demonstrado no Agrobalsas 2004, que o custo de produção seria em torno de 37 sc/ha ao preço de R\$ 42,00/sc. Caso esse preço não se confirmasse, os custos seriam superiores e não haveria condições de se pagar nem o custeio das lavouras e, os produtores estariam sujeitos ir à inadimplência. É o que está se sucedendo, e estará ocorrendo, caso as reivindicações não forem atendidas.

Convém salientar, que o plantio da safra passada foi realizado àqueles custos, na esperança dos produtores alcançarem os preços mínimos, para conseguirem honrar com todos os seus compromissos. Porém, no mercado econômico globalizado atual, não se pode mais plantar baseado em esperanças, porque é preciso ter preço mínimo pelos produtos e, que garantam a continuidade da atividade agrícola, para que todos os produtores continuem solidários e sólidos nos seus setores.

Para a próxima safra, não se vislumbra aumento de preços dos produtos e, também, não podemos trabalhar com índices de altas produtividades, pois as culturas ficam sujeitas à doenças e condições climáticas adversas.

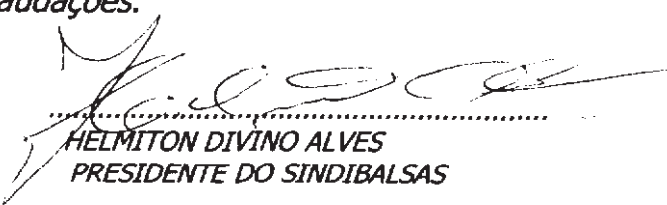
Exmo. Sr. Governador, toda a classe produtora quer honrar com seus compromissos e, em nenhum momento negou-se a pagar seus débitos, porém toda a produção, com esses preços baixos, não irá gerar as receitas necessárias ao cumprimento da totalidade das obrigações financeiras.

À fim de que não haja a sucumbência das atividades dos produtores, os mesmos contam com a prestigiosa colaboração de V. Exa. e agradecem a atenção dispensada.

Cordiais Saudações.



FRANCISCO DE ASSIS M. COELHO
PREFEITO MUNICIPAL DE BALSAS



HELMITON DIVINO ALVES
PRESIDENTE DO SINDIBALSAS

COM CÓPIA PARA: MINISTRO DA AGRICULTURA - DR. ROBERTO RODRIGUES
SENADOR DA REPÚBLICA - DR. JOSÉ SARNEY
SENADORES DO ESTADO DO MARANHÃO
DEPUTADOS FEDERAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

MEDIPLAN -PLANEJAMENTOS AGROPECUÁRIOS Ltda. TELEFAX (99) 3541-2188

PLANILHA REFERENCIAL DE CUSTOS DE PRODUÇÃO
ORÇAMENTO PARA FORMAÇÃO DE LAVOURA DE SOJA - SAFRA 04/05.
PRODUTIVIDADE: 3.000 kg/ha.(Plantio Direto)

1.098,28 + 6,9% Juros = RS 1.174,06

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR		ÁREA Nº Ha 1,00	VALOR TOTAL R\$	% DO CUSTO TOTAL
		/ Ha	UNIT.	/ Ha			
01 - AQUISIÇÃO DOS INSUMOS							
Sementes	kg	50,000	1,900	95,00	1,00	95,00	
SUB - TOTAL						95,00	8,650
Fertiliz. (02-30-15 +Micros)	kg	380,000	0,995	378,10	1,00	378,10	
Cloreto de potássio	kg	80,000	0,812	64,96	1,00	64,96	
SUB - TOTAL						443,06	40,341
Tratamento de semente							
Fungicida	l	0,125	47,000	5,88	1,00	5,88	
Inoculante	Dose	1,000	3,500	3,50	1,00	3,50	
Micronutriente (Co + Mo)	l	0,070	60,000	4,20	1,00	4,20	
SUB - TOTAL						13,58	1,236
1.1 -Produtos p/dessecação							
Glifosato	l	4,000	10,490	41,96	1,00	41,96	
Clorimuron	kg	0,040	465,000	18,60	1,00	18,60	
2,4 D	l	0,300	17,000	5,10	1,00	5,10	
SUB - TOTAL						65,66	5,978
1.2 - Herbicidas pós emergente							
Clorimuron	kg	0,050	465,000	23,25	1,00	23,25	
Lactofen	l	0,500	68,000	34,00	1,00	34,00	
Haloxifop - r	l	0,350	125,000	43,75	1,00	43,75	
Oleo mineral	l	0,300	9,000	2,70	1,00	2,70	
SUB - TOTAL						103,70	9,442
1.3- Produtos inseticidas							
Fisiológico	kg	0,060	160,600	9,64	1,00	9,64	
Endossulfan	l	1,300	15,650	20,35	1,00	20,35	
Tiametoxam+cipermetrina	l	0,250	125,000	31,25	1,00	31,25	
Metamidophos	l	0,800	21,500	17,20	1,00	17,20	
SUB - TOTAL						78,43	7,141
1.4- Produtos fungicidas							
Azoxystrobin	+						
Ciproconazole	l	0,300	205,90	61,77	1,00	61,77	
Tebuconazole	l	0,500	82,50	41,25	1,00	41,25	
Carbendazin	l	0,500	34,50	17,25	1,00	17,25	
SUB - TOTAL						120,27	10,951

OBS: 1- Os produtos AGROQUÍMICOS, representaram - 34,74% dos Custos.

2- Foram os produtos básicos utilizados; sendo que os produtores, também, usaram outros produtos similares.

02 - PREPARO DO SOLO							
Aplic. Dessecantes	h/tr	0,120	30,36	3,64	1,00	3,64	
SUB - TOTAL							0,332
03 - PLANTIO E ADUBAÇÃO							
Tratamento da Semente	H/dia	0,300	13,00	3,90	1,00	3,90	
Plantio	h/tr	0,800	47,46	37,97	1,00	37,97	
SUB - TOTAL							41,87
04 - TRATOS CULTURAIS							
Aplic. Herbicidas (02)	h/tr	0,240	30,36	7,29	1,00	14,57	
Aplic. Inseticidas e fungicidas (03)	h/tr	0,360	30,36	10,93	1,00	32,78	
SUB - TOTAL							47,35
05 - COLHEITA							
Colheita c/ Maq. Própria	h/Maq	0,600	112,87	67,72	1,00	67,72	
SUB - TOTAL							67,72
TOTAL DAS ATIVIDADES							160,58
TOTAL ORÇADO (1+2+3+4+5)							1.080,28
06 - FRETE DA PRODUÇÃO							1,639
TOTAL GERAL							1.098,28

OBS: 1- Para o item frete de insumos, foi considerado uma distância de 50 km em estradas boas.

1.098,28

TOTAL

R\$ 1.174,06

- 2 - Considerou-se juros de 8,75 % - Financiamento Banco e 12 % Financiamentos Outras fontes.
 - Juros médio de 10,75 % a.a.
 - 8 meses = 6,9 % a.a.

Acrescentando-se gastos realizados durante e após a colheita, não computados no orçamento Tais como:

- * Dessecação de invasoras na lavoura em 20% da área, devido chuvas excessivas ocorridas no mês de março/05.
- * Oficinas e peças de reposição de colheitadeira, durante a colheita.
- * Diferencial de fretes, para distância superior a 50 km e condições de precariedade de estradas.
- * Funcionários contratados temporários.

Todos estes fatores somaram um índice médio de 8,0 % sobre o total orçado.

Assim, o custo total do orçamento totalizou R\$ 1.174,06 X 8% = **R\$ 1.267,98**.

Fazendo-se a equivalência em sacas de soja ao valor médio de R\$ 25,50, há necessidade de **49,72 sacas para pagar somente o custeio.**

Calculando-se o custo da saca de soja, tem-se a tabela:

CUSTO DA SACA DE SOJA	
PRODUTIVIDADE	VALOR - R\$
50	25,36
45	28,18
40	31,70

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Esta Mesa procederá na forma do pedido.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. Em seguida, terá a palavra o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito, e, a seguir, como Líder, falará o Senador Arthur Virgílio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, durante todos esses dias, foi trazido a este plenário um debate que merece reflexão, particularmente pela forma inadvertida com que o tema foi tratado. Refiro-me à corrupção no País.

E uma boa frase que quero citar aqui é a de que “o País não pode continuar como está, com essa roubalheira nos Correios, roubalheira na Infraero” ou em qualquer outro lugar.

Dito assim, este pronunciamento ganha conotação perigosa. É preciso que tenhamos coerência neste plenário. Não se pode, de forma imprudente, “botar palavras ao vento”.

É democrático dizer que não se concorda com a forma como estamos governando. Mas não posso concordar que se venha aqui e, brincando com as palavras, dê-se a entender à sociedade brasileira que o nosso Presidente não se preocupa com os problemas nacionais.

Quero fazer brevemente o relato de todas as operações ocorridas ultimamente sobre fiscalização e as providências contundentes que foram tomadas, pelo Governo, a respeito de corrupção.

Uma delas, muito comentada, é a Operação Curupira, que prendeu 85 pessoas – e há mais 129 pedidos de prisão e 168 mandados de busca. Também há a Operação Alcatéia, desencadeada em janeiro, que prendeu 11 pessoas envolvidas em alterações de chassis de ônibus. A Operação Predador desmontou uma quadrilha que desviava verbas do Conselho Federal de Enfermagem. A Operação Petisco contou com a participação de 250 agentes da Polícia Federal. A Operação Pretorium, desencadeada no dia 10 de fevereiro, prendeu sete pessoas envolvidas em esquema de corrupção que funcionava dentro do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. A Operação Big Brother, em fevereiro, prendeu cinco pessoas envolvidas com um esquema que fraudava documentos para tentar obter o pagamento de títulos da dívida pública da Petrobras e da Eletrobrás. A Operação Clone foi desencadeada para prender uma quadrilha que lesava centenas de correntistas por meio de fraudes bancárias. A Operação Terra Nostra contou com a participação de 150 Policiais Federais, para desmontar uma quadrilha que fazia grilagem de

terras no Estado do Tocantins. A Operação Caronte prendeu servidores do INSS, advogados e empresários que fraudavam a Previdência Social. A Operação Ajuste Fiscal resultou na prisão de 11 auditores fiscais da Secretaria de Receita Previdenciária, no Ministério da Previdência. A Operação Dragão prendeu cinco empresários do ramo da extração de areia. A Operação Buritis prendeu 29 pessoas implicadas em esquema de corrupção que envolvia policiais rodoviários federais. A Operação Março Branco, realizada pela Superintendência da Polícia Federal no Paraná juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, prendeu uma quadrilha especializada em patrulhamento armado de fazendas. A Operação Tango prendeu integrantes de uma quadrilha envolvida com crimes financeiros. Na Operação Castanhola, sete pessoas foram presas na cidade de Anápolis. Além dessas, houve a Operação Vampiro e muitas outras.

Portanto, quero dizer que o nosso Governo tem cara, tem rumo e tem determinação.

Existem dois métodos para se fazer uma apuração criminosa: um método bastante público, divulgado até com antecedência, e um método bastante criterioso e eficiente também.

A minha posição é muito clara a respeito da CPI: é um direito constitucional da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional. A CPI está sendo avaliada. Se for instalada, eu até pediria para ser membro dela. A diferença que colocamos aqui é que, assim como as pessoas se preocupam que esteja havendo ingerência política para a condução da CPMI, eu e minha Bancada também nos preocupamos com que possa haver intenções políticas nos rumos e nos métodos.

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço mais um minuto, Sr. Presidente.

Portanto, quero acreditar nas palavras proferidas ontem pelo Presidente desta Casa. Insisto em acreditar naquilo. É preciso separar uma coisa da outra. Aqui é uma ação clara do Governo, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e de demais órgãos. O Ministro Thomas Bastos tem o meu elogio pelas providências que está tomando. E aqui não existe brincadeira, a coisa é séria e determinada.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, parece que a corrupção no Brasil é crônica e histórica. Fico pensando que uma pessoa comum, da sociedade comum, de senso comum, às vezes nos diz que uma pessoa que tem oportunidade de estar na gestão pública e não rouba é um idiota, um bobo: “Por que não roubou?” Quando a pessoa diz isso, Sr. Presidente, a minha alma

entra em choque, o meu coração entra em choque e fico pensando: será que o mundo não se salva? Quero acreditar que existam pessoas sérias neste mundo.

Portanto, está havendo seriedade na condução das investigações sobre qualquer denúncia e suspeita de corrupção no Brasil. O nosso País tem cara, tem rosto, tem rumo.

Ontem, o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Lula chamaram a nossa atenção para o diálogo, para que possamos fazer, nesta Casa, uma avaliação muito séria da condução do País, independentemente das apurações e das investigações que serão feitas, seja pela CPI, seja pelos demais órgãos de investigação.

Quero dizer, Sr. Presidente, que estamos muito tranquilos. Não posso aceitar quando a imprensa diz que as liberações de emendas parlamentares estão vinculadas a determinada ação. O Estatuto do PT é público, está na página da Internet, e apresenta de forma clara as regras de disciplina que trabalhamos internamente com a nossa militância. Não temos nenhum problema de dizer publicamente quando haveremos ou não de tomar uma determinada iniciativa.

Fico muito preocupado que insinuem que o PT tem alguma posição a tomar a respeito da posição de qualquer militante nosso. Primeiramente, porque isso é uma reserva de direito partidário. Depois, porque não vemos nenhum ato que possa implicar esse tipo de entendimento.

O Senador Paulo Paim teve o direito de expor publicamente seus pensamentos, assim como a Senadora Serys Slhessarenko, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Cristovam Buarque e demais colegas que aqui se pronunciaram. O Senador Aloizio Mercadante apontou também os seus pontos de vista sobre a política econômica do Governo, exercitando o seu direito de expressão.

O que não podemos admitir é que a imprensa ou qualquer pessoa tomem decisões por nós.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco PT – AC) – Já concederei o aparte a V. Ex^a

Quero dizer, ainda, que os Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Cristovam Buarque ou qualquer membro da nossa Bancada são nossos. Essas pessoas são nossas. E elas não precisam ficar preocupadas com o que andam dizendo por aí. Sobre as decisões do PT, o PT toma providência.

Na relação com o Governo, estamos muito felizes e tranquilos em saber que o nosso Presidente da República tem, sim, a posição de estadista nacional, quando se presta a ouvir conselhos de pessoas da res-

pensabilidade do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; quando se presta a ouvir a opinião de qualquer figura pública, pela sua história, pelo seu reconhecimento de pessoas que formam a opinião neste País; quando se presta a ouvir as opiniões partidárias; quando se presta a ouvir as opiniões da nossa sociedade.

O Presidente Lula está certo, está correto em ter participado dessa conversa. A Agenda Brasil independe de qualquer agenda policial. Jamais vamos misturar as coisas aqui, até porque a providência do Governo está posta, clara e objetiva. Só pediria que ela virasse notícia, como qualquer outro tipo de intenção de responsabilização do nosso Governo.

Ouvirei, com atenção, se o Sr. Presidente assim permitir, o aparte do Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Presidente, usarei apenas 30 segundos, para levantar a seguinte questão: compreendo e respeito a decisão da Bancada do PT no Senado Federal. Foi uma decisão tomada em conjunto, mas, infelizmente, ela tem os seus efeitos. Não sei se V. Ex^a chegou a ler as declarações do Senador Cristovam Buarque de hoje, em que comunica a retirada de sua candidatura ao Governo do Distrito Federal por causa das ações do Ministro José Dirceu contra a sua pessoa, em função das críticas que fez ao Governo. Todos nós sabemos que o Senador Cristovam Buarque é um dos melhores Senadores da Casa e, na verdade, temos que ser solidários com S. Ex^a, porque entendo que nenhum Partido, mesmo o nosso, o PT ou qualquer outro, pode desprezar, como tem desprezado, um quadro como o Senador Cristovam Buarque. Lamento ter que discordar de V. Ex^a, mas, enfim, algumas questões estão surgindo. Houve, depois, o caso do Senador Eduardo Suplicy, que foi retirado da chapa da chamada Tendência Majoritária do PT. É necessário que se cumpra o que V. Ex^a está sugerindo: respeitar a opinião de cada um e fazer com que a Bancada decida em conjunto, como, aliás, foi feito. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, entendo a preocupação de V. Ex^a e quero dizer que o Senador Cristovam Buarque é muito claro no seu ponto de vista. S. Ex^a, em nenhum momento que me conste, em qualquer conversa de que participei com ele, apresentou sua candidatura ao Governo do Distrito Federal. Penso que S. Ex^a já expressou publicamente que a opinião deve ser sempre pessoal, mas o voto tem que ser coletivo. E é o que tem feito durante seu mandato de Senador. Portanto, creio que é uma decisão muito sábia a do Senador Cristovam Buarque.

Finalizo, dizendo que sei que qualquer Partido gostaria de ter em suas fileiras um Senador do nível dos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e de outros. E digo, de antemão, que o PT está superfeliz de tê-los em seus quadros e sente-se orgulhoso. Jamais haverá qualquer tipo de ação de nossa parte em outra direção, até porque essa é a nossa democracia interna, muito bem estabelecida no Estatuto Público do PT, que pode ser consultado por qualquer pessoa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Qualquer Partido ficaria muito feliz em ter V. Ex^a também, sem dúvida.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P–Sol – AC) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

Antes, porém, gostaria de saudar as representantes e os representantes do povo brasileiro e dizer que, com a presença de vocês, o plenário fica muito mais bonito e democrático.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 03 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P–SOL – AC) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, ilustre representante do grande Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que preside a sessão neste momento, Senadores Marcelo Crivella e Sibá Machado, quis falar ontem, mas não tive oportuni-

dade, sobre os dados divulgados pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo da minha vida parlamentar, como Deputado e agora no Senado, venho denunciando há muito tempo a realidade do povo brasileiro. Os dados divulgados pelo Ipea – dados compilados e o trabalho concluído em 2003 – demonstram um quadro assustador do nosso povo, nas mais diversas áreas: educação, saúde, trabalho, moradia e renda.

Senadores Marcelo Crivella e Sibá Machado, lembro como se fosse hoje: por diversas vezes, eu dizia da tribuna da Câmara dos Deputados que, neste País, mais de 100 milhões de pessoas dependem do salário mínimo – não é nem que ganham o salário mínimo. Quantas vezes fui chamado de demagogo por dizer isso. Quantas vezes! E dizia: nós, infelizmente, estamos ganhando de Serra Leoa. Hoje, os dados do Ipea demonstram exatamente isso. O Brasil é praticamente o país do mundo com a maior concentração de renda, só perde para Serra Leoa.

Gosto de me referir um pouco ao passado, à história, e falo da coerência. Quando me cobram a coerência das posições – e acho que têm de fazê-lo mesmo –, venho à tribuna não com alegria para dizer isto.

Dizem os dados, em um *ranking* que inclui 130 nações, que o Brasil só perde para Serra Leoa, na África, onde apenas 1% dos mais ricos detém quase toda a renda de que os mais pobres não chegam nem próximo.

Os pobres, segundo a pesquisa, aqueles que têm renda até meio salário mínimo – não é nem um salário mínimo –, correspondem a 31,7% da população, representando 54 milhões de brasileiros. Aqui diz 53,9 milhões. Cinquenta e quatro milhões de brasileiros não ganham meio salário mínimo. A renda fica até meio salário mínimo.

Ora, se até 54 milhões não ganham meio salário mínimo, é lógico, é matemático, entenderem que a realidade do povo brasileiro é da maior gravidade, o que significa que mais de 100 milhões de brasileiros não têm uma renda que corresponda a um salário mínimo.

Segundo esses dados, fica a pergunta: não é legítima a luta pelo salário mínimo? Duvido que alguém diga que não o é. Podemos discutir formas, mas duvido que alguém neste País não tenha o entendimento de que temos que construir uma política definitiva de recuperação do valor do salário mínimo.

Pesquisa recente mostra que, embora o salário mínimo este ano – e o Senador Sibá Machado, provavelmente, será o Relator –, em relação ao ano passado, tenha tido um aumento nominal de 100% – no ano passado o aumento nominal foi de R\$20,00 e neste

ano será de R\$40,00 –, em torno de 70% da população pesquisada – 66,8%, se não me engano – manifesta que, infelizmente, nem com um salário mínimo de R\$300,00 dá para o cidadão viver com dignidade.

Entrarei num outro tema: os pisos regionais. Destaco de um pronunciamento que fiz em 26 de junho de 2000, publicado, na época, pelos jornais. Eu dizia o seguinte: os pisos regionais são uma política diversionista que os Estados não aplicarão – 26 de junho de 2000. Resultado, passaram-se cinco anos. Quais Estados aplicaram os pisos regionais? Somente dois: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Falo com a maior tranquilidade e isenção porque nenhum desses Estados atualmente é governado pelo meu Partido. Somente dois Estados aplicaram os pisos regionais, e eu dizia, ao fazermos o debate do piso regional que cada Estado poderia aplicar, inclusive sobre os mais ricos – por exemplo, o Estado de São Paulo e tantos outros, como Minas Gerais –, que o piso não seria aplicado. E não foram aplicados, como os Estados menores não aplicaram.

Não sou contra os pisos regionais. Eu queria que os pisos regionais tivessem dado certo e que todos os Estados tivessem alavancado, então, a renda da população. Eu disse que não iriam aplicar – e não aplicaram.

Insisto na importância de a Câmara e o Senado instalarem a Comissão Mista para debater uma política permanente para o salário mínimo. Alguém pode dizer que o Governo está criando... O Governo tem todo o direito de criar, é legítimo, mas por que nós no Congresso não podemos ter... Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a foi relator de um projeto de minha autoria e deu parecer favorável, com ganhos reais importantes. Por que a Câmara e o Senado... E falo novamente com tranquilidade para os Senadores porque todos os Partidos no Senado já indicaram os membros para que a Comissão Mista seja instalada.

Todos os Partidos indicaram os nomes – e o nome de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, foi indicado. Todos os Partidos indicaram: o PSDB, PFL, PL, PT, mas a Câmara não o fez. Então, a Comissão Mista não funciona para debater, com a clareza devida, a questão da renda neste País, onde há mais de 100 milhões de pessoas que têm renda de zero a um salário mínimo. Eu gostaria de dizer que 100 milhões de pessoas têm uma renda **per capita** correspondente a um salário mínimo, mas isso não é verdade. Entre os 100 milhões, estão aqueles que ganham entre zero e um salário mínimo.

Diz mais o IPEA: a pobreza tem cor. Dos quase 22 milhões de indigentes, 44,1% são negros, e 20,5% são brancos. A pobreza afeta a todos, mas, sem sombra

de dúvida, entre os mais pobres, são os negros que estão em uma situação mais delicada. Não há como negar esses dados.

Ouçó o aparte do Senador Marcelo Crivella, cujo trabalho nesta Casa acompanho. S. Ex^a é o coordenador da Frente Parlamentar Pelo Pleno Emprego. Fiz questão de assinar o requerimento e de ser seu liderado nessa questão.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Paulo Paim, parabênizo V. Ex^a, porque toca em um assunto fundamental. No Brasil, há vários problemas: corrupção, riqueza diante da miséria, desemprego, violência, discriminação, racismo. Mas não podemos dizer que esses sejam problemas do Brasil. Hoje, V. Ex^a aponta um problema do qual decorrem todos os outros: a desigualdade, que atinge aqueles em que, durante três séculos, o Estado investiu maciçamente, para manter sem estrutura familiar, sem acesso à educação, sem posse da terra, sem qualquer participação política, que são os negros deste País. V. Ex^a traz um pronunciamento da maior gravidade. É preciso que o Brasil se debruce sobre o tema da desigualdade. O País está crescendo de alguma forma; nos últimos dois anos, cresceu 4,9%. Mas cresceu também na miséria, porque a elite brasileira não reparte, não divide, exige de nós os maiores juros pagos na história do capitalismo na América Latina. Portanto, parabênizo V. Ex^a. Estou associado às suas lutas. Conte sempre comigo, com o meu Partido, o PL; somos solidários a V. Ex^a em todas essas questões. Tenho certeza, até pela fé que tenho em Deus, de que V. Ex^a terá vitória. Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Gostaria de dizer, pegando o eixo de V. Ex^a, que a luta contra a pobreza é de todos nós, brancos e negros. Entre os mais pobres, pode-se dizer que dois por um são negros, o que demonstra a importância das políticas afirmativas.

Muitos não entendem, por exemplo, a importância da política de cotas, não aceitam sequer a proposta, que já aprovamos no Senado e que está sendo encaminhada à Câmara, de que pelo menos 50% das vagas da universidade pública sejam destinadas àqueles que vêm do ensino público, no qual estão os pobres. Esses têm, é claro, muito mais dificuldades no vestibular das universidades federais, porque o ensino que tiveram, infelizmente, não foi o mesmo daqueles que puderam pagar professores particulares e cursinhos especiais. Por esse motivo, deve haver, sim, políticas recuperatórias, afirmativas, compensatórias, principalmente para os pobres. Repito que, entre os mais pobres, dois por um, sem sombra de dúvida, são negros.

Mas, Senador Sibá Machado, ocupo a tribuna, neste momento, também para dizer que, no Rio Grande do Sul, hoje, há uma situação de comoção social. Havia sido decretado pela Fundação Palmares, meu Líder Sibá Machado, o primeiro quilombo urbano em um bairro nobre da Capital. As famílias estavam tranquilas com a participação da Seppir, do Incra, da Fundação Palmares. É uma terra de alto valor, porque fica em um bairro nobre, cercado por mansões, na capital.

Pois bem, ontem, de uma hora para a outra, chegaram os proprietários com uma ação judicial, dizendo que iam retomar a propriedade. Instalou-se um conflito enorme. Ainda está no local, neste momento, a Brigada Militar. Fiz contato com uma pessoa muito equilibrada, que afirmou que não haverá violência. Estão lá representantes do Governo Federal, do Governo Estadual, da Prefeitura de Porto Alegre, da Assembléia Legislativa, da Comissão de Direitos Humanos, tentando evitar que aquelas famílias que estão lá instaladas, que há séculos moram naquela área, que é passada de pai para filho, sejam despejadas pela força de uma liminar dada por um juiz.

Ouçó o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, gostaria que V. Ex^a nos trouxesse mais esclarecimentos, se o Presidente permitir, sobre isso que é, para nós, uma novidade. Jamais imaginei que se transportasse esse direito, que está sendo muito debatido no setor rural, para o perímetro urbano. Trata-se do reconhecimento dos direitos dessas comunidades tradicionais da época dos quilombos. A ocorrência disso dentro das cidades é algo novo para todos nós. Queria uma explicação mais detalhada de V. Ex^a sobre por que nasceu essa idéia e até onde ela chegou. A outra questão é a contestação do direito de propriedade. No que se refere à propriedade, o direito de posse é muito bem observado. Isso está dentro do Direito Possessório. É claro que é plenamente contestável o chamado direito privado. Até sugiro a V. Ex^a que, em razão dessa importante notícia, encaminhe à Mesa um requerimento, solicitando uma comissão especial, para tratar desse assunto. É impossível ficarmos aqui observando o trabalho árduo de V. Ex^a, de maneira isolada. Trata-se de uma causa justa, lógica. Se uma comissão dessa natureza fosse instalada, eu ficaria muito honrado e grato de fazer parte dela; faria isso com o maior prazer. Gostaria de estar presente, para ajudar na elucidação de uma situação como essa. Parabenizo V. Ex^a não só por trazer essa notícia, mas também pela preocupação anterior, já revelada, a respeito do salário mínimo. Desde que tomou posse em seu primeiro mandato federal, V. Ex^a sempre levantou essa incansável bandeira. Desculpe-me a comparação

meio brincalhona, mas meu avô contava uma piada, que é a história do cavalo de minha avó. Aquele cavalo era acostumado, todos os dias, a tomar água numa bica, quando chovia. Tantos anos esse cavalo tomou água na bica, até o dia em que essa bica apodreceu e caiu. Mas dizia ele que, por costume, a água continuou deslizando no mesmo lugar, e o cavalo continuou bebendo. Portanto, acredito fortemente que, se V. Ex^a insistir nessa matéria, teremos, sim, um dia mais promissor, em que será acatada a idéia de um salário mínimo mais justo para toda a classe trabalhadora. Obrigado pelo aparte e parabéns pelo discurso!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado, agradeço a contribuição de V. Ex^a. Uma das questões levantadas foi exatamente esta: como o Senado pode interferir positivamente, dentro da legalidade, para que não se permita, primeiro, a violência e, segundo, que aqueles que estão lá, de geração para geração, continuem habitando o local que hoje é chamado o primeiro quilombo urbano do Brasil.

Há decreto nesse sentido. A Fundação Palmares está lá, neste momento, assim como a Seppir, com seus advogados. Se tiver de haver outro ato normativo, que ele aconteça. Se porventura há alguém que tem algum certificado de posse, que busque o processo legal e a indenização. Tenho certeza de que 90% da área é efetivamente dos descendentes dos quilombolas. Isso está comprovado.

Mas dizem que existe um litígio em um ou outro ponto, já que é um espaço de terra privilegiado. É bom que se resolva! O que não se pode é fazer com que pessoas com idade avançada, crianças, familiares sejam arrancados do seu lar que foi passado de geração para geração como propriedade dos mesmos.

Nesse sentido – posso dizer –, estamos tendo o apoio de quase toda a sociedade do Rio Grande. Quero, inclusive, cumprimentar toda a imprensa do Rio Grande, que está cobrindo o ato, cobrindo o fato, não aceitando que haja nenhum tipo de violência e garantindo que se respeite o direito à titularidade dos remanescentes, dos quilombolas que moram nesse espaço de terra privilegiado da nossa capital.

Cumprimento, inclusive, a Brigada Militar, que está tendo uma postura altíssima, uma postura de mediadores, dando espaço, para que possamos, no campo legal, demonstrar que esse é um direito dos moradores. Em nenhum momento, usaram da intimidação, da violência; estão dialogando com os representantes da sociedade organizada.

Pretendo, nos moldes que V. Ex^a abordou, que vem somar com aquilo que já me foi sugerido pela Comissão de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, fazer com que esta Casa aprove requerimento no sentido

de que possamos acompanhar essa questão passo a passo, até porque nós, aqui – e V. Ex^a faz parte –, participamos da Subcomissão da Igualdade e da Inclusão na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Tenho a honra de presidir aquela Subcomissão.

Pretendo concluir agora, se V. Ex^a me permitir, Senador Geraldo Mesquita Júnior, apenas enfatizando, no meu pronunciamento, a importância de um trabalho que está fazendo o Ministro Miguel Rosseto na questão do seguro agrícola. Hoje, neste momento, S. Ex^a está no Rio Grande e vai passar nas cidades de Horizontina e Panambi e, depois, vai para outras cidades para garantir que efetivamente cada agricultor que teve prejuízo devido à seca e às enchentes receba o seguro agrícola a que tem direito.

Sr. Presidente, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, dá início hoje aos pagamentos do seguro da agricultura familiar no nosso Estado. Somente no Rio Grande do Sul, são 187 mil agricultores que o receberão. Ao todo, neste ano, o Governo Federal está destinando R\$400 milhões para garantir que os agricultores e suas famílias permaneçam no campo, produzindo e gerando renda.

Nos três Estados da Região Sul, mais de 900 mil agricultores se dedicam à atividade rural em propriedades familiares. Desses, 465 mil estão cobertos pelo seguro.

Sr. Presidente, este é um momento importante, porque muitos não acreditavam que esses agricultores receberiam efetivamente parte do prejuízo que tiveram devido à seca. Então, ao mesmo tempo em que estamos pedindo, cada vez mais, investimentos no campo social e diminuição na taxa de juros, cumprimos o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Miguel Rosseto, por ter conseguido aprovar o seguro agrícola, que vai garantir a essas famílias – são milhares em toda a Região Sul – pelo menos um percentual que pode chegar a R\$1,8 mil, em um investimento que, em duas etapas, com certeza, vai ultrapassar os R\$500 milhões.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que fiquei contente com a decisão, ontem, do FAT – trabalhei muito pela criação desse Fundo de Amparo ao Trabalhador –, que destinou cerca de R\$1 bilhão para os produtores rurais neste momento tão difícil do agronegócio.

Era isso o que queria dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT/RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srs. Presidente, Sras. e Srs. Sena-

dores, é com muita alegria que subo a esta tribuna para falar de um assunto que muitos até então acreditavam que não seria cumprido pelo governo federal.

Falo aqui do pagamento (que está sendo feito desde a última terça-feira) do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) aos agricultores que perderam suas plantações na estiagem do último verão.

No dia de hoje, lá no meu Rio Grande do Sul, na cidade de Horizontina e Panambi (região Norte do estado), o ministro do Desenvolvimento Agrário, e meu amigo, Miguel Rosseto, dará início aos pagamentos do Seguro da Agricultura Familiar daquele estado.

Somente do Rio Grande do Sul são 187 mil agricultores que receberão o seguro. Ao todo, neste ano, o governo federal está destinando 400 milhões de reais para garantir que os agricultores familiares possam permanecer no campo, produzindo e gerando renda. Nos três estados da região Sul, mais de 900 mil agricultores se dedicam à atividade rural em propriedades familiares. Destes, 465 mil estão cobertos pelo SEAF.

Implantado no governo Lula, após décadas de reivindicações dos produtores, o SEAF é, hoje, uma arma eficaz para garantir tranquilidade ao agricultor e sua família.

Antes da sua implantação, a cobertura do seguro anterior (PROAGRO) restringia-se a 70% do montante financiado. Ou seja, justamente quando tentava se reerguer, o agricultor ainda devia ao banco 30% do valor do empréstimo.

Com o SEAF, um produtor que obteve recurso para custeio agrícola junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e sofreu perdas acima de 30%, terá cobertura total do valor do financiamento. Além disso, receberá ainda 65% do valor da receita líquida esperada da lavoura – até o teto de 1,8 mil reais.

Para aderir ao SEAF o agricultor arca com 2% do valor do financiamento. Entre as causas para a perda da colheita que dão direito à cobertura do SEAF estão: seca, granizo, vendavais, geada, chuvas torrenciais, chuva fora de época, além de pragas e doenças que não tenham métodos difundidos de controle.

Aos agricultores com PRONAF CUSTEIO não coberto pelo SEAF, e que tiveram perdas superiores a 30% da lavoura na estiagem de verão, o governo federal oferece a prorrogação das parcelas por dois anos, com pagamento de 50% um ano após o vencimento do contrato, ou o desconto de 650 reais para quem quitar o financiamento. Para quem tomou PRONAF INVESTIMENTO, foi concedida a possibilidade de pagamento das parcelas que venceriam em 2005 ao final do contrato.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as ações que o governo federal vem colocando em prática para com a agricultura familiar demonstram o compromisso do Presidente Lula e do Ministro Miguel Rosseto para com o setor.

Eu agradeço em meu nome e em nome dos agricultores que confiaram na palavra empenhada pelo nosso Presidente e pelo nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Tenho ciência de que este compromisso selado e cumprido tem grande representatividade para os agricultores pois o abandono é a pior colheita que mãos trabalhadoras podem ceifar.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é que muitas vezes fui chamado de demagogo durante minha longa caminhada parlamentar em defesa de um salário mínimo justo, capaz de assegurar a todos os trabalhadores e suas famílias as condições vitais básicas como moradia, educação, saúde, etc.

Ocupei por diversas ocasiões a tribuna da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para alertar sobre a secular situação de que os pobres estão cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos.

Nesta semana, o governo divulgou, oficialmente, os dados da pesquisa intitulada “Radar Social”, organizada e elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA.

O Instituto elaborou um verdadeiro perfil da injustiça social brasileira. A publicação reproduziu os dados das condições de vida do povo brasileiro no ano de 2003 em diversas áreas como educação, saúde, trabalho, moradia, renda...

A conclusão é de que a desigualdade social brasileira é espantadora! Nada diferente do que há anos venho denunciando!

Em um ranking que inclui 130 nações o Brasil só perde para Serra Leoa, na África. Apenas 1% dos mais ricos detém quase toda a renda dos 50% mais pobres.

Os pobres, segundo a pesquisa, aqueles que tem renda até meio salário mínimo, correspondem a 31,7% da população, representado por 53,9 milhões de brasileiros.

Já os indigentes, que tem renda até um quarto do salário mínimo, correspondem a 12,9% da população, isto significa 21,9 milhões de pessoas.

Sras. e Srs. Senadores, diante da constatação de que o Brasil é o segundo país mais desigual do mundo, o que nos resta fazer?

Pergunto: não seria legítimo continuarmos lutando por um salário mínimo mais justo?

Quando foi concedida a autorização aos estados para instituírem os seus pisos regionais, a intenção era de que os valores superassem o salário mínimo nacional.

O que verificamos é que, mesmo os Estados considerados mais ricos, que possuem grandes receitas, não implementaram alterações significativas em relação ao salário mínimo nacional.

Lembro que, em 26 de junho de 2000, foi publicado no **Jornal da Câmara** uma matéria com o título *“Paim duvida de aplicação de pisos regionais”*, quando ainda era deputado federal. Naquele momento, declarei no plenário da Câmara dos Deputados: *“Não tenho dúvida de que o piso regional foi criado para ser uma medida diversionista, a fim de prejudicar o debate sobre o salário mínimo”*.

Lamentavelmente a minha previsão estava correta! Continuo defendendo um amplo debate sobre o aumento real do salário mínimo nacional.

Outra questão revelada na pesquisa foi a respeito da cor da pobreza brasileira. Dos quase 22 milhões de indigentes 44,1% são negros e 20,5% são brancos, ou seja, os negros em situação de indigência correspondem mais que o dobro do número de brancos.

Volto a perguntar: Não seria legítimo defendermos políticas afirmativas?

Ainda poderíamos falar da questão emprego e renda. Um dos maiores desafios hoje é a promoção de políticas públicas que gerem as oportunidades de trabalho que o povo precisa, aliada ao combate à informalidade e a melhoria da renda do trabalhador.

O número de cidadãos desempregados é crescente, em 2003 atingiu um patamar de 10%. Um percentual acima da média mundial que é de 6,2%.

Os programas prioritários do Governo Lula pretendem combater os principais problemas elencados pelo *“Radar Social”*, porém, esbarraram na falta de investimentos!

Volto a afirmar que serão necessárias alterações na política econômica brasileira de modo que possamos atingir um crescimento econômico que permita o combate a essas desigualdades sociais.

É preciso reduzir os números da pobreza e da indigência em nosso país. Não é mais possível ser co-nivente com a situação social que se encontra milhões de irmãs e irmãos brasileiras. Queremos, verdadeiramente um Brasil para todos!

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

informamos que o Quilombo dos Silva tem aproximadamente 100 anos, no bairro nobre Três Figueiras, tem hoje 2,5 Ha e tinha 24 famílias que hoje estão reduzidas a 9, com bastante crianças. Neste momento, temos a informação que a Brigada está postada nos arredores com marretas para cumprir a ordem de despejo, com destruição das casas. O Movimento negro está presente através do MNU, APN, Coletivo de Educadores Negros, IACOREG, CODENE, Assessoria Especial do Negro da Prefeitura de Morro Alto. A Dra. Bernadete da Fundação Palmares está chegando de Brasília com mais membros do Governo Federal. O nome do pretenso dono das terras(cfe. informação no local) é o sr. Emílio Rotchuks. A Prof. Vera Triumpho está no local, acompanhando o desfecho da situação.

Att, Manoel Fernando

— Original Message —

From: Manoel Fernando Rosa e Silva

To: Sen. Paulo Renato Paim

Cc: flanc1@uol.com.br; ony teresinha Silva

Sent: Thursday, June 02, 2005 2:47 PM

Subject: Ação Judicial de Despejo para o Quilombo dos Silva

Hoje pela manhã fomos pegos de surpresa, como os próprios moradores do Quilombo dos Silva, com a notícia(Vera Triumpho) que oficiais de justiça e a Brigada Militar estavam iniciando uma ação de despejo naquele local, onde o dito proprietário daquela terra e o juiz responsável pela ação não quiseram nem entrar no mérito do problema, pois aquele quilombo foi o 1º quilombo urbano reconhecido no Brasil, através de trabalho encabeçado pela Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. Estavam no local o Deputado Estadual Edson Portilho, o Presidente do Codene, Representante da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS, Representantes do INCRA, representantes do Movimento Negro, que tentavam negociar pacificamente com a Brigada Militar e Oficial de Justiça para que a ação de despejo fosse postergada até que chegassem representantes da esfera federal como SEPP/R, Fundação Palmares, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com providências legais para transferir para esfera federal o encarcinhamento legal da questão de reconhecimento do Quilombo. A RBS TV cobriu o acontecimento, ouvindo as partes como os quilombolas, o INCRA, o oficial de justiça e Brigada Militar. O impasse permanece. O representante do INCRA informou que há dias entrou com processo para avocar para a esfera federal a situação e vão acionar o Presidente do Tribunal de Justiça para sustar a atual ação. O Deputado Edson Portilho e demais lideranças, à tarde vão ao Ministério Público com o objetivo também de sustar a ação em andamento. A Dra. Teresinha do CIPP está acompanhando-o, dando todo o apoio necessário.

Att, Manoel Fernando

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB. Em seguida, falará o nobre Senador Marcelo Crivella, como orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Tem a palavra o Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a também, posteriormente, a palavra pela Liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AL) – V. Ex^a terá a palavra.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a meu ver, não agiu de boa-fé com o Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros. Afinal, assegurou a S. Ex^a que ficaria isento em relação ao processo de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios.

Hoje lemos, na primeira página do jornal **Estado de S. Paulo**, e peço a inserção nos Anais, Sr. Presidente, da seguinte notícia: “Contra CPI, Palocci abre o cofre”. Até tu, Palocci? É uma advertência que faço ao Ministro da Fazenda, que tem sido tão prestigiado, apesar de tantas discordâncias, pela Oposição brasileira. Talvez o último bastão de credibilidade deste Governo, que deve, imediatamente, por imposição da sociedade, por imposição do bom senso, para não aprofundar a crise política numa crise econômica, deve se afastar de toda e qualquer manobra que esteja chafurdando em torno dessa chamada *Operação-Abafa*, sob pena de causar prejuízo ao seu desempenho de Ministro e à própria economia do País.

Sr. Presidente, ainda temos outra matéria, da jornalista Tânia Monteiro, no mesmo jornal **Estado de São Paulo**: “Lula já dá como certa vitória na CCJ”. Isento! Não tem medo, faz brincadeiras, brinca com tudo. Olhou para o jornalista, com aquela maneira meio grosseira, meio repulsiva, enfim, e disse assim: olhe para a minha cara e veja se estou com medo. Primeiro, jornalista não tem que ficar fazendo análise facial de Presidente nenhum. Segundo, medo de quê? Ele teria medo por quê? Em nenhum momento estou acusando o Presiden-

te, estou querendo partir do Sr. Maurício Marinho que foi flagrado naquela situação indesmentível. E ainda tem gente com a cara dura de dizer que não há um fato determinado. Se aquilo não é fato determinado, não sei o que é. Falta o que, para ficar mais explícito em termos de fato determinado, do que alguém, diante das televisões brasileiras, recebendo dinheiro de propina, dizendo como é que se opera a roubalheira, a corrupção nos Correios? Ainda tem quem diga que aquilo não é fato determinado. Se for inconstitucional essa CPI, o Brasil vai acabar constitucionalizando a corrupção.

Mas, muito bem. O Presidente Lula pode talvez construir, por alguns momentos, uma Comissão de Justiça na Câmara à imagem e semelhança do seu Governo, mas ele não pode mexer no Plenário da Câmara. Quero advertir o Presidente: é o mesmo Plenário que elegeu Severino Cavalcanti, derrotando o candidato do PT; é o mesmo Plenário que colocou 256 assinaturas a favor da CPI, embora alguns tenham retirado. Não sei se os que já retiraram vão recolocar a sua assinatura na hora de decidir a questão da constitucionalidade, quando chegar essa matéria ao Plenário da Câmara. É o mesmo Plenário que derrotou fragorosamente o Governo no episódio da Medida Provisória 232; é o mesmo Plenário que tem obrigado o Governo a fazer seguidas manobras típicas da Minoria, manobras de obstrução. Então, não fique o Governo tão confiante pensando que pode tudo e que controla o Plenário da Câmara, porque não controla nem o coração nem as mentes dos Deputados deste País.

Mas já desisti, Sr. Presidente, de falar em português, Senador Alvaro Dias, com este Governo. Vou falar em latim agora. Vou falar bastante em latim com o Presidente hoje. Começarei com uma fábula muito conhecida:

“Numquam est fidelis cum potente societas.

Testatur haec fabella propositum meum.

Vacca et capella et patiens ovis iniuriae socii fuere cum leone in saltibus.”

Essa fábula quer dizer, mais ou menos, que a sociedade do leão com a vaca ou com a ovelha não é boa para os menores. Toda a sociedade deve precaver-se dos poderosos.

Continuo, ainda na nova língua com que vou lidar com o Presidente, com o Governo – já que ele não entende português e não fala inglês, vou para o latim. Vou tentar esta: **Laudatore nihil insidiosius**. Significa: Nada mais traiçoeiro do que o lisonjeiro. O que te adula te vende. O Presidente está cercado de áulicos e não consegue aterrizar na realidade do País.

Vamos para o latim:

Leges debent esse nullo privato commo, sed pro communi utilitate civium conscriptae.

Não se deve escrever as leis para nenhuma vantagem particular, mas para o bem comum dos cidadãos. Em outras palavras, o Governo que aí está, em relação a leis, o que tem sabido muito, Senador Geraldo Mesquita, presidente desta sessão, é conspurcá-las.

Sr. Presidente, digo ainda que estamos vivendo uma situação de farsa: o nosso prezado e estimado Ministro da Justiça continua fingindo que comanda a Polícia Federal. A Polícia Federal que, outro dia, foi repreendida pelo então Líder do Governo na Câmara por ter invadido um próprio da Caixa Econômica Federal em busca de documentos relativos ao caso Waldomiro Diniz* e à tal empresa GTech*. Duvido que o Governo tenha dado essa ordem.

A mesma Polícia Federal, pouco tempo atrás, viu, com muita tristeza, os policiais que prenderam o publicitário Duda Mendonça, naquela história da briga de galos, serem transferidos. Se fizeram bem, se obedeciam ordens do Governo, por que transferir os rapazes, com todos os transtornos para as famílias deles e, no fundo, desestimulando outros policiais a tomar atitudes semelhantes? Essas farsas vão caindo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, gostaria somente de dizer que faltou uma expressão latina: **Quosque tandem abutere patientia nostra, Catilina?**

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Até quando, Catilina, abusará da nossa paciência? É absoluta verdade! Vamos ver se esse novo diálogo se instala de maneira feliz. Quem sabe, em latim, o Presidente recupere o caminho do bom senso e o caminho da sua bela biografia política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias abordou muito bem essa questão relativa à

matéria da revista **The Economist***, que faz, de fora para dentro, advertência ao Presidente Lula. Diz, entre outras coisas, que o povo esperava mais do Governo Lula – Lula, tristezas no meio do caminho. Em outras palavras, o Presidente Lula começa a se desgastar de fora para dentro também.

Finalizo, dizendo que o Líder da Minoria, Senador José Jorge, está pedindo a convocação do Ministro Antonio Palocci para explicar, com base em denúncias feitas pelos jornais **Folha de S.Paulo**, **O Globo**, **Correio Braziliense**, **O Estado de S.Paulo**, na Comissão de Assuntos Econômicos, essa história de estar por trás de liberação de emendas para aliados em troca de voto contra a constitucionalidade da CPI. É grave, grave, gravíssimo o Ministro Palocci estar se metendo nessa história. Eles vão acabar com o último bastião, a última âncora que poderia segurar a credibilidade deste Governo.

Sr. Presidente, em **O Globo**, na coluna respitada da jornalista Tereza Cruvinel*, lê-se que o Presidente Lula não fará festa junina como a que fez no ano passado. “Sem balão e sem quadrilha” é o título da nota que diz que não haveria clima para isso.

Não sei por que não se faz a tal festa, se está todo mundo tão tranquilo, se está tudo tão bem. Não vejo que relação há entre balão, quadrilha e essas coisas. Mas eu aqui tenho a minha opinião: se não vão fazer porque não têm clima, é porque não estão achando a situação normal; se não está normal, deveriam procurar normalizá-la.

Finalizo, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao Presidente, agora novamente em português, insistindo no diálogo na língua pátria: Presidente, nós queremos manifestar confiança na lisura do seu comportamento. Queremos acreditar que o seu Governo passará ileso por essa comissão parlamentar de inquérito. Se houver a operação abafa, vamos morrer imaginando que o senhor tinha medo da operação. Presidente Lula, se o senhor não quer dançar a quadrilha, muito bem, é um direito seu, mas não impeça o Congresso e a sociedade de fazer as quadrilhas deste País dançarem de acordo com a lei brasileira.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos textos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO N.º , de 2005.

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci Filho, com o propósito de prestar esclarecimentos sobre notícias publicadas nos órgãos de imprensa nacional, na data de hoje, informando que o ministro estaria liberando emendas parlamentares ao Orçamento da União, com o objetivo de abafar a CPI dos Correios.

JUSTIFICAÇÃO

Os jornais de hoje estampam em suas manchetes, a informação de que o Governo Federal, por intermédio do senhor Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci Filho, estaria liberando emendas parlamentares ao Orçamento da União, no valor de R\$ 400 milhões, para os parlamentares que se dispõem a abafar a CPI criada no Congresso Nacional, com o intuito de apurar o escândalo de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O jornal Folha de São Paulo estampa na manchete principal que: "Operação abafa da CPI custa R\$ 400 mi: valor é o que o governo dará a emendas parlamentares para que a Câmara considere inconstitucional o pedido de criação da comissão". O Globo declara: "Contra CPI, Palocci promete abrir o cofre: ministro se reuniu com líderes e, segundo eles, disse que vai liberar emendas para parlamentares aliados".

O Correio Braziliense informa serem "R\$ 1,5 milhão contra a CPI: Ministro da Fazenda promete a líderes aliados liberar verba de emendas parlamentares". Para o jornal O Estado de São Paulo: "Palocci abre cofre para derrubar investigação: ministro prometeu liberar 1,5 milhão de emendas ao orçamento para cada deputado que votar a favor do governo".

Tendo em vista a gravidade das informações divulgadas, que agredem a autonomia e credibilidade do Poder Legislativo, proponho este convite para que o ministro Palocci venha prestar os devidos esclarecimentos junto aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Em vista disto, peço aos nobres pares que aprovelem este convite.

Sala das Comissões, 03 de junho de 2005.


Senador JOSÉ JORGE
Líder do Bloco Parlamentar da Minoria

Receb. em 03/06/05
às 11h45
em reunião

Lula já dá como certa vitória na CCJ

Otimista, presidente acredita que operação anti-CPI começa a dar resultados

Tânia Monteiro

O presidente Lula está convencido de que o esforço conjugado de ministros e articuladores políticos do governo *começam a dar resultado*. No Palácio do Planalto, o pessimismo que tomava conta dos gabinetes na semana passada, quando se dava como certo que fracassaria a operação para barrar a CPI dos Correios, cedeu lugar ao otimismo moderado.

"A preocupação é claramente menor, mas ninguém está desmobilizado", dizia ontem um assessor do Planalto. Promete ser fácil, segundo ele, aprovar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara o recurso contra a abertura da CPI: "A temperatura baixou bastante e a votação na CCJ já está sendo considerada tranquila e garantida". A mesma fonte avalia ser possível aprovar o recurso em votação posterior no plenário da Câmara, já que o ambiente agora mais favorável estimularia os articuladores do governo.

Com a mudança de clima, os ministros Antonio Palocci, José Dirceu e Aldo Rebelo passaram a trabalhar por uma agenda parlamentar positiva, como forma de tentar impedir que a CPI concentre todos os esforços do Congresso. "Não se trata de desviar da pauta da CPI. Temos vários projetos que já foram enviados ao Congresso para discutir", disse o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP). "Essa agenda não tem a ver com cartão postal, correspondência ou com os Correios. Tem a ver com o Brasil." O esforço pela agenda de votações mobilizou ontem os principais nomes do governo. De manhã, o presidente Lula se reuniu com Aldo e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Dirceu e Palocci conversavam com os demais líderes da base aliada.

D:\Meus Documentos\A NAO DAH PARA ACREDITAR.doc

Arthur.Virgilio@senador.gov.br

*Antônio
Fidelis
intoxica
Fidelis 03
Fidelis
205
Off. Virgilio*

Edição das
20h55

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA
(1891-1927)
DIRETOR
RUY MESQUITA

SP, RJ, MG, PR e SC: 2,50 Demais Estados: ver tabela na página A2.

3 de junho de 2005 - ANO 126 - Nº 40711 www.estado.com.br

Contra CPI, Palocci abre cofre

Ministro vai liberar R\$ 1,5 milhão para emendas de cada deputado que votar com o governo

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, prometeu liberar R\$ 1,5 milhão previstos por emendas ao Orçamento do ano passado para cada deputado que votar pela derrogação da CPI dos Correios. Com isso, os governistas estão agora mais oti-

mistas quanto ao sucesso da operação montada para abafar a investigação. A liberação será feita antes que o recurso para votar a CPI seja votado no plenário da Câmara e do Senado, ou seja, na semana que vem. O compromisso de Palocci foi as-

sumido ontem, em reunião com aliados, segundo o líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO). "Quando surge um inimigo ex-ternos, todos se unem", disse o deputado Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP). No Palácio do Planalto, o pessimismo da se-

mana passada, quando se dava como certo que fracassaria a operação para barrar a CPI, cedeu lugar ao otimismo, embora moderado. Na reunião no Planalto, os governistas calcularam ter 40 dos 61 votos da Comissão de Constituição e Justiça para im-

pedir a investigação; no plenário da Câmara, os votos a favor do governo seriam 255 do total de 513 deputados. Já a oposição estava criando uma CPI dos Correios no Senado, caso a comissão conjunta seja derrotada. O plano era

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC.) – Concedo a palavra ao nobre Senador e pastor de almas Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela apresentação tão honrosa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao conhecimento desta Casa um simpósio sobre segurança pública realizado no Rio de Janeiro, promovido pela Firjan, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que tem prestado uma contribuição extraordinária ao meu Estado.

O simpósio, Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Senado, que nos honram com a audiência, senhores ouvintes da Rádio Senado, teve o nome de “O Grito do Rio” e reuniu pessoas importantes da área de segurança pública, como os Secretários de Segurança do Paraná, de Minas, do Rio, de São Paulo e da Bahia, representantes da polícia britânica e da polícia americana, o Secretário Nacional de Segurança Pública, o Deputado Josias Quintal, que já foi Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, e o Presidente da Firjan, Dr. Eduardo.

Assistimos, com muito interesse, ao debate promovido pelo Dr. Eduardo e gostaríamos de tecer alguns comentários sobre a proposta final dos nossos federados, representantes da indústria do Rio de Janeiro. Cinco pontos básicos foram elencados por eles. Primeiro, formação policial; segundo, ampliação do sistema de carceragem.

Nesses dois pontos quero me ater. Como, senhores empresários do meu Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, vamos conseguir dar melhor formação ao policial – algo que passa por melhorar o salário da tropa – ou aumentar as vagas do sistema de carceragem, se V. S^{as} defendem a diminuição do gasto público e a diminuição da carga tributária – nós todos a queremos – via não o crescimento do País, mas via diminuição dos gastos públicos do País? Como é possível, diminuindo gastos públicos, melhorar a formação policial e ampliar o sistema de carceragem?

Em terceiro lugar, vem a proposta de modernização da legislação penal, passando pelo aumento da pena. Meu Deus do Céu! O Rio de Janeiro tem hoje uma população masculina jovem muito menor do que a feminina. No Rio de Janeiro, no ano passado, seis mil pessoas foram assassinadas, e de forma violenta. Tiveram suas casas invadidas, seus carros seqüestrados, foram vítimas de balas perdidas – balas de fuzis! Sabem quem representa a maioria das pessoas assassinadas? Negros, jovens, muitos deles vítimas do “narcovarejo”.

Hoje, nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, narcotráfico, pirataria e prostituição já não são mais considerados crimes. Amigos, vizinhos e parentes têm uma certa solidariedade para com as pessoas que se envolvem com isso, que virou estratégia de sobrevivência. Quando esses meninos escapam dos esquadrões da morte, são pegos por uma mão cruel do Estado que os lança num sistema carcerário medieval, onde são barbarizados, vegetam, não têm educação, não têm trabalho e onde muitos permanecem presos mesmo depois de cumprir a pena.

Quando olhamos uma comunidade carente do Rio de Janeiro, identificamos: “Negros que não estudaram são pobres. São pobres porque não estudaram. Não estudaram porque não quiseram”. Mentira! Vivemos numa sociedade desigual, onde as pessoas não têm chance de sobreviver e são massacradas, muitas vezes, por quem tenta defendê-las.

Por um lado, a elite do meu Estado defende, de maneira exponencial – pela posição econômica e cultural que ocupa em nossa sociedade –, a diminuição dos gastos públicos. “Diminuem-se os impostos e a carga tributária”. Por outro lado, querem mais proteção para que possam viver em suas mansões, verdadeiros paraísos, em meio a um oceano de barbárie que abriga o outro lado da população, que não tem condições sanitárias, saúde, educação, residência e trabalho. Como? Será que não podemos diminuir o gasto público, reduzindo os juros? Não! Não podemos! Reduzindo juros, não, porque tiramos o dinheiro do banco, trocamos em dólar e mandamos para fora.

Era a fuga de capitais que existia quando o Presidente Lula assumiu o Governo: US\$2 bilhões. Mais uma vez, nossa elite é a responsável pela maior desigualdade do planeta.

Em seu discurso, o Senador Paulo Paim disse que sete mil brasileiros possuem 80% da dívida pública. Imaginem! Sete mil brasileiros são donos de 800 bilhões nos bancos públicos e privados deste País? Meu Deus do céu!

Será que é por aí, Sr. Presidente da Firjan – que admiro tanto –, colocando policiais mais violentos, mais armados, aumentando vagas nos presídios, aumentando a pena para essas pessoas. E pedem também que seja feita uma prevenção em gestão de informação e um combate sistemático ao comércio ilegal, que, claro, prejudica a nossa indústria. E não sou contra a indústria, pelo contrário, sou a favor da Firjan, sou um defensor de todos os seminários e ações de cidadania que os nossos industriais tomem no meu Estado, mas não é possível mais tentarmos reprimir, já estamos fazendo isso há quase 20 anos, aumentando a violência. De vez em quando o prefeito, para dar uma satisfação – dizem

que a ideologia das massas é a ideologia da elite –, saindo borrachada em tudo que é quanto camelo; um ficou cego. Como tática de sobrevivência, já que não tem emprego formal, o sujeito sai às ruas para vender coisas; e esse camelo apanhou tanto, Senador Sibá Machado, que ficou cego. Era jovem, 19 anos. Mas é uma maneira de ser dar satisfação de que estamos mantendo a ordem e de que o capital será protegido pela lei e pela violência do Estado.

Será que ainda cabe mais violência contra uma população marginalizada?

Vou conceder aparte a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, mas quero narrar um fato que vivi – não me contaram: a primeira favela do Brasil nasceu no Morro da Providência, ali pertinho da Praça Mauá. Sabe como, Senador

Sibá? Em 1865, o Brasil entrou na maior guerra que já houve na América Latina: a Guerra do Paraguai, a maior guerra que já houve na América Latina. Foram cinco anos, em que o Brasil fez um genocídio no Paraguai. Muito bem. Quem eram os soldados? Os voluntários da pátria. Normalmente, nas grandes capitais, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, tem uma rua chamada Voluntários da Pátria. Quem eram eles? Escravos que foram para a guerra lutar sob a promessa de serem alforriados. No meu Estado do Rio de Janeiro, depois de passarem cinco anos num combate sangrento, voltaram e receberam, para morar, aquele Morro da Providência.

Senador Sibá, isso foi em 1870. De lá para cá, tivemos dinheiro para construir Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Zona Oeste, Niterói, Teresópolis, fizemos tantas coisas, mas não tivemos dinheiro para consertar aquela favela que continua sendo um local sem a menor habitabilidade, permeado pelo narcovarejo – e ninguém fala nos organizadores do tráfico ou os consumidores, e muitos deles estão na classe média alta e na elite –, sem condições sanitárias, sem emprego, sem condições de sobreviver. E, quando as pessoas olham para o morro, não vêm ali o egoísmo da nossa sociedade nem desigualdade. Dizem: ali estão os negros que não estudaram porque não quiseram, por isso são pobres, a culpa é deles.

Às vezes, até a religião é usada como instrumento de poder. Botam a Bíblia debaixo do braço de um sujeito e dizem para ele: olha, desigualdade sempre houve, meu filho, você deve resistir...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) - ...à tentação, lutar contra os pecados e aguardar a salvação na eternidade. E são milhões que não dis-

cutem e têm a atenção desviada dos reais problemas da nossa sociedade, uma armadilha, que é essa desigualdade.

Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a geralmente nos traz profundas reflexões sobre temas de grande importância nacional. Enquanto V. Ex^a falava, eu estava aqui lembrando uma imagem que vi em um dos jornais de circulação nacional, mostrando um cena que muito me chocou. A cena mostrava o momento em que um pelotão da polícia do Rio de Janeiro subia um dos morros da cidade, trocava tiros, com armas de grosso calibre, com jovens do tráfico. Essa mesma cena mostrava também um garoto, provavelmente de 10, 12 anos de idade, descendo a ladeira, com uniforme escolar, carregando uma mochila...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...comendo um sanduíche – provavelmente tinha acabado de sair de casa –, expressando a maior tranquilidade. Era como se não tivesse acontecendo absolutamente nada. Só que ele estava no meio de um tiroteio. Eu me pergunto: será que a banalização, a insensibilidade com relação a essas coisas chegou a esse ponto? Outra questão, infelizmente, essa vontade exacerbada de ser dono de tudo sozinho me levou a escrever, certa vez, em um artigo para um jornal do Acre, que quanto maior for a riqueza individual de uma pessoa, na situação atual, inevitavelmente maior será o seu muro e mais valente será o seu cachorro. Ou seja, vai chegar ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...o momento em que essa pessoa não vai mais ter nem lugar para morar. Ou essa pessoa vai morar numa bolha dentro do mar, ou vai fabricar uma ilha artificial, ou vai ter que morar numa nave espacial fora do planeta. É difícil encontrar uma solução para esse problema. E mais, dentro dessa sua reflexão, há também o problema da população carcerária. Fico imaginando que o rigor da lei que temos votado várias vezes aqui no Senado e na Câmara dos Deputados não tem surtido efeito. E não vejo uma cadeia ou uma penitenciária se colocar naquilo que está escrito na sua função: o resgate à cidadania de uma pessoa que cometeu um delito. E tanto é isso que o Brasil jamais admitiu a pena de morte porque ainda acredita que as pessoas têm jeito, têm retorno. Quero aproveitar para fazer um tributo às igrejas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...a todas elas, porque o que eu tenho assistido de resgate da cidadania da população carcerária tem sido única e exclusivamente o esforço incansável das diversas igrejas que prestam as suas pastorais dentro daqueles ambientes. Neste caso, resta-me aqui um respeito, uma gratidão a todas. Como não sou da área, coloco-me aqui apenas como um cidadão comum, preocupado, como V. Ex^a, com essa situação, que não podemos assistir – e não é um problema só do Brasil, parece-me que agora é um problema continental –, ou seja, que tenhamos os ungidos dos direitos divinos na Terra e aqueles que amargarão inevitavelmente as barras do inferno ainda em vida dentro da terra. E quero que V. Ex^a, que também é uma liderança religiosa, possa dizer se estou raciocinando logicamente ou não. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Senador Sibá...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a pelo aparte. Não há nada contra riquezas; as pessoas podem ser ricas. Aliás, a prosperidade é um princípio bíblico. Não creio que no céu exista pobreza, miséria, não creio que Jesus tenha sido pobre, mas um dos nomes mais bonitos de Jesus é que Ele era o Rei dos reis. Quem o serve é rei também. Aqui no Brasil as pessoas não querem ser reis de reis, elas querem ser reis de escravos. Reis de pessoas que servem sem qualquer direito, sem direito a educação, a trabalho, a igualdade. E quando vemos que o combate à violência passa por melhor formação policial, ampliação do sistema carcerário, aumento da pena, um sistema de informação e também pelo combate sistemático ao comércio ilegal, sem tocarmos nos reais problemas do qual se deriva toda desigualdade deste País, precisamos vir à tribuna e falar.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)
– Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a pela paciência.

Termino dizendo que não perco a esperança. Creio num Brasil mais justo. Creio que o Presidente Lula, homem do povo, eleito pelo povo, vai começar a governar pelo povo. Sua Excelência vai sair dessa armadilha e vai-nos conduzir a um país mais fraterno. E isso passa por uma mudança radical na nossa política monetária.

Eram essas as minhas palavras.

Agradeço a V. Ex^a pelo tempo extra que me concedeu.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à Mesa o máximo de urgência no envio de mais de 30 requerimentos de informação de minha autoria, aprovados à unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, exatamente nos quais indago sobre os gastos com cartões corporativos por parte do Executivo.

Chegando de uma viagem ao exterior, tomei conhecimento de que, lamentavelmente, não foi aprovado apenas – e por ironia – um requerimento em que eu pedia os gastos feitos por mim, quando fui Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Pedi de todos os demais, do Governo Fernando Henrique e do ex-Deputado Luiz Dulci, atual Ministro Chefe daquela Secretaria-Geral.

Ironicamente, vou ficar sem saber quanto eu gastei. É estranho. Mas, de qualquer maneira, peço urgência à Mesa por entender que é uma matéria importante, que foi fruto de uma batalha parlamentar muito intensa e muito bonita na Comissão.

Peço também, Sr. Presidente, que seja inserido nos Anais da Casa, portanto dado como lido, um curto pronunciamento meu pedindo a transcrição de entrevista publicada no jornal **Folha de S.Paulo** com o empresário e homem de bem, Sr. Antônio Ermírio de Moraes. Do alto de seus 77 anos de idade e de uma vida até hoje de muito trabalho, recomenda ao Presidente Lula que trabalhe mais e use menos o aviãozinho dele, afirmando que está na hora de se tratar a coisa com mais seriedade.

Portanto, peço que essa peça conste nos Anais da Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita. P-SOL – AC) – O pedido de V. Ex^a será atendido na forma regimental e, tão logo a Mesa receba os demais requerimentos, dará o encaminhamento urgente que V. Ex^a solicita.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tramita nesta Casa projeto de lei de autoria do Senador Flávio Arns.

O Senador Flavio Arns, do PT, meu colega do Paraná, possui postura ética que merece aplausos e

admiração. Confesso que sou um admirador de Flávio Arns pela sua conduta, pelo seu comportamento, pela sua história. Por isso, o projeto do Senador merece, em primeiro lugar, toda a atenção do Congresso Nacional.

Esse polêmico projeto é da maior importância, porque representa, se aprovado, a solução ambiental definitiva para a indústria nacional de pneus remoldados, setor em que o preconceito de alguns burocratas obtusos do Governo vem batendo cabeça, com graves prejuízos para a economia nacional. Trata-se da importação de carcaças de pneus usados para uso como matéria-prima na nascente indústria de pneus remoldados.

Devo esclarecer que, em todo o mundo desenvolvido, as carcaças de pneus usados não estão rotuladas na categoria de problema ambiental. Ao contrário, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Itália, na Holanda, na Espanha, na Suécia, na Bélgica e em outras dezenas de países, a indústria de pneus remoldados está em franco crescimento. Só um exemplo: nos Estados Unidos, os pneus pós-consumo são reciclados em 77%. É o maior importador de pneus usados do mundo.

Diferentemente do que os burocratas do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama afirmam, não existe pressão dos países desenvolvidos para enviar seus resíduos pneumáticos aos países em via de desenvolvimento.

Infelizmente, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ao se manifestar contra o projeto em tramitação nesta Casa, o qual regulamenta o setor, alegando razões ambientais, a um só tempo agride os fatos e perfila-se ao lado dos fundamentalistas que são contra o progresso social.

Diferente postura tem o Inmetro, órgão oficial responsável pela criação de normas de qualidade e segurança de produtos no País, que, entendendo a necessidade de compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento nacional, emitiu nota técnica em que afirma: "A indústria nacional de reforma de pneus, principalmente a indústria de pneus remoldados, necessita importar pneus usados para utilização das carcaças como matéria-prima." Foi mais adiante e editou as Portarias nºs 62/01 e 133/01, que regulamentam a qualidade dos pneus remoldados. Tenho a satisfação de informar que uma organização paranaense do setor foi a primeira empresa nacional de pneus remoldados a ter um certificado do Inmetro, justamente por enquadrar-se nas portarias regulamentadoras.

Na verdade, o que estamos assistindo é a uma autêntica "guerra dos pneus". De um lado, poderosas multinacionais que monopolizam o setor. Do outro,

médios empresários nacionais travando uma batalha de Davi contra Golias. Tendo contra a meticulosa ação amedrontada de alguns órgãos governamentais.

É fácil entender o porquê da existência de óbices contra essa nascente atividade industrial: no Paraná, para cada pneu carcaça importado, a empresa ali instalada recolhe um pneu velho inservível, que é encaminhado para uso nas empresas fabricantes de cimento, como combustível ecológico em seus fornos. Economizam divisas nessa operação, já que o calor energético dos pneus destruídos e picados substitui em 20% a queima de carvão coque, que é importado. A Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados vem desenvolvendo esse fundamental programa em todo o território nacional.

Com a aprovação do projeto do Senador Flávio Arns, que tramita nesta Casa e tem como Relator o Senador Antonio Carlos Valadares, as empresas multinacionais responsáveis por mais de 90% dos pneus velhos existentes no meio ambiente terão de se enquadrar nessa solução ecologicamente perfeita.

Hoje, existe a Resolução Conama nº 258/99, que determina esse procedimento, mas é olímpicamente desrespeitada pelas arrogantes multinacionais monopolizadoras do setor. Tanto é assim que a Associação Brasileira da Indústria de Remoldados, em defesa dos interesses nacionais, formulou representação criminal perante o Ministério Público Federal.

O problema é sério e exige solução drástica. Atualmente, o Brasil gasta US\$200 milhões por ano com a importação de pneus novos. Com a importação de carcaças e pneus usados, o gasto é de aproximadamente US\$4 milhões. Na importação dos pneus novos não se gera emprego. Na importação...

(Interrupção do som)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Na importação das carcaças usadas como matéria-prima na indústria dos remoldados, são gerados dezenas de milhares de empregos industriais. Acrescente-se ainda outros postos de trabalho nas lojas de distribuição e montagem desses novos pneus.

Em relação ao consumidor, o remoldado pode rodar até 80 mil quilômetros, com prazo de garantia para defeito de fabricação de cinco anos, e um preço médio 40% abaixo daquele ofertado pelas concorrentes multinacionais.

Outra vantagem a ser destacada é que, internamente, a indústria de remoldados importa unicamente a carcaça do pneu usado, comprando no Brasil a borracha e toda a matéria-prima que compõem o processo industrial.

Portanto, o Governo brasileiro não pode ignorar essa realidade. O dualismo é prejudicial ao País. Enquanto o órgão que legisla sobre a qualidade e segurança de produtos, que é o Inmetro, fornece certificado probatório, na outra ponta, o Ibama fecha os olhos para os responsáveis por mais de 90% dos pneus velhos que são jogados na natureza brasileira, agredindo, de fato, o meio ambiente.

Dessa forma, pela omissão, o Ibama protege o transgressor, enquanto aquela atividade pioneira, que respeita e ajuda a melhorar o equilíbrio do meio ambiente, é discriminada pela obtusa visão dos fundamentalistas do Ministério do Meio Ambiente.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere como lido o restante do meu pronunciamento.

Concluo, dizendo que, infelizmente, algumas multinacionais respeitam as determinações legais nos seus países de origem, já nos outros agridem e desrespeitam legislações nacionais. No específico caso da “guerra dos pneus”, lamentavelmente, isso está ocorrendo no Brasil.

O Senado da República tem a oportunidade de dar um basta definitivo nessas manobras, economizar divisas, proteger o meio ambiente, gerar empregos, prestando relevantes serviços ao País.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ALVARO DIAS.*

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, tramita nesta Casa Projeto de Lei, de autoria do senador Flávio Arns, da maior importância, porque representa, se aprovado, a solução ambiental definitiva para a indústria nacional de pneus remoldados, setor em que o preconceito de burocratas obtusos do governo vem batendo cabeça, com graves prejuízos para a economia nacional. Trata-se da importação de carcaças de pneus usados para uso como matéria-prima na nascente indústria de pneus remoldados. Devo esclarecer que, em todo o mundo desenvolvido, as carcaças de pneus usados não estão rotuladas na categoria de problema ambiental. Ao contrário, nos EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Bélgica e outras dezenas de países, a indústria de pneus remoldados está em franco crescimento. Só um exemplo: nos EUA, os pneus pós-consumo são reciclados em 77%. É o maior importador de pneus usados do mundo. Diferentemente do que os burocratas do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama brasileiro afirmam, não existe pressão dos países desenvolvidos para enviar seus resíduos pneumáticos para os países em vias de desenvolvimento. Infelizmente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio Exterior, ao se manifestar contra o projeto em tramitação nesta Casa – o qual regulamenta o setor, alegando razões ambientais – a um só tempo agride os fatos e perfila-se ao lado dos fundamentalistas que são contra o progresso social.

Diferente postura tem o INMETRO, órgão oficial responsável pela criação de normas de qualidade e segurança de produtos no país, que, entendendo a necessidade de compatibilização da preservação ambiental com o desenvolvimento nacional, emitiu a Nota Técnica 83/2000, em que afirma: “A indústria nacional de reforma de pneus, principalmente a indústria de pneus remoldados, necessita importar pneus usados para utilização das carcaças como matéria-prima”. Foi mais adiante e editou as Portarias 62/01 e depois a de nº 133/01, que regulamentam a qualidade dos pneus remoldados. Tenho a satisfação de informar que uma organização paranaense do setor foi a primeira empresa nacional de pneus remoldados a ter um certificado do Inmetro, justamente por enquadrar-se nas portarias regulamentadoras.

Na verdade, senhor Presidente e Senhores Senadores, o que estamos assistindo é uma autêntica “guerra dos pneus”. De um lado, poderosas multinacionais que monopolizam o setor. Do outro, médios empresários nacionais travando uma batalha de David contra Golias. Tendo contra a meticulosa ação amedrontada de órgãos governamentais.

É fácil entender o porquê da existência de óbices contra esta nascente atividade industrial: no Paraná, para cada pneu carcaça importado, a empresa ali instalada recolhe um pneu velho inservível que é encaminhado para uso nas empresas fabricantes de cimento, como combustível ecológico em seus fornos. Economizam divisas nessa operação, já que o calor energético dos pneus destruídos e picados substitui em 20% a queima de carvão coque, que é importado. A Associação Brasileira da Indústria de Pneus Remoldados vem desenvolvendo esse fundamental programa em todo território nacional. Aprovado o projeto de Lei 216/03 que tramita nesta Casa e que tem como relator o Senador Antonio Carlos Valadares, as empresas multinacionais responsáveis por mais de 90% dos pneus velhos existentes no meio ambiente terão que se enquadrar nessa solução ecologicamente perfeita. Hoje existe a Resolução Conama nº 258/99, que determina esse procedimento, mas é olímpicamente desrespeitada pelas arrogantes multinacionais monopolizadoras do setor. Tanto é assim que a Associação Brasileira da Indústria de Remoldados, em defesa dos interesses nacionais, formulou representação criminal perante o Ministério Público Federal.

O problema é sério e exige solução drástica. Vejamos: atualmente o Brasil gasta 200 milhões de dólares/ano com a importação de pneus novos. Com a importação de carcaças de pneus usados, o gasto é de aproximadamente quatro milhões de dólares. Na importação dos pneus novos não se gera emprego. Já na importação das carcaças usadas como matéria-prima na indústria dos remoldados são gerados dezenas de milhares de empregos industriais. Acrescente-se ainda outros postos de trabalho nas lojas de distribuição e montagem desses novos pneus. Em relação ao consumidor, o remoldado pode rodar até 80 mil quilômetros, com um prazo de garantia para defeito de fabricação de cinco anos e a um preço médio 40% abaixo daquele ofertado pelas concorrentes multinacionais.

Outra vantagem a ser destacada é que, internamente, a indústria de remoldados importa unicamente a carcaça do pneu usado, comprando no Brasil a borracha e toda a matéria-prima que compõem o processo industrial.

Portanto, o governo brasileiro não pode ignorar essa realidade. O dualismo é prejudicial ao país. Enquanto o órgão que legisla sobre a qualidade e segurança de produtos, que é o Inmetro, fornece certificado probatório, na outra ponta o Ibama fecha os olhos para os responsáveis por mais de 90% dos pneus velhos que são jogados na natureza brasileira, agredindo de fato o meio ambiente. Dessa forma o IBAMA, pela omissão, protege o transgressor, enquanto aquela atividade pioneira que respeita e ajuda a melhorar o equilíbrio do meio ambiente é discriminada pela obtusa visão dos fundamentalistas do Ministério do Meio Ambiente.

No caso em análise, o Brasil precisa seguir o exemplo de fora. Na Itália, o seu governo, através da Lei Financeira, no seu artigo 52, inciso 14, determina que os órgãos públicos utilizem no mínimo 20% de pneus remoldados em sua frota pública. Não somente para gerar economia mas, também, para defender a ecologia. E em outros países do mundo desenvolvido essa prática vem sendo incrementada.

Portanto, a aprovação do projeto de Lei 216/03, em tramitação nesta Casa, consulta os mais altos interesses econômicos, sociais e ambientais da sociedade brasileira. Nessa hora é fundamental alertar que o lobby da poderosa indústria multinacional de pneus tentará de todas as maneiras impedir a sua aprovação. No Poder Executivo já tem a proteção de órgãos de primeiro e segundo escalão e, sem dúvida, tentará expandir essa estratégia junto ao Poder Legislativo. É preciso estarmos alertas e atentarmos para a importância da indústria de remoldados e o seu valor real para a economia brasileira, como o limite de gastos de divisas nacionais na importação; a geração de

empregos na escala de milhares, atacando de frente o desemprego; e contribuindo para o saneamento da questão ambiental pela eliminação dos pneus inservíveis. Esses são retirados da natureza e usados na indústrias de cimento, como combustível ecológico.

A resistência das grandes multinacionais também decorre da necessidade que teriam de cumprir a lei. Para cada pneu importado teriam de coletar a mesma quantidade, que seria encaminhada para a sua destruição nos altos fornos das cimenteiras e de outras unidades industriais congêneres. Uma solução perfeita na busca do equilíbrio ambiental.

Não tenho dúvida, senhor presidente, que modernizar o Brasil com responsabilidade social é uma aspiração geral dos brasileiros. Alinhar o país com os avanços tecnológicos desses novos tempos é objetivo comum. Não podemos, em muitos setores, ficar subordinados a práticas empresariais e produtivas condenadas em muitas nações do chamado mundo desenvolvido. Infelizmente, algumas multinacionais teimam em enxergar as nações em desenvolvimento em outro contexto. Respeitam as determinações legais nos seus países de origem, já nos outros agredem e desrespeitam legislações nacionais. No específico caso da guerra dos pneus, lamentavelmente isso está ocorrendo.

Agora, o Senado da República tem a oportunidade de dar um basta definitivo nessas manobras contra a nascente indústria que, por proteger o meio ambiente, economizar divisas e gerar empregos, presta relevante serviço ao país. E não deve perdê-la.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, como último orador, Senador Heráclito Fortes, grande como o seu Estado do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Porém, menor do que a generosidade do coração de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Não admito.

Senador Heráclito Fortes, antes de V. Ex^a prosseguir, prorrogo a sessão por dez minutos, a fim de ouvirmos, com prazer e com deleite, as palavras de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, cai a máscara do Governo. A coluna da insuspeita jornalista Christiane Samarco, que está ao lado de V. Ex^a, diz, hoje, que em uma conversa do Presidente Lula com o Senador Renan Calheiros, ontem,

aquele faz a este uma sondagem sobre a substituição do Ministro Henrique Meirelles.

O que temos nós, o Congresso, a ver com isso? Quem tirou o Deputado tucano do seu mandato, quem fez o Deputado tucano renunciar à maior votação que um Deputado Federal obteve no Estado de Goiás foi o Presidente da República. Se, por um motivo ou outro, está pesando na biografia do PT – não sei se é a política econômica praticada por Meirelles ou se é a sua origem político-partidária –, então, que o PT assuma essa responsabilidade e não queira trazer para o nós do Congresso Nacional esse ônus.

Por várias e várias vezes, Senador Geraldo Mesquita Júnior, tenta-se trazer para o bojo da Oposição crises que envolvem o Presidente do Banco Central. Por diversas vezes quiseram jogar o ônus dessa responsabilidade para o Oposição. Aí vem aquele velho ditado popular: “Quem pariu Mateus que o embale”.

Quiseram forçar a convocação por parte da Oposição do hoje Ministro; quiseram criar crise envolvendo o Ministro para nós assumirmos, mas a Oposição brasileira, hoje, é responsável e experiente.

Todas as vezes em que isso acontecia, soubemos nos afastar da crise, porque não estamos aqui para avalizar crises plantadas dentro do Governo, para que daí surjam soluções do seu interesse.

Isso me lembra o que vem dizendo aqui, constantemente, a Senadora Heloísa Helena: o Presidente Fernando Henrique e o Governo passado passaram a ser objeto de desejo do atual Governo.

V. Ex^a é de uma região que deve ter a famosa bicicleta de cigano, que hoje evoluiu um pouco, já não é mais bicicleta, é motocicleta de cigano. Aquela “bicha” toda enfeitada, com um espelho retrovisor na frente e um outro atrás. O Governo atual parece isto: sem pedalar, desequilibrado e olhando pelo retrovisor.

Não passa uma semana sequer aqui sem que, para justificar os seus erros, dois anos e meio após ter assumido, teça-se uma verdadeira ladainha com a administração passada. Mas, gente, se a economia brasileira estava errada, por que não foi modificada no dia seguinte?!

Há cerca de 15 dias, foram buscar nos quadros do Governo passado uma das figuras mais competentes da área econômica, que é o Sr. Murilo Portugal. Por que não foram buscar nos quadros do PT? Onde estão os teóricos, formados pela escola petista, para assumir os destinos da economia brasileira? Aliás, se formos olhar bem, a parte do Governo que está dando certo não é comandada por petistas. E aí vem a exceção para salvar a regra, que é o Ministro Palocci. Se examinarmos, ele é contestado dentro do próprio Governo. Há a ala “paloccionista” e a ala “antipaloccionista”.

É difícil entender o que essa gente quer. Se a agricultura faz sucesso...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a citou a nossa amiga jornalista Christiane Samarco, dizendo que ela estava ao nosso lado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tão jovem e tão decana!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Exatamente. E tão bonita! Mas eu gostaria de esclarecer que ela está aqui ao nosso lado geograficamente, mas não politicamente. Politicamente, ela é neutra, como cabe a ela como jornalista ser. Apenas por coincidência ela nos honra com a sua presença. Como o grande público poderia pensar que ela estava ao nosso lado politicamente, eu gostaria de esclarecer que ela está geograficamente ao nosso lado, mas politicamente ela é neutra e, certamente, observa os fatos com o olhar crítico de todos os jornalistas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradecendo a advertência de V. Ex^a, muito própria, quero justificar que ela está ao nosso lado porque está na tribuna da imprensa, juntamente com vários outros jornalistas, acompanhando o que acontece hoje e assistindo, mais uma vez, a está sexta-feira ingrata para o PT.

Quase não veio ninguém hoje; aliás, escalaram o Senador Sibá Machado. Todavia, S. Ex^a já saiu apressado dizendo que estava cansado e que não agüentava mais. Quando ia embora, fiz um apelo a S. Ex^a: “Fica, porque vou falar mal do Governo”.

Não tem jeito, tem que falar. Isso é pedagógico. A atual Oposição brasileira – e o Governo deve levantar as mãos para o céu – é a mais responsável de toda a história, até porque o que o Governou aprovou de positivo foi o que defendemos há oito anos. Se alguém mudou, foi o Governo.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, já pensei em fazer uma ‘vaquinha’ e convidar para vir ao Brasil, Senador Arthur Virgílio, o famoso francês José Bové*, que foi preso e levou borrachada. Ele veio ao Brasil, participou daquele encontro de Porto Alegre e foi preso em Brasília porque era contra os transgênicos. E, hoje, quem defende os transgênicos no Brasil? O Governo do PT, que tanto os combateu. Eu queria saber o que o José Bové iria pensar se chegasse ao Brasil e percebesse a inutilidade do sacrifício dele de atravessar o Atlântico, de passar constrangimentos no Brasil e saber que foi enganado, que tudo aquilo foi em vão, que aquilo tudo foi inútil.

Volto à história do Dr. Meirelles: será que, se o Presidente Lula e seus companheiros tivessem dito, em praça pública, que, se eleito, colocariam o presidente de um famoso banco americano à frente do Banco Central, o povo teria lhe dado o crédito de confiança que deu?

A verdade é que se praticou estelionato eleitoral com várias vertentes, como o compromisso que assumiram com a Igreja Católica. Colocaram padres, muitos deles com boa intenção, para, nas praças públicas e nas igrejas, ora por meio de passeatas, movimentos ou manifestações de vários tipos, manifestarem-se contra a Alca. Quem estivesse com a Alca estava com o Satanás. A Alca era o fim do Brasil. E hoje negociam com a Alca. Os Estados Unidos querem parar a Alca, e o Brasil quer avançá-la, a tal ponto que o Ministro José Dirceu foi a Nova Iorque e a Washington discutir a Alca e voltou ufanista porque recebeu uma caneta da Condoleezza Rice.

O FMI é outra brincadeira! Combateu-se tanto o FMI, e o Governo, neste ano, fez, Senador Geraldo Mesquita Júnior, um acordo com o FMI para decisão sobre o Orçamento brasileiro. Pela primeira vez, na história do Brasil, Senador Arthur Virgílio, o Orçamento brasileiro teve interferência estrangeira. Cadê os petistas que chamavam de imperialistas os americanos, que chamavam de imperialistas os que queriam se intrometer na economia brasileira? E fazem um acordo de aproximadamente nove bilhões com o FMI.

Este ano, dois bilhões e novecentos para tapar buraco – 80% dos recursos. Aí se procura o ministério responsável; ninguém sabe, ninguém viu; consultam-se os governadores, para saber se eles foram ouvidos sobre os seus planos de meta, ninguém foi consultado.

Há um caso que não me canso de citar. É um comparativo: Santa Catarina recebeu mais de trezentos milhões. Como o Governador é do PMDB e diverge hoje – embora tenha sido importante na eleição dele – do Presidente Lula, ele não foi consultado. Montaram em Santa Catarina um governo paralelo.

O Estado do Piauí, que é o meu Estado, que tem um Governador do PT, só recebeu doze milhões – isso mesmo – para fazer dois pequenos trechos de estrada. Tapa-buraco!

Não condeno o Presidente Lula, nem o seu Governo com relação ao tratamento dado ao Piauí porque o governador é um incompetente, despreparado! Não veio aqui discutir, não participou das discussões; portanto, pagou o preço da omissão e da falta de vocação para a administração pública.

Se observarmos, por meio da Comissão de Infraestrutura, fizemos consultas e já recebemos respostas

de quase vinte governadores. Não há um que diga: “Fui ouvido, participei desse ‘acordão’ com o FMI”.

Senador Geraldo Mesquita, o mais grave – e V. Ex^a sabe: as estradas para o escoamento de produção. Perguntamos sobre isso ao Ministro da Agricultura, que consultou o Presidente da Conab e não foi ouvido. Ele veio a uma reunião de comissão. O Ministro Mares Guia não foi ouvido.

Quem foi ouvido, afinal? Por isso é que tomamos a iniciativa de convocar os responsáveis pelo orçamento para prestar esclarecimento à Nação. Se preciso for, vamos ouvir o FMI para saber qual é efetivamente a participação dele nessa questão; se as concorrências que beneficiam essas estradas foram feitas de acordo com o FMI. O que se sabe é que algumas delas são concorrências ou tomadas de preço – ou sei lá que modalidade – realizadas há três, quatro, cinco anos. As famosas concorrências de prateleira! E o FMI que é tão rígido, Senador Geraldo Mesquita, nas concorrências internacionais, obriga que sejam internacionais as concorrências financiadas por bancos sob o seu comando e sob o seu domínio.

É uma história que não está esclarecida e que precisa ser transparente, até porque a relação das obras só chegou ao Congresso no dia da aprovação do Orçamento. Confesso até que foi um erro nosso, movido pela boa-fé, ter-se aprovado o Orçamento naquele dia. E o fizemos movidos por aquele sentimento de não fazer com que o Orçamento ficasse para o ano seguinte, que fosse atrasado, na certeza de que se estava fazendo algo transparente. Qual nada!

Consultei o Senador Arthur Virgílio e o Governador do seu Estado. Eles não foram ouvidos absolutamente para coisa nenhuma! Ninguém foi ouvido.

Essa é uma questão que precisa ser esclarecida, em nome da transparência que este Governo prega. Esses esclarecimentos já poderiam ter sido feitos. Isso porque esse é um assunto que pode, no futuro, se transformar numa CPI. Primeiro, pela esquisitice do fato. Um simples acordo do Governo brasileiro com o FMI já é estranho. Não que seja incorreto, mas é estranho pelo que pregaram ao longo da vida.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, vou encerrar esta fala de sexta-feira e vou parar por aqui.

O estoque de críticas está se acumulando. As denúncias que recebo – imagino o Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, o que não recebe! –, como mero Senador, já superlotaram o meu gabinete. Não sei mais onde colocá-las!

De forma que, ou o Presidente Lula acaba com os maus amigos, ou os maus amigos acabarão com o Presidente Lula.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com a devida permissão do Presidente, concedo a V. Ex^a um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio para apartear.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sr. Senador Heráclito Fortes, apenas para dizer que V. Ex^a tocou numa palavra-chave e tocou na bipolaridade política deste Governo. Bipolaridade é aquela coisa de o cidadão ter altos, euforia, e baixos, a chamada depressão. Isso acontece com qualquer pessoa e é plenamente tratável. No caso do Governo, não sei se é tratável a bipolaridade política dele. É um Governo que, na Oposição, histericamente adorava a figura das CPIs; no Governo, histericamente odeia a figura das CPIs. V. Ex^a, quando aventou a possibilidade de mais uma em cima de um outro malfeito do Governo, acaba de estragar o fim de semana dessa turma toda. Não vai ter futebol, não vai ter conversa mole mais lá. V. Ex^a tira o humor desse pessoal todo. Já soube que suspenderam – e eu reitero o que havia dito da tribuna – até mesma a tal quadrilha junina, tamanha a preocupação com a crise, tamanha a preocupação que eles estão demonstrando em não deixar pegar as quadrilhas do País.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Já é o trabalho que estão tendo com as quadrilhas. Para que a junina?! Faz-se desnecessária.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Exatamente isso. Ou seja, eles não querem dançar a quadrilha junina e não querem nos permitir fazer as quadrilhas dançarem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, vou finalizar lembrando que V. Ex^a fez um pronunciamento aqui, logo no início da manhã, mostrando as pressões que se sofrem pelo uso da mídia, pelo uso da imprensa manietando a liberdade de imprensa.

Eu vinha no meu carro ouvindo a Rádio Senado – e a voz de Mão Santa é totalmente diferente da de V. Ex^a, e ele não estava aqui – e pensei: será que outro piauiense assumiu o Senado e está fazendo um discurso denunciando isso? Porque parece uma marca do PT.

No Piauí, a perseguição a jornais que são contra o Governo é cruel e comandada pela Secretaria de Comunicação aqui.

Os editais publicados regularmente, os balanços de empresas de economia mista, as campanhas publicitárias governamentais somente são distribuídos depois de se apurar quem está tratando bem o Governo e quem o está tratando mal.

V. Ex^a não está sozinho, tem a solidariedade também do Piauí, que passa pelo mesmo procedimento do Governo: ditatorial, cerceador da liberdade de imprensa.

Portanto, Sr. Presidente, isso não é exceção, mas uma regra. É a maneira de governar. E esse fato da imprensa não é novidade para nós. V. Ex^a, inclusive, fez pronunciamentos protestando pelo fato de o Governo, à socapa, na calada da noite, ter tentando garrotear a imprensa brasileira, por meio do famoso código, que, felizmente, pelo clamor da opinião pública, foi abortado. Assim também quis fazer com os artistas, mas, já que não consegue, faz no dia-a-dia, pontualmente.

Sobre esse assunto, Sr. Presidente, quero voltar a falar na próxima semana. Tenho certeza de que V. Ex^a fará apartes que serão enriquecedores, e mostraremos ao Brasil que, quando se está fora do poder, se diz e se age de uma maneira, mas, quando se entra no poder, a coisa muda.

É por isso que, desde muito cedo, digo que poucos, no Brasil, têm ideologia. Para a maioria, ideologia é caneta. E V. Ex^a está vendo isso, porque a verdade está-se mostrando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – De nada, Senador Heráclito Fortes. Desejo um bom fim de semana a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. P-SOL – AC) – Os Srs. Senadores Tião Viana, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, Eduardo Azeredo, Teotônio Vilela Filho, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a edição de hoje, dia 03 de junho, do jornal **Folha de S. Paulo** traz publicado o artigo “Um pouco de nostalgia”, do Senador José Sarney.

Trata-se de um testemunho vivo de 50 anos de exercício parlamentar no Brasil, uma travessia entre os séculos XX e XXI. A matéria é de leitura obrigatória para os que têm assento na Câmara Alta do Parlamento de hoje, e não apenas nela, mas por todos os parlamentares. É um convite à reflexão.

Nesse sentido, solicito que seja o artigo publicado nos Anais do Senado, para que aí também fique seu registro

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	03	Junho/05	Opinião	A	20

JOSÉ SARNEY

Um pouco de nostalgia

NESTE ANO, há uma concentração de invocações com algumas saudades que julgávamos mortas. É este ano de 2005 o centenário de Aliomar Baleeiro, de Adauto Lúcio Cardoso e de Afonso Arinos de Melo Franco. Afonso, marco poderoso da inteligência brasileira, visitou todos os campos do conhecimento. Mas evoco o Afonso Arinos, meu mestre e amigo, o parlamentar, aquele que, num discurso memorável e eterno, precipitou o fim do governo Vargas. E também aquele que, ao saber que Getúlio se matara, chorou e encheu-se de remorso. Falava como se desse aulas de saber, de espírito público, de dignidade.

A glória parlamentar vive de instantes, do momento, de um aparte, de um projeto de lei, de um parecer. Mas a luta política não pára, e os embates mudam a cada hora, matando o brilho dos que dela participaram, abrindo caminho para outros momentos e outras glórias que se queimam na chama da boa e santa vaidade dos que lutam.

O Rio ainda tinha os toques finais da belle époque. Falo de 1955, quando ali cheguei. Meus 25 anos estavam fascinados pelas figuras que admirava e com quem passei a conviver: Afonso, Aliomar, Adauto, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Capanema, Carlos La-

cerda, Billac Pinto, Luís Viana Filho, Vieira de Melo e tantos talentos que a garoa do tempo vai escondendo.

A política não tem hierarquia vertical. Ela é sempre horizontal que se estende numa formação em flecha. Os que vão à frente, assumindo a dianteira, saindo da coluna linear, são os que se afirmaram pelo talento e capacidade, qualidades abastecedoras da legítima liderança. A hierarquia se processa pelo valor. Assim era o Parlamento em que iniciei minha carreira.

Os que não tinham uma base de conhecimentos, uma aptidão para o bem comum, estavam condenados a um fundo de plenário ou eram deportados para o pequeno expediente, onde iam desaparecendo com o passar das legislaturas. O parlamento do discurso era o parlamento romântico da disputa de inteligência.

Baleeiro era o parlamentar do estilo inglês, mordaz, liberal, daqueles que não deixavam passar sem uma reverência Adam Smith e Stuart Mill. Implacável com o adversário, não lhe concedendo nunca o direito de prestar. Quando o presidente Castelo Branco o colocou no Supremo Tribunal Federal, eu lhe disse: "O senhor está colocando um tubarão numa piscina, espaço pequeno para nadar". Foi um grande juiz e deixou uma marca indelével naquela casa.

Finalizo com Adauto, por último, ninguém o excedeu na bravura, na coragem, no destemor, na lealdade, na segurança da argumentação, sempre

pausada e firme. Suas atitudes e gestos marcaram de forma inapagável nossa vida parlamentar. Era um arremessador de dardos que atingiam sempre o peito do adversário, campeão da dignidade, de valores morais, de fidelidade ao país. Foi também para o Supremo e, ali, repetiu a marca de sua personalidade. Vencido num pleito em que estavam em debate suas convicções, num gesto bem ao seu feitio, despe a toga, deixa-a na cadeira e toma o caminho de sua casa até a morte. Minha tarefa, agora, já sobrevivente daqueles tempos, é evocar os monstros sagrados da minha devoção. Eram expoentes da famosa Banda de Música, em que eu tocava apenas reco-reco.

Recordo aquela geração dos anos 50, seus valores e personalidades, e sinto uma sensação de falta de chão. No tempo presente, aqueles modos, costumes e predicados parecem não existir mais. Parecem mortos. E como fazem falta ao Brasil.

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna

@ → jose-sarney@uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Ainda bem que o Barão não viu essa”, de autoria do articulista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil**, na sua edição de 12 de maio do corrente.

O artigo mostra que ninguém superou em sensatez, perspicácia, esperteza e eficiência o Barão do Rio Branco, que comandou o Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912. Foi dessa forma que o Barão do Rio Branco desenhou a alma e o estilo do Itamaraty. No entanto, como diz o articulista:

Com a era Lula, foram-se a discrição, o sigilo conveniente, a elegância, o profissionalismo e outras

COISAS DA POLÍTICA

AUGUSTO NUNES

augusto@jb.br

Ainda bem que o Barão não viu essa

Os mais exímios praticantes da arte da diplomacia tiveram a trajetória marcada pela obediência a normas antigas e eternas. Uma delas: negociações entre países, sobretudo se destinadas a remover problemas ou aparar arestas, devem ser conduzidas sem ruídos, eventualmente em segredo. Outra: encontros entre chefes de governo não podem ocorrer antes que tudo tenha sido minuciosamente combinado.

Missões precursoras preparam a pauta de assuntos, redigem os documentos que serão assinados, esboçam discursos que discorrem sobre o nada – com muita pompa e circunstância. No universo das relações internacionais, impera a discrição. Barulhos nunca ajudam – freqüentemente, atrapalham. Quem não assimila tais normas será sempre diplomata aprendiz. E diplomacia não é coisa para amadores.

É para profissionais, capazes de compreender rapidamente essas relevantes obviedades. Os mais talentosos também assimilam sem tardança lições e aulas práticas ministradas por mestres nessa arte. Nenhum superou em sensatez, perspicácia, esperteza e eficiência o Barão do Rio Branco, que comandou anos a fio o Ministério das Relações Exteriores.

Nenhum chanceler brasileiro soube mover-se com tanta destreza nesse mundo instável, hipersensível, minado por desconfianças e ressentimentos. Enquanto fundava a política externa do Brasil republicano, o Barão do Rio Branco esculpiu mandamentos que acabariam desenhando a alma e o estilo do Itamaraty.

virtudes do serviço diplomático brasileiro. Chegou a vez do palavrório, das trapalhadas, da gafe impertinente, da arrogância, da gabolice.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Incumbido de resolver pendências territoriais com países vizinhos, fixou os contornos definitivos das fronteiras nacionais com a celebração de tratados claramente vantajosos para o Brasil. Jamais cantou vitória, nem permitiu que se festejasse a assinatura do acordo. Feito o acerto, procurava cauterizar os ferimentos dos parceiros com acrobacias verbais que subvertiam a realidade. Quem ouvisse Rio Branco deduziria que os vencidos haviam triunfado.

Vitórias diplomáticas não devem ser alardeadas, ensinou o chanceler: foguetórios só se prestam a humilhar interlocutores que endossaram concessões indesejadas. Para consegui-las, o grande negociador sabia recorrer a argumentos convincentes, ao próprio poder de sedução e, quando necessário, a métodos de persuasão pouco edificantes.

Que métodos foram esses só se saberá com precisão quando o Itamaraty quebrar o segredo que pesa sobre pilhas de papéis considerados ultra-secretos. Rio Branco nunca forneceu quaisquer pistas sobre o conteúdo dos documentos. É compreensível: ele não comentava sequer o que todos sabiam.

O Itamaraty mudou muito – para pior. Com a Era Lula, foram-se a discrição, o sigilo conveniente, a elegância, o profissionalismo e outras virtudes do serviço diplomático brasileiro. Chegou a vez do palavrório, das trapalhadas, da gafe impertinente, da arrogância, da gabolice. Lula da Silva, por exemplo, apresenta-se publicamente como líder de um país escolhido pelo destino para liderar não só a América do Sul, mas também a reformulação geopolítica do planeta.

Pois o Brasil não conseguiu manter sob controle sequer a reunião de países árabes e sul-americanos promovida na capital. Expropriada pelos árabes, a pauta concentrou-se em ataques aos Estados Unidos e a Israel. Em busca de negócios, os sul-americanos se encaçaram nos becos do Oriente Médio. O governo descobriu-se incapaz de administrar, simultaneamente, o encontro e o trânsito. Curvado aos congestionamentos, decretou feriado em Brasília. Constatou-se, também, que o Itamaraty já não sabe organizar reuniões de algum porte. Faltaram microfones equipados para tradução simultânea. Faltou ar-condicionado. Sobrou incompetência.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista do Senador Cristovam Buarque, do PT do Distrito Federal, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 22 de maio.

Na entrevista, publicada com o título “Planalto sem projeto vende a alma pelo poder, diz Cristovam”, o Senador comenta que o atual Governo está vendendo a alma em troca do “poder pelo poder”. Comenta, ainda, que o Governo só está preocupado com o *marketing* e com a reeleição e que, desde o início do mandato, não houve nem projetos claros e nem objetivos concretos.

Para finalizar, afirma o seguinte: “o que dá credibilidade ao governo é a economia. Posso não gostar dessa política, mas não vejo outra. Só que ela não é mérito nosso”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GOVERNO SOB PRESSÃO

Administração Lula não apresenta propostas “aglutinadoras” e é incapaz de pensar no longo prazo, afirma senador petista

Planalto sem projeto vende a alma pelo poder, diz Cristovam

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES
EDITOR DE OPINIÃO

Para o senador Cristovam Buarque (PT-DF), o PT perdeu sua marca e o governo está vendendo a alma em troca do “poder pelo poder”. Sem capacidade de apresentar projetos “aglutinadores”, a administração petista preenche o vazio com uma idéia de coordenação política baseada na “compra de voto”. Preocupado com o *marketing* e com a reeleição, o governo é incapaz de pensar no longo prazo. Os sonhos foram abandonados e o descrédito da população em relação à classe política e ao Estado aumenta. Como ocorreu na Argentina e em outros países latino-americanos, também no Brasil pode crescer o sentimento de rejeição expresso pelo slogan “*qué se vayan todos!*”.

Ex-governador do Distrito Federal e ex-ministro da Educação do governo Lula, o senador acredita que a oposição do governo a uma CPI para investigar o escândalo dos Correios contribui ainda mais para erodir sua credibilidade. “Não estamos passando a confiança para o povo de que o nosso governo e os nossos políticos são de fato honestos”, diz ele na entrevista que se segue.

★
Folha - Porque o governo tem encontrado tanta dificuldade na coordenação política?

Cristovam Buarque - Eu acho que é por que o problema não está na coordenação. Está numa coisa mais profunda, que é a incapacidade do governo de aglutinar. Se você não aglutina você não coordena, você compra votos.

Folha - E por que o governo não consegue aglutinar?

Buarque - Por que não definiu objetivos concretos, metas de mudanças do país que permitam trazer pessoas que queiram apoiá-

los. Juscelino aglutinou em torno da industrialização, de Brasília, da infra-estrutura. O nosso governo não tem projetos aglutinadores.

Folha - Essa falta de projeto não vem desde o início do governo?

Buarque - Vem desde o início. Nunca houve projetos claros, a não ser alguns formulados por ministérios. Mas aquele projeto que sai da alma do líder Luiz Inácio Lula da Silva nós não vimos ainda. O governo ficou preocupado apenas com a opinião pública, com o *marketing*, com o imediato, com o presente.

Folha - Ouseje, com a reeleição.

Buarque - A reeleição está atrapalhando, como atrapalhou o Fernando Henrique Cardoso. Pensa-se na próxima eleição e não na próxima geração. O Lula disse que não quer vender a alma. Só que tem uma coisa pior do que vender a alma: é vendê-la sem ser em torno de um projeto de nação.

Folha - A impressão que se tem, na realidade, é que o grande projeto do governo é ficar no poder.

Buarque - Tudo dá essa impressão. Nos textos literários, a alma é vendida em nome de alguma coisa, o problema é que hoje está sendo vendida em nome de nada, só do poder pelo poder. Você não deve vender a alma, mas você pode fazer alianças para retomar radicalmente o crescimento ou para dar um salto na educação, na saúde, na luta contra a pobreza.

Como é o Brasil que desejamos no futuro? O que a gente sabe hoje é que o Lula deseja crescimento com estabilidade, que o país seja um grande exportador e que todo mundo coma três vezes ao dia. Mas é pouco. Crescimento econômico apenas, mesmo a taxas elevadas, o que não vai acontecer, não mudará o Brasil. O que vai mudar o Brasil é o uso eficiente e bem direcionado dos recursos.

Folha - Hoje, o grande capital político do governo é a capacidade de comunicação do presidente e alguns resultados na economia. Se vier a reeleição, não há risco de essa paralisia política continuar?

Buarque - O segundo mandato tende sempre a ser pior do que o primeiro. Mas poderia mudar se o presidente fizesse duas coisas: usasse sua capacidade de comunicação e liderança para transformar o país e convidasse a oposição para discutir propostas de Orçamento e de políticas capazes de promover mudanças. Em 2003, quando o Lula levou para o Congresso as propostas de reforma Tributária e da Previdência, eu estava junto e disse: presidente, faltava a terceira reforma, necessária ética e politicamente, que é a social. Essa reforma não veio. O Lula vem usando a liderança dele para vender o projeto de FHC.

Folha - Por que o PT não conseguiria nem formular nem implementar mudanças que prometteu?

Buarque - É um problema de mentalidade. Eu não vou dizer de ideologia porque seria um salto de qualidade. O PT é um partido dos trabalhadores do setor moderno. Não é ainda o partido do povo, dos excluídos. É um partido que acredita que o Brasil muda através de mais indústrias, mais exportações, empregos e melhores salários. É um partido que ainda está prisioneiro de reivindicações corporativas. Não é um partido de proposições nacionais.

Folha - Mas o PT conseguiu se apresentar nas eleições como portador de um projeto nacional, não?

Buarque - Sim, mas era uma soma. Uma soma dos interesses de corporações: o PT aumentaria o salário do funcionário público, criaria dez milhões de empregos, etc. Mas os sonhos de que o partido era portador, embora viáveis,

não foram levados a sério. O nosso governo está criando uma vida muito grande com aqueles que sonhavam, especialmente com os jovens. E hoje virou uma geléia geral. Não há mais diferença entre os partidos. Não há razões específicas para votar no PT.

Folha - O PT perdeu a marca?

Buarque - Perdemos uma imensa parte da nossa marca e isso é trágico para o Brasil. Essa crise está fazendo o povo ficar impaciente com todos os políticos. Na Argentina e agora no Equador e na Bolívia temos visto o mesmo slogan: “*qué se vayan todos!*”. E isso é perigoso, porque contamina todo o Estado.

Folha - O sr. ainda crê numa futura aproximação do PT com o PSDB?

Buarque - Eu continuo achando que o PT e o PSDB só não estão juntos porque são liderados a partir de São Paulo e disputam o mesmo espaço eleitoral. Eu digo que essa aliança é necessária para que o Brasil se renove, mas é impossível. Para que fosse viável seria preciso mais estadismo e menos eleitoralismo.

Folha - E a política parece estar cada vez mais focada na questão eleitoral e não em projetos.

Buarque - Exatamente. Criamos uma classe política que age não com base nos seus sonhos e propostas, mas com base em pesquisas de opinião pública. Os políticos dão prioridade ao *marketing* e não à verdade. Esse é o grande problema. E isso está gerando uma crise de credibilidade séria. Precisamos discutir a taxa de juros, mas precisamos elevar a nossa taxa de credibilidade. E de onde vem o descrédito? No que se refere ao governo, vem do fato de que não estamos nem cumprindo os compromissos de campanha, nem explicando convincentemente por que não os cumprimos. Não estamos fazendo as re-

formas sociais que o Brasil precisa e não estamos passando a confiança para o povo de que o nosso governo e os nossos políticos são de fato honestos. Eu não estou di-

zendo que não somos, mas não estamos passando essa imagem. Para mim, o mais grave de não apoiar a CPI do caso dos Correios é isso. Finalmente, o que dá credi-

bilidade ao governo é a economia. Posso não gostar dessa política, mas não vejo outra. Só que ela não é mérito nosso.

Folha - Ou seja, naquilo que seria

próprio do PT, o governo fracassa?

Buarque - Sim. E o mais grave é que não parece ser uma coisa circunstancial, mas intrínseca à alma do governo.

“Com Dirceu, o diálogo iria piorar”

DO EDITOR DE OPINIÃO

Leia a seguir continuação da entrevista do senador Cristovam Buarque (PT-DF).

★

Folha - O sr. acredita que trocar Aldo Rebelo por José Dirceu iria mudar alguma coisa?

Buarque - Eu acho que se trocar vai ser pior, porque o José Dirceu não tem bom diálogo. Pelo que eu ouço no Senado, de pessoas em posições muito altas, é que essa troca poderia até quebrar o diálogo. Mas o fundamental não é esse ou aquele nome, mas a falta de projeto. A gente veio para para dar assistência aos mais pobres, para administrar a economia com eficiência, para fazer uma política

externa menos dependente, mas veio também para dobrar uma esquina, acenar noutra direção, construir um ciclo novo na história do Brasil. O Lula tinha que ser o primeiro presidente de um novo ciclo. Tinha que ser, mas não está sendo.

Folha - Até que ponto as divergências entre o PT e o governo prejudicam?

Buarque - O PT é para ser permanente, o governo é outra coisa. Foi por isso que eu defendi sempre que o PT deve fazer parte do governo, mas entender que o governo é de coalizão. Mas essa coalizão tem que ter um objetivo. Não é só a coalizão em troca de cargos e de emendas de parlamentares. Quem entrar no gover-

no pelo PTB tem que saber que está entrando para botar as crianças em boas escolas e para melhorar a distribuição da renda.

Folha - Mas muitos se queixam de que o governo não sabe se comportar como coalizão.

Buarque - Realmente, o que explica certos erros é que a equipe que dirige o governo, incluindo o Lula, trata os partidos da base de apoio como o presidente do PT trata as tendências do PT. O grande êxito e o grande mérito do Lula, que foi fazer esse partido crescer durante 20 anos, estiveram ligados ao fato de ele se comportar como o centro de uma esfera. O Lula nunca foi um líder de se colocar na frente do PT. Ele ouvia e dizia o que o PT queria ouvir. Mas

agora ele é o centro de uma reta que vai da direita à esquerda, o que não é a mesma coisa.

Folha - O sr. é a favor da política econômica, mas ao mesmo tempo parece ter consciência de seus limites. Não há nada a mudar?

Buarque - Eu defendo a política econômica do governo, mas acho que o PT tem obrigação de começar a pensar alternativas.

Folha - O sr. não acha que essa política já se esgotou?

Buarque - Ela tende a se esgotar, mas hoje qualquer outra seria arriscada. É preciso, primeiro, construir intelectualmente uma alternativa. E isso não é tarefa do governo. O governo não é lugar de intelectual, é lugar de pessoas pragmáticas. É tarefa do partido.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Ocupação da máquina”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, na sua edição de 17 de maio do corrente.

Foi inacreditável o quanto a contribuição obrigatória proveniente dos filiados do PT cresceu durante a presidência do Lula. Isso foi causado pela quantidade maciça de cargos ocupados por petistas na máquina pública. Embora o PT conte com menos de 20% dos

votos no Legislativo Federal, tem cerca de 80% dos cargos com o efetivo poder decisório.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2 terça-feira, 17 de maio de 2005

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

OCUPAÇÃO DA MÁQUINA

DOIS ANOS DEPOIS de o PT conquistar a Presidência da República, a contribuição obrigatória proveniente de seus filiados cresceu mais de sete vezes. As contas relativas a 2004, apresentadas pela legenda ao Tribunal Superior Eleitoral, mostram que essa modalidade de arrecadação atingiu R\$ 3,32 milhões no ano passado, contra R\$ 341 mil em 2002. Considerada a inflação do período, o aumento foi de 730% — e seria maior, caso os números levassem em conta a parcela extraída dos parlamentares petistas, que é contabilizada separadamente.

O “dízimo”, como é conhecida a contribuição obrigatória, foi adotado pelo PT já em seu início, com o intuito de arrecadar fundos para a construção do partido. O sistema é progressivo, estipulando quantias maiores para os que ganham salários mais elevados.

O extraordinário crescimento dos recursos provenientes do “dízimo” indica uma considerável elevação do número de militantes petistas empregados na máquina pública. É na-

tural que partidos políticos alojem seus quadros em posições relevantes do Estado quando chegam ao poder. Num país como o Brasil, no entanto, que se ressenete de uma burocracia pública mais organizada e estável, esse processo não raro resvala para o empreguismo e o “aparelhamento” da estrutura governamental.

No que tange ao PT, este último processo é o que mais tem despertado críticas. Há uma percepção generalizada de que o partido adotou uma estratégia de ocupação maciça de postos na máquina pública. Residem nisso, aliás, alguns dos problemas que abalam as relações entre o Executivo e a chamada base aliada. Embora conte com menos de 20% dos votos no Legislativo federal, o PT, segundo estimativas de políticos ligados ao próprio governo, contaria com cerca de 80% dos cargos com efetivo poder decisório.

Esse condenável processo de politização da máquina estatal contraria os bons princípios republicanos e tende a se revelar nocivo ao bom desempenho técnico do setor público.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria, escrita pelo jornalista Fernando Rodrigues, intitulada “A crise política transborda”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, na edição de 23 de maio do corrente.

Na matéria, o jornalista, que foi enviado para realizar a cobertura do Presidente em sua viagem a Seul, capital da Coreia do Sul, diz estranhar o fato que resultou na diminuição da comitiva presidencial. Dos 36 Ministros convidados, somente 12 viajaram.

Segue dizendo que o motivo claro da desidratação na comitiva presidencial foi a prioridade do Governo em abafar a CPI dos Correios. E prossegue: “Falta de previsibilidade, cancelamentos em cima da hora, desorganização. Eis aí três coisas que não combinam com a cultura oriental.”

E finaliza: “Não bastará uma propaganda à la Duda Mendonça para lustrar a imagem do Governo. São necessários atos concretos.”

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e
§ 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO RODRIGUES

A crise política transborda

SEUL - Lula deve chegar hoje à noite aqui em Seul, capital da Coreia do Sul. Ficará até sábado na Ásia. Sua visita se estende a Tóquio e Nagóia, no Japão. Chegou a convidar 12 de seus 36 ministros para a viagem. Um evidente exagero. Mas as autoridades japonesas e coreanas se resignaram e começaram a se preparar.

No final, de fato, só cerca de metade dos ministros anunciados aparecerá nas cerimônias. A prioridade foi permanecer no Brasil para ajudar a abafar a CPI dos Correios. Essa desidratação da comitiva brasileira não chegou a provocar um mal-estar entre os diplomatas coreanos e japoneses —nem deveria. Mas já começa a aparecer na mídia local que a instabilidade política na administração Lula está transbordando para a sua área operacional.

Falta de previsibilidade, cancelamentos em cima da hora, desorganização. Eis aí três coisas que não combinam com a cultura oriental.

Um dos pontos altos dessa viagem de Lula seria promover as vantagens da mistura do etanol brasileiro à ga-

solina japonesa. A lei que permite essa associação já foi aprovada pela Dieta (Parlamento) do Japão. O que falta? É necessário garantir que o etanol será produzido e fornecido por um longo período, sem risco de falta de abastecimento.

O pior pesadelo dos motoristas de Tóquio é trocar os árabes pelos usineiros brasileiros sem receber vantagem em troca —no caso, a certeza de que o combustível não escasseará num futuro próximo.

É evidente que a vinda ou não de um ministro na comitiva de Lula não é razão para que negócios deixem de ser fechados. OK. Mas as mudanças de última hora têm o sabor do velho Brasil, que improvisa e ainda é imaturo para certos compromissos. O desafio do presidente é demonstrar que mudou o país que governa.

Não bastará uma propaganda à la Duda Mendonça para lustrar a imagem. São necessários atos concretos. Daí, como se sabe, é outra história.

@→ frodriguesbsb@uol.com.br

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria, de autoria do jornalista Josias de Souza, intitulada “A última do Lula: um plano de metas para o ano 2022”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 29 de maio de 2005.

O colunista trata do plano de metas, encomendado pelo Presidente Lula ao Ministro Luiz Gushiken, e que tem como objetivo elaborar – com o auxílio de colunistas, acadêmicos e outros segmentos da sociedade – um plano de metas para vigorar até 2022.

E diz mais: “Enquanto Gushiken, instalado no terceiro andar do Palácio do Planalto, finge construir 2022, Lula, na sala ao lado, e José Dirceu, no pavimento superior, conduzem operações que destroem 2005”.

NO PLANALTO

A última do Lula: um plano de metas para o ano 2022

JOSIAS DE SOUZA
COLUNISTA DA FOLHA

NÃO HÁ mais dúvidas: Lula é mesmo uma espécie de caçador que foi à casa da Vovozinha para salvar a Chapeuzinho Vermelho e acabou casando com o Lobo Mau. Mas o presidente talvez esteja enojado da opção que fez. Tanto que encomendou ao camarada-estrategista Luiz Gushiken um plano de metas para vigorar até 2022. Duas décadas de convivência com a desfaçatez é tudo o que Lula e o ex-PT parecem dispostos a agüentar. A paciência do petismo tem limites.

Em carta recebida da Presidência da República, o repórter foi convidado a ajudar a “construir o Brasil do futuro”. A mesma correspondência foi enviada a outros 49.999 brasileiros. Todos foram instados a visitar um endereço eletrônico (www.presidencia.gov.br/br39). Ali, digitando-se uma senha individual, as pessoas são apresentadas a um tal “Projeto Brasil 3 Tempos”.

O repórter alarmou-se com a súbita responsabilidade acomodada sobre os seus ombros estreitos: “O projeto depende da sua opinião”. Com o auxílio de acadêmicos, o governo elaborou um questionário. Coisa ambiciosa. Aborda 50 temas — da política cultural à nanotecnologia. “Com a sua participação, esses temas serão discutidos, formando o alicerce de um processo de gestão estratégica, que permitirá a construção de um futuro melhor”, estimula a mensagem.

Embora sensibilizado com tanta deferência, o repórter achou melhor declinar do convite para participar da ambiciosa empreitada governamental. Súbito, lembrou-se de Stefan Zweig. Autor do livro “Brasil, País do Futuro”, o escritor austríaco suicidou-se em fevereiro de 42, em Petrópolis (RJ), por não suportar o presente. Observando a sem-vergonhice dos dias que correm, o repórter por vezes também sente as ansias da morte voluntária.

A colaboração com Gushiken evoluiria perigosamente, as subterfúgios da política são repórter. O id poderia reconhecer a ideia.

Decerto decodificaria as respostas ao questionário do Planalto como evidências da cumplicidade com o governo. Um governo que, por indigno, não merece ajuda. Seria arriscado. Muito arriscado. Arriscadíssimo. Melhor evitar. Não é hora de apressar o encontro com Stefan Zweig.

Nada como o presente para desacreditar o futuro. Enquanto Gushiken, instalado no terceiro andar do Palácio do Planalto, finge construir 2022, Lula, na sala ao lado, e José Dirceu, no pavimento superior, conduzem operações que destroem 2005.

Poder-se-ia imaginar que o “tour-de-farsa” fosse coisa combinada. Lula e Dirceu mergulhariam o país no caos de propósito, só para que Gushiken pudesse erigir dos escombros uma nação novinha em folha, nascida do zero. O mais provável, no entanto, é que Gushiken esteja mesmo planejando um imaginário Brasil das maravilhas, a ser gerido por uma improvável Alice petista.

As voltas com as contradições de uma gestão convencional, o ex-PT perde-se num ziguezague incompatível com qualquer sonho de futuro. Ao autorizar o chefe da Casa Civil a ajoelhar-se diante de Roberto Jefferson, ao permitir que sussurre súplicas ao pé do ouvido de Anthony Garotinho, o presidente demonstra que governos, assim como escritores e repórteres, também fletam com o suicídio.

Antes de elaborar o questionário que enviou ao repórter e a outros brasileiros mais ilustres, Gushiken realizou uma pesquisa de opinião. Foi coordenada pelo Instituto de Estudos Avançados da USP. Ouviram-se 104 pessoas. Gente qualificada, com nível superior (100%), doutorado (41%), pós-doutorado (5%) e mestrado (12%). Entre os pesquisados, 80% consideraram que, no futuro, o brasileiro exibirá um sentimento de “crescente intolerância à corrupção na vida pública”. A despeito da conclusão óbvia, o governo não hesita em recorrer ao cângio parlamentar para tentar inviabilizar a apuração da roubalheira que lhe corrói as entranhas.

Hoje, o maior inimigo do ex-PT

O jornalista finaliza seu artigo, dizendo: “se não puder ajudar a consertar o presente, caro camarada, é melhor deixar o futuro em paz. No rumo em que as coisas vão, o amanhã terá o incômodo semblante de anteontem”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

não é mais a elite conservadora. Tampouco é neoliberalismo. Muito menos o mercado financeiro. O principal adversário do ex-PT é, e nisso vai uma extraordinária dose de ironia, o seu próprio passado. O partido virou um boxeador zônio. Encontra-se nas cordas. Nos raros instantes em que consegue abrir os olhos, percebe que o adversário que o soca impiedosamente tem a mesma cara do velho PT, aquela legenda combativa de outrora, defensora intransigente da ética.

Nada mais trágico para o “anjo” presumido do que acabar confundido com os demônios que sempre combateu. O petismo é vítima das próprias trapaças. O “triunfo” do ex-PT converteu-se na desgraça do PT. O “sucesso” de um matou o outro. Não há projeto de futuro capaz de subsistir a um presente tão promíscuo.

Um novo Brasil, organizado e sério, exigiria respeito ao erário. Mas Lula achou melhor não correr o risco de melhorar o país. Optou pelo arcaísmo de sempre. Preservou a névoa de atraso que recobre o vale-rudo da predição patrimonialista. A covardia cobra agora o preço da desmoralização.

Por todas as razões, o repórter quer distância do mirabolante plano de metas de Gushiken. Mas, levando-se em conta que está contribuindo com a bilheteria do circo — o “Projeto Brasil 3 Tempos” custará à Vítima certa de R\$ 900 mil —, sente-se no direito de dar um palpite gratuito ao companheiro-estrategista.

Aí vai: se não puder ajudar a consertar o presente, caro camarada, é melhor deixar o futuro em paz. No rumo em que as coisas vão, o amanhã terá o incômodo semblante de anteontem. Em 2022, o país terá retrocedido a uma era muito remota. Não haverá mais PT. Plbr. não existirá mais Brasil. Restarão apenas uns poucos hominídeos. Entre eles o “homo petebē erectus” e o “homo dirceu sapiens”. Travarão renhidas contendas para decidir quem controlará o último ossó e quem ocupará mais espaços na derradeira caverna, um buraco escuro, úmido e fétido.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Para Ermírio, Lula precisa trabalhar mais”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** de 03 de junho do corrente.

O artigo aponta a insatisfação de um dos maiores empresários do País, Antônio Ermírio de Moraes, Presidente do grupo Votorantim, quanto ao atual Governo. Para Ermírio, o Brasil está perdendo uma chance de ouro de se tornar uma grande potência no agronegócio. O que falta, para o empresário, é a fixação de priorida-

des por parte do Governo. Para ele, “o Governo joga muita conversa fora e se perde nos objetivos”.

Para que conste dos Anais do Senado, requieiro, Sr. Presidente, que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA	MÊS/ANO	EDITORIAL	CADERNO	PÁGINA
FOLHA DE S. PAULO	03	Junho/05	Dinheiro	B	7

ENTREVISTA Empresário diz que governo precisa ter diretrizes mais firmes e urgente desenvolvimento da agricultura no cerrado

Para Ermírio, Lula precisa trabalhar mais

GUILHERME BARROS
COLUNISTA DA FOLHA

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente do grupo Votorantim, terá direito a uma dupla comemoração amanhã em Aluminópolis (SP), onde fica a sede da CBA (Companhia Brasileira de Aluminópolis). Ele participará de um churrasco com os 5.000 funcionários da empresa para comemorar os 50 anos CBA e, ao mesmo tempo, seu aniversário de 77 anos. O empresário não conhece ninguém de fora para a festa. “Temos de prestigiar as pessoas que trabalham conosco.”

Para o empresário, o Brasil está perdendo uma chance de ouro de se tornar uma grande potência no agronegócio. Ele acha que o governo deve ter como meta o desenvolvimento do cerrado, uma área de 75 milhões de hectares com baixo rendimento agrícola.

O que falta, para o empresário, é a fixação de prioridades por parte do governo. Para ele, “o governo joga muita conversa fora e se perde nos objetivos”. Para Ermírio de Moraes, o país tem tudo para se tornar uma grande potência, “mas para isso precisa ser bem dirigido”. Ele acha também que o governo precisa trabalhar muito mais do que hoje. “O Lula precisa trabalhar mais e usar um pouco menos o aviãozinho dele”, afirmou. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Folha - Ao comemorar 77 anos de idade e 50 anos da CBA o sr. está otimista com o país?

Antônio Ermírio de Moraes - O cerrado brasileiro ocupa uma área de 75 milhões de hectares. O problema de a terra não ser uma das mais férteis é perfeitamente corrigível. Com o calcário, que há em abundância na região, pode-se corrigir a acidez da terra e torná-la fértil. Se dermos atenção ao cerrado, o Brasil pode se tornar o maior produtor de soja e de cereais do mundo.

Folha - O que falta ao Brasil para dar mais atenção ao cerrado?

Ermírio de Moraes - O que preci-

samos é de estradas de ferro. Isso tem de ser um programa de governo. O governo precisa investir na expansão do setor ferroviário. Se fizer isso, o Brasil se torna o celeiro do mundo. O Brasil tem terra, tem sol e tem água — as três coisas básicas para tornar o cerrado o celeiro do mundo. Mas, para isso, precisa melhorar o transporte ferroviário. Nós temos no cerrado uma área correspondente a toda a área plantada nos Estados Unidos, e não a aproveitamos. Precisamos de um plano sério de governo que leve adiante a ideia. O Ministério da Agricultura precisa levar a ideia adiante.

Folha - Quanto é preciso investir?

Ermírio de Moraes - O investimento maior é mesmo no transporte ferroviário para ligar Goiás a uma região portuária. O Brasil é o único país do mundo onde o caminhão responde por 60% do transporte de cargas, quando no resto do mundo 60% são por ferrovia. Um país não pode crescer nessa base. É caro.

Folha - O que impede o governo de investir nessa área?

Ermírio de Moraes - O que atrapalha é o governo não ter prioridades. O governo joga muita conversa fora e se perde nos objetivos. O Brasil não produz nada de aço e resolveu fazer 20 milhões de toneladas. Agora produz 32 milhões de toneladas, que é pouco ainda, mas produz. O setor agrícola não pode ser esquecido. Os países industrializados estão interessadíssimos num projeto de desenvolvimento do cerrado.

Folha - O sr. tem interesse em investir nesse setor?

Ermírio de Moraes - Só queria ter 25 anos para isso. Hoje, aos 77 anos, estou muito velho. O que eu quero é jogar a ideia. Nesta fase da vida, os investimentos que eu faço são para fazer eu já fit e continuar fazendo. Não tenho nenhum interesse pessoal ao lançar essa ideia. Meu interesse é mesmo convencer o governo a dar prioridade a esse negócio. Se tivesse 25 anos, começaria a desenvolver essa área. Em aluminópolis, quando fiz-

mos a CBA, há 50 anos, começamos com mil toneladas por ano, e hoje já são 400 mil. Na agricultura, os resultados serão muito mais rápidos. Agora, o governo tem de

ter um plano de ação. Os outros países todos têm medo do Brasil. O Brasil, bem dirigido, tem condições de ser uma potência econômica fantástica. Mas precisa ser bem dirigido.

Folha - O sr. acha que país está sendo mal dirigido?

Ermírio de Moraes - Tenho muita admiração pelos ministros Fudaa [Desenvolvimento], Roberto Rodrigues [Agricultura], Palocci [Fazenda] e a Dilma [Minas e Energia], que estão fazendo boas administrações, mas acho que o governo poderia andar mais depressa. Não sou pessimista. Acredito no Brasil, e é por isso que estou chamando a atenção para essa oportunidade de investir no cerrado. Há 50 anos, ao construir a CBA, as pessoas poderiam achar que eu estava louco por querer concorrer com os grandes produtores de alumínio, como Alcan, Alcoa e a Vale, e nós vencemos.

Folha - Como vê o governo Lula?

Ermírio de Moraes - Ele está fazendo o que pode. Evidentemente, ele não tem o preparo que eu gostaria que um presidente tivesse, mas ele tem força de vontade. Ele pode corrigir essa parcela com gente mais competente. Arranja um bom ministério em todos os setores e comanda esse bom ministério. Agora, o Lula precisa trabalhar mais e usar um pouco menos o aviãozinho dele.

Folha - E a economia, como o sr. vê a desaceleração do PIB?

Ermírio de Moraes - Estamos passando uma fase meio difícil agora, mas acho que é passageira. O Brasil vai reagir. Apesar da desaceleração, o Brasil bateu recordes de exportações. Se o Brasil apostar na agricultura, o resto corre atrás.

Folha - O sr. acha os juros responsáveis pela desaceleração?

Ermírio de Moraes - Os juros desanimam muita gente. É duro pagar juros tão altos. Nós, que não somos grandes devedores, já so-

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA
FOLHA DE S. PAULO	03	Junho/05	Dinheiro	B	7A/8

fremos. Agora, imagine para quem vai começar um negócio...

Folha - O câmbio pode afetar as exportações?

Ermírio de Moraes - Pode. O câmbio está muito baixo. Se a ex-

portação cair, o desemprego vai subir. Hoje, 45% da CBA está sendo exportado, que é uma indústria de base e deveria ficar no país.

Folha - O sr. é favor de algum controle de capital?

Ermírio de Moraes - Compartilho sim da idéia. Nós queremos gente que venha para cá e acredite no Brasil, que fique aqui, e se desenvolva junto com a gente. Não queremos o dinheiro do oportunista.

CUSTO BRASIL. Para 53% dos pesquisados pela Câmara de Comércio Americana, cumprimento das normas não é uniforme

Empresários mostram falhas na Anvisa

CÍNTIA CARDOSO
DA REPORTAGEM LOCAL

Falta de regulamentação clara, horário de funcionamento inadequado e pouca coordenação entre os funcionários são as principais críticas do setor empresarial brasileiro à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

De acordo com relatório divulgado pela ontem pela Amcham (Câmara Americana de Comércio para o Brasil), 53% dos entrevistados consideram que a agência raramente interpreta e executa as suas normas de maneira uniforme. O objetivo do relatório é mostrar aos investidores estrangeiros a situação do ambiente regulatório no Brasil nessa área.

O setor de produtos para saúde, que representou 34% do universo dos entrevistados, foi um dos que mostrou maior grau de insatisfação. Sobre o tempo de aprovação ou alteração de registro, 73% disseram que o tempo de aprovação está entre 7 e 8 meses. "O tempo de análise de registro ainda é excessivo, mas estamos trabalhando para reduzir isso. Mas em alguns casos, como medicamentos no-

vos, o tempo não deve ser reduzido, porque são necessárias análises mais criteriosas", afirmou Cláudio Maierovitch, presidente da Anvisa.

O advogado Gustavo de Freitas Moraes, um dos responsáveis pelo relatório da Amcham, também vê outros problemas: "Falta mais pessoal, melhor treinamento e mais interação entre a Anvisa e as entidades [de vigilância sanitária] estaduais e municipais".

Para isso, o presidente da Anvisa tem respondido: "Integrar as três esferas do governo é um trabalho muito grande. É complicado haver uma integração completa. O Brasil é um país continental e muito heterogêneo", diz. Mas, a respeito da gestão dos funcionários da Anvisa, Maierovitch argumentou que a agência contratou — e está treinando — 580 empregados via concurso público.

Burocracia nos portos

Uma das funções da Anvisa é assegurar o controle sanitário de portos e aeroportos em operações

de comércio exterior. O relatório da Amcham enfatiza as críticas nessa questão. As queixas do setor exportador mostram, nitidamente, os componentes do chamado custo Brasil, termo cunhado para designar os entraves a investimentos no país.

Enquanto o controle sanitário nas importações é finalizado em 48 horas em média, no Brasil, nos países desenvolvidos o prazo não ultrapassa quatro horas. Outra reclamação é referente ao horário de atendimento da Anvisa, que trabalha nos dias úteis em horário comercial. "A limitação do horário de trabalho da fiscalização da Anvisa acarreta, em geral, o atraso de um dia ou mais na entrega do material importado ao interessado", diz o relatório.

Essas reclamações, diz o presidente da Anvisa, são novas. "Não havia nenhuma demanda formalizada sobre o horário de funcionamento", disse o presidente da Anvisa. Ele argumenta ainda que, "a agência atua conforma a rotina de exportação da maioria das empresas".

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior.

P-SOL – AC) – Antes de encerrar a sessão, agradeço a diligência, a atenção e a gentileza, de que todos somos alvo, dos servidores desta Casa, taquígrafos, taquígrafas e servidores que nos atendem com a maior presteza e atenção e que fazem com que o nosso trabalho seja sempre edificante.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior.

P-SOL – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior.

P-SOL – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 22 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 072 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e de acordo com o disposto no ~~art~~ art 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e tendo em vista o que consta no ofício nº 69/05-SEEP (Processo nº 1443/05-4),
RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial com a finalidade de proceder a elaboração de especificações de natureza técnico-gráfica, de produtos peculiares ao desenvolvimento das atividades internas da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão na qualidade de **Presidente**, o servidor **WESLEY GONÇALVES DE BRITO**, matrícula 34992 e como **Membros**, os servidores **LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR**, matrícula 14154, **PATRÍCIA JUNQUEIRA DE ALENCASTRO**, matrícula 37427, **ALBERTO JORGE TELES BARBOSA**, matrícula 32193, **ARNALDO ANTÔNIO DALOIA**, matrícula 23039, **JÚLIO CEZAR DE BARROS GUIMARÃES**, matrícula 34943 e **KÁTIA LEITE DE CASTRO MERHEB**, matrícula 32181.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos.

Brasília, 03 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

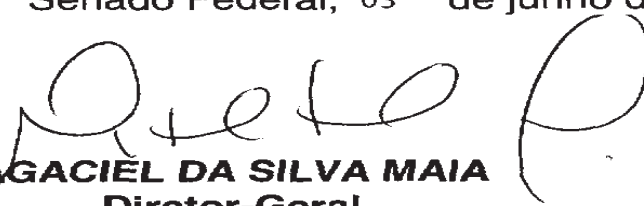
P O R T A R I A**Nº 073 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

Sobrestar os trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída por meio da Portaria do Diretor-Geral nº 50, de 2005, objeto do Processo nº 004.267/04-4 (SEEP), até o recebimento das informações solicitadas ao Diretor-Geral do DETRAN.

Senado Federal, 03 de junho de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 074 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

Considerando que as várias etapas do processo de produção gráfica necessita de um controle efetivo por parte dos órgãos administrativos da SEEP, e que para o controle industrial as informações devem ser precisas, sobretudo em relação à disponibilidade de cada unidade de serviço e/ou meios de produção capazes de fornecer dados ao melhor planejamento;

Considerando a necessidade de se obter informações mais confiáveis sobre os serviços gráficos em fase de produção, que possibilitem a informação aos usuários da SEEP e à tomada de decisão por parte da Diretoria quanto ao estabelecimento de metas, de prioridades e prazos de entrega.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial, nível 1, para que no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e implante projeto informatizado, que possibilite o acompanhamento da produção gráfica em cada equipamento industrial, permitindo ao operador a alimentação com os dados de produção.

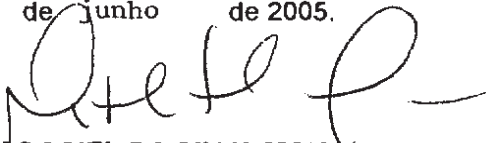
Art. 2º Os operadores serão treinados para executarem as rotinas do projeto, com o acompanhamento das respectivas chefias envolvidas no processo de produção em todos os turnos de trabalho.

Art. 3º O sistema de acompanhamento da produção a ser implantado deverá emitir relatórios de produção diário, mensal e anual, de cada máquina, em todos os turnos (1º, 2º, 3º e 4º turnos), assim como, apresentar a posição de cada trabalho, fornecendo a previsão do tempo de produção, tiragem, cadernos impressos e cadernos a imprimir, entre outros.

Art. 4º São designados para integrarem a Comissão os servidores **José Farias Maranhão**, matrícula **7411**, como Presidente e **José Carlos Maia**, matrícula **105019**; **Deolindo Lopes Falcão**, matrícula **16138**; **Sebastião da Silva Azevedo**, matrícula **9456**; **Flávio Silva Barreto**, matrícula **32971**; **Geraldo José da Silva**, matrícula **39187**; **Ademar Melo**, matrícula **40189**; **Valdemiro David Soares**, matrícula **27150**; **Sérgio Jerônimo Valejo de A. Lima**, matrícula **39450**; **Rogério de Castro Pastori**, matrícula **39151**; **Max Bassan**, matrícula **8877** e **Ítalo de Oliveira**, matrícula **24925**, como membros.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 075 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Luciano Antônio Guidini dos Santos, matrícula 5371, para integrar, como membro, a Comissão Especial instituída pela Portaria nº 147, de 2004, do Diretor-Geral, incumbida de elaborar levantamentos, estudos, propostas e soluções, com vistas aos ajustes ergonômicos no acervo mobiliário, de recursos tecnológicos, de comunicação e reformas de engenharia, necessários ao acesso às dependências do Senado Federal e manutenção da qualidade de vida das pessoas portadoras de limitações físicas, sensorial ou mental.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de maio de 2005.

Senado Federal, 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 076 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar o servidor Paulo Eufrásio Peixoto de Brito, matrícula 3956, para integrar como membro a Comissão Especial instituída pela Portaria Diretor-Geral nº 147, de 2004, desta Diretoria-Geral, prorrogada pela de nº 57, de 2005 – DGER, incumbida de elaborar levantamentos, estudos, propostas e soluções, com vistas aos ajustes ergonômicos no acervo mobiliário, de recursos tecnológicos, de comunicação e reformas de engenharia, necessários ao acesso às dependências do Senado Federal e manutenção da qualidade de vida das pessoas portadoras de limitações físicas, sensorial ou mental, em substituição ao servidor Suélio de Sousa e Silva, matrícula 46090.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 03 de junho de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 077 , DE 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – *Designar o servidor Edvaldo Pereira dos Santos, matrícula 23106, para integrar a Comissão Especial instituída pela Portaria nº 143, de 2004, do Diretor-Geral, prorrogada pela Portaria nº 28, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do histórico funcional dos pensionistas civis, dos pensionistas do IPC e dos ex-senadores, assim como para promover a migração desses dados para o novo sistema de recursos humanos.*

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de junho de 2005.

Senado Federal, 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2451 , de 2005

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3.346/05-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 33/1991, que aposentou, por tempo de serviço com proventos proporcionais, o servidor **JOÃO BATISTA DE LIMA FILHO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, tendo comprovado o diagnóstico em **19/09/2000**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2452 , DE 2005.**

"Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Senado Federal para o exercício financeiro de 2005."

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Ato nº 50, de 07/10/1996, do **PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**,

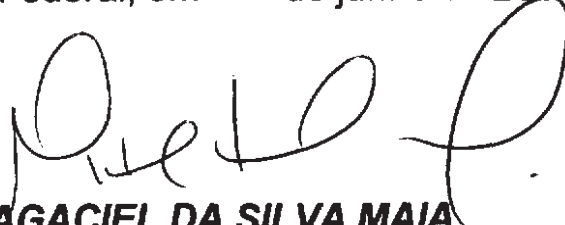
RESOLVE:

Art. 1º - Promover, na forma dos Anexos I e II deste Ato, *modificações nas Modalidades de Aplicação da dotação orçamentária do Senado Federal*, aprovada por meio da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Parágrafo único – As modificações a que se refere este artigo têm por finalidade o custeio do pagamento da cota-parte, referente à anuidade de 2005, devida pelo Senado Federal à "UNION INTERPARLEMENTAIRE", sediada em Genebra/Suíça.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em ⁰³ de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2453 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.745/05-6**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **SOLANGE BERNADETE GASPARETTO**, matrícula n.º 177559, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Secretário Parlamentar e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria para o Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2454 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008789/05-3**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELLYKA DE QUEIROZ ORNELAS ARAUJO**, matrícula n.º 165375, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2455 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008787/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FRANCISCO JOSÉ MENEZES DA SILVA**, matrícula n.º 163305, de Motorista para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2456 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008.376/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **SAVIO DE LIMA CARNEIRO**, matrícula n.º 186019, de Motorista para o de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2457 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008771/05-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO CARLOS ZAPELINI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2458 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008798/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ZITO OLIVEIRA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valmir Amaral.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2459 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008802/05-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIOVANI OLIVEIRA MARCON** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2460 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008804/05-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ GONZAGA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2461 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008786/05-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCILANE LOPES RIBEIRO GOOD** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal em 03 de junho de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CFC	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CLP	Maria Dulce V de Queirós Campos (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



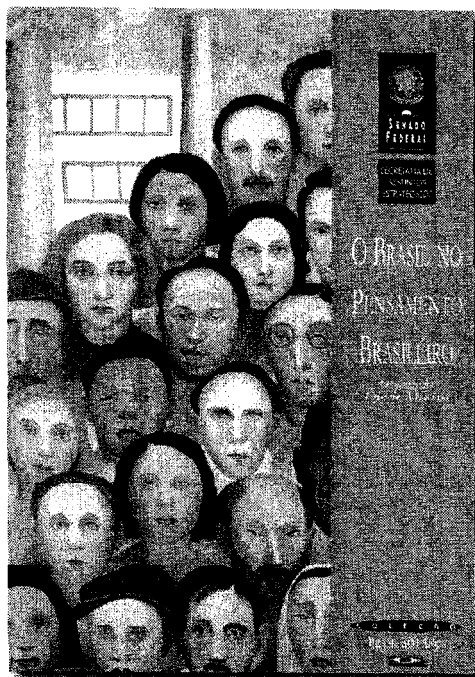
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 134 PÁGINAS